



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ANTROPOLOGIA SOCIAL

Nina Acacio Oliveira de Souza

Entre o seco, o molhado e o urbano na Amazônia: uma etnografia sobre palafitas,
meus parentes e áreas de ressaca em Santana, Amapá

Florianópolis
2023

Nina Acacio Oliveira de Souza

Entre o seco, o molhado e o urbano na Amazônia: uma etnografia sobre palafitas,
meus parentes e áreas de ressaca em Santana, Amapá

Dissertação submetida ao Programa de
Antropologia Social da Universidade Federal de
Santa Catarina para a obtenção do título de mestre
em Antropologia Social
Orientador: Profa. Dra. Alicia Norma González de
Castells

Florianópolis

2023

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,
através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária da UFSC.

Souza, Nina Acacio Oliveira de
Entre o seco, o molhado e o urbano na Amazônia : uma
etnografia sobre palafitas, meus parentes e áreas de
ressaca em Santana, Amapá / Nina Acacio Oliveira de Souza
; orientador, Alicia Norma González de Castells, 2023.
147 p.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa
Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa
de Pós-Graduação em Antropologia Social, Florianópolis, 2023.

Inclui referências.

1. Antropologia Social. 2. Áreas de ressaca. 3.
Antropologia urbana. 4. Casas. 5. Águas urbanas. I.
Castells, Alicia Norma González de. II. Universidade
Federal de Santa Catarina. Programa de Pós-Graduação em
Antropologia Social. III. Título.

Nina Acacio Oliveira de Souza

Entre o seco, o molhado e o urbano na Amazônia: uma etnografia sobre palafitas,
meus parentes e áreas de ressaca em Santana, Amapá

O presente trabalho em nível de Mestrado foi avaliado e aprovado por banca
examinadora composta pelos seguintes membros:

Prof.(a) Viviane Vedana, Dr.(a)

Universidade Federal de Santa Catarina

Prof.(a) Ana Luiza Carvalho da Rocha, Dr.(a)

Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Prof.(a) Camila Sissa Antunes, Dr.(a)

Universidade do Estado de Santa Catarina

Certificamos que esta é a **versão original e final** do trabalho de conclusão
que foi julgado adequado para obtenção do título de Mestre em Antropologia Social.

Coordenação do Programa de Pós-Graduação

Profa. Dra. Alicia Norma González de Castells

Orientadora

Florianópolis, 2023.

Este trabalho é dedicado à minha avó Marta, pela sua ajuda e história que me inspiraram e ainda inspiram.

AGRADECIMENTOS

Sempre fui péssima em agradecer. Péssima em demonstrar gratidão e carinho, pelo menos do jeito esperado. Tenho um jeito próprio de demonstrar a importância das pessoas e suas ações em minha vida, esses agradecimentos estão nesse espectro de uma forma singela de demonstrar gratidão.

À minha orientadora, Alicia Norma González de Castells, agradeço por ter me acolhido como orientanda, em meio a uma pandemia, a minha transição, e esse percurso completamente maluco que é tornar-se antropóloga. Meus maiores agradecimentos!

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pela bolsa de mestrado que propiciou que eu me sustentasse durante esse processo, aos trancos e barrancos, é necessário dizer.

Ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social (PPGAS) da UFSC, nesse caso a todes que dele fazem parte e atravessaram meus caminhos digitais em algum momento. As professoras que me acompanharam nessa ideia maluca de “ser antropóloga”, Flávia Medeiros, Antonella Tassinari, Vânia Cardoso e Edwiges Ioris, sou imensamente grata pelo que pudemos compartilhar. Também ao professor Rafael Devos, único professor a me dar aula no Programa, muito obrigada!

Aos colegas da turma de mestrado de 2021. Fizemos um processo seletivo, primeiro ano de disciplinas e escrevemos nossas dissertações submersas na crise sanitária, política e ética que se espraia por aí. Grata pela companhia, trocas e afetos possíveis pelas telas de computador.

Agradeço a algumas outras professoras e pesquisadoras que fizeram parte desse processo comigo, em especial, Daniele Caron e a turma de Laboratório de Narrativas Urbanas que fizeram da minha solidão na escrita e na transição um momento de novos olhares. À Louise Prado Alfonso e Flávia Rieth, por serem presenças constantes junto do GEEUR, o trabalho de vocês fez e faz muita diferença na vida dessa travesti querendo ser pesquisadora aqui.

Às minhas amigas, espalhadas por todos os cantos e que seguraram barras inimagináveis durante a escrita, as leituras e meus breves surtos. Um enorme obrigada à Adriano Rayol, Daiany Ferreira, Michael, Cardoso, Khala Anderson,

Danielle Fagundes, Grazi Fagundes, Natália Tavares, Alice Teixeira e Juliana Martello.

Agradeço a outras amigas que se fizeram presentes em muitos outros tantos momentos, dentro e fora da academia. Obrigada Beatriz Souza, pelo companheirismo mesmo à um Brasil de distância e pela ajuda com as fotografias que compõem esse trabalho. Muito obrigada, Martha Rodrigues Ferreira, com que dividi as angústias antes, durante e depois da pandemia, e por entre esse processo de dissertação. Meus agradecimentos são infinitos por me segurarem de diversas formas durante a construção desse trabalho.

À Juliana Martello, novamente, agradeço por segurar a “barra” comigo, pelas conversas, carinhos, pelos puxões de orelha e por mesmo na distância, sempre ser alguém para quem posso correr.

À minha família, que mesmo com nossas diferenças, contrastes e abismos, esteve presente por quase todas essas linhas e na formação da pessoa que sou. À minha vó Marta, o maior agradecimento dessa dissertação, sem você nada teria sido feito, nada teria, inclusive, sentido algum. Muito Obrigada, vó! Te amo!

Às minhas interlocutoras e interlocutores, que me mostraram que morar na Castro Alves e ao seu redor, não é apenas um punhado de histórias sobre o passado, mas a reinvenção da vida o tempo inteiro. Obrigada pelas tardes regadas à minhas histórias, projeções de futuro e, no final de tudo, muito carinho.

À Carmen, minha cadela “porte médio” de mais de 30 kg que me manteve sã e consciente que a casa não se limparia sozinha durante as aulas online, à distância enquanto fazia campo e também enquanto escrevia dia e noite. À família que me adotou, nesses últimos 6 anos: obrigada Volnei Euzébio, Rosane Euzébio, Milena Euzébio e Renan Euzébio.

A Felipe. Esse será o último agradecimento desta dissertação, mas não o último que te farei. Muito obrigada por segurar a barra, em todos os inimagináveis momentos que passamos juntas¹. Namorar, morar juntos, não monogamia, transição

¹ Essa uma escolha feita por nós: quando nos referimos ao nosso relacionamento e a “nós” não importa os pronomes empregados. Mas, em especial, há um movimento de afirmação quando se trata de uma escrita conjunta ou, como nesse caso, uma escrita minha: a utilização de pronomes no feminino. Durante essa dissertação empreguei esse artifício em outros contextos, principalmente, aqueles relacionados a figura da pessoa profissional em antropologia. Utilizo, de forma consciente, “antropóloga” no lugar de “antropólogos/as”.

de gênero, casamento e a vida adulta. A gente vem passando por muita coisa e seguimos firmes e fortes, ou “nem tão firmes e nem tão fortes”. Te amo! E, obrigada por embarcar comigo nessas desvairadas e sem sentido trilhas da vida, da antropologia e do mundão que nos aguarda.

“Alguma vez chegaram a pensar que a poesia poderia ter forma tão concreta?” (VILLADA, 2021, p. 10)

RESUMO

Viver entre palafitas, cursos d'água e a cidade é um desafio cotidiano, como também uma forma de fazer-cidade, fazer-vizinhança e de se fazer-vida. Nessa dissertação, são explorados etnograficamente o que significam esses desafios em termos de práticas cotidianas e modos de relação entre sujeitos, suas casas e demais agentes. Com enfoque em uma vizinhança específica, entre os bairros *Comercial* e *Hospitalidade*, na cidade de Santana, Amapá, trata-se das histórias que pululam entre dinâmicas diversas de socialidade de uma antropóloga em formação. Ao analisar, a partir de moradores tidos como *antigos* ou *veteranos*, pode-se pensar como é organizado um modo de relacionamento com a cidade, suas águas e a urbanização. Exploraram-se as histórias de vida de interlocutoras/es e sua aproximação intrínseca com que a pesquisadora e suas próprias redes afetivas, de parentesco e familiaridade. Buscando um diálogo entre diferentes abordagens etnográficas e agentes envolvidos nas dinâmicas constantes da urbanização, pode-se analisar, interpretar e produzir, de certo modo, uma dissertação em que se devaneia sobre a urbanização como devir e sua relação com as pessoas e suas formas de morar, a partir da produção de uma tessitura de vida em que a materialização da casa transcende suas próprias relações. Grosso modo, casas, pessoas, parentes e aparentados constroem de forma mútua nas linhas que desaguam em águas às margens de um grande rio na Amazônia.

Palavras-chave: Áreas de ressaca. Casas. Antropologia urbana. Águas urbanas.

ABSTRACT

Living between stilt houses, watercourses and the city is a daily challenge, as well as a way of making-city, making-neighborhood and making-life. In this dissertation, the ethnographic exploration of what these challenges mean in terms of everyday practices and modes of relationship between subjects, their homes and other agents are ethnographically explored. Focusing on a specific neighborhood, between the *Comercial* and *Hospitalidade* neighborhoods, in the city of Santana, Amapá, it deals with the stories that swarm between different dynamics of sociality of an anthropologist in training. When analyzing, from residents considered to *be old* or *veterans*, one can think about how a way of relating to the city, its waters and urbanization is organized. The life stories of interlocutors and their intrinsic approach to the researcher and their own affective, kinship and familiarity networks were explored. Seeking a dialogue between different ethnographic approaches and agents involved in the constant dynamics of urbanization, one can analyse, interpret and produce, in a way, a dissertation in which one daydreams about urbanization as a becoming and its relationship with people and their ways of living. living, based on the production of a fabric of life in which the materialization of the house transcends its own relationships. Roughly speaking, houses, people, relatives and relatives build mutually on the lines that flow into the waters on the banks of a large river in the Amazon.

Keywords: Áreas de ressaca. Houses. Urban anthropology. Urban water.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Mapa município de Santana	25
Figura 2 - Vista aérea da cidade Santana, a partir da Avenida Santana.	28
Figura 3 – Mapa de Bairros de Santana.....	29
Figura 4 – Vista aérea da Casas da Hospitalidade, no bairro Hospitalidade.	30
Figura 5 – Ilustração sobre o campo	32
Figura 6 – Bar da Leia	54
Figura 7 – Seu Eduardo na varanda	54
Figura 7 – Ilustração da conversa com Dona Merê.....	66
Figura 8 – Croqui a cena da “subida na escada”, no diário de campo.....	66
Figura 9 – Casa com “restos de construção” em frente, D. Socorro sentada no pátio, maio de 2022.....	92
Figura 10 – Dona Socorro sentada no sofá da sala, março de 2022.	94
Figura 11 – Minha visão da sala a partir do sofá que costumeiramente sentava, março de 2022.	95
Figura 12 – Ilustração do meu ponto de vista da sala, abril de 2022.....	95
Figura 13 – Vista da sala após a reforma, no canto esquerda uma fotopintura, maio de 2022.....	96
Figura 14 – Dona Socorro e a sua cozinha, março de 2022.	96
Figura 15 – Posando enquanto varre o pátio, maio de 2022.	97
Figura 16 – Lateral da casa após a segunda etapa na reforma, maio de 2022.	97
Figura 17 – Bar da Léia, maio de 2022.	99
Figura 18 – Seu Eduardo na varanda, maio de 2022.....	101
Figura 19 – Nina e Dona Maria, maio de 2022.....	106
Figura 20 –Dona Maria, maio de 2022.	106
Figura 21 – Vó Marta, maio de 2022.	107
Figura 22 – Ilustração casa da vó Marta, durante minha infância.....	108
Figura 23 – Localização da casa da minha avó.	110
Figura 24 – Croqui da planta da “segunda” casa da minha vó.....	113

Figura 25 – Casas e água, uma relação “intrínseca”	123
Figura 26 – Canos, Dejetos e água.....	123

LISTA DE PRANCHAS

Prancha 1- <i>Ressacas</i> , algumas casas e um campo etnográfico em construção	40
Prancha 2 – Muros e Casas: comparações	61
Prancha 3 – Por entre a <i>Castro Alves</i>	62
Prancha 4 – Investidas no Google Earth	63
Prancha 5 – Meus diários, minhas tentativas e uma forma de registrar	69

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ALCMS Área de Livre Comércio de Macapá e Santana

CAESA Companhia de Água e Esgoto do Amapá

CEA Companhia de Eletricidade do Amapá

IBGE Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IEPA Instituto de Pesquisas Científicas e Tecnológicas do Estado do Amapá

SEMDUH Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano

ZEED Zona Especial de Baixa Densidade

ZMAD Zona Mista de Alta Densidade

ZMBD Zona Mista de Baixa Densidade

ZMMD Zona Mista de Média Densidade

SUMÁRIO

1	“DE ONDE VEM ESSA ÁGUA, MESMO?”	17
2	ÁREAS DE RESSACA, ATERRAMENTOS E PALAFITAS: SOBRE FORMAS DE CONSTRUIR	21
2.1	“SE EU CONHEÇO SANTANA? UM POUCO ...VI CRESCER, COMO DIZ O CABOCO”	21
2.1.1	A Castro Alves	30
2.2	CASAS.....	34
2.2.1	“Tem que saber construir”	50
2.2.2	“Querer eu não quero, é preciso. A gente se isola assim”	56
2.2.3	“Isso aqui era um lago só”	67
3	HISTÓRIAS DE VIDA E NARRATIVAS SOBRE O COTIDIANO: COMPREENDENDO O QUE FAZ DAS CASAS, CASAS	74
3.1	SOBRE AS “MINHAS” HISTÓRIAS, AS “NOSSAS” HISTÓRIAS E COMO SE DÃO CERTOS ENCONTROS.....	75
3.1.1	Os antigos, os veteranos e algumas raízes de mururés	83
3.2	RECOMEÇOS E RETOMADAS COM DONA SOCORRO	88
3.3	PASSADOS, PRESENTES E FUTUROS COM O SEU EDUARDO	98
3.4	SAUDADES E LEMBRANÇAS COM DONA MARIA.....	103
3.5	DONA MARTA E SEUS MENINOS	107
4	VIVER AO LONGO DAS RESSACAS: ALIANÇAS, CONFLITOS E NEGOCIAÇÕES	114
4.1	RESSACAS: COMPLEXIDADES SIMPLIFICADAS	114
4.1.1	De onde vem essa água que corre aqui na frente?	121
4.2	GESTÃO COTIDIANA DO ESPAÇO, DA ÁGUA E DE SENTIDOS.....	127
5	FINAIS SÃO COMEÇOS QUE A GENTE REIVENTA	131
	REFERÊNCIAS	137

1 “DE ONDE VEM ESSA ÁGUA, MESMO?”

Esse é um pontapé, o início de uma caminhada que percorre trilhas nas quais andei e me fiz pessoa desde muito nova. Essa é uma história, um “conto da vida cotidiana”, feito por mim e visto, lido e mediado por pessoas que carregam minha história e suas próprias (essas sem se diferenciar tanto assim, em alguns momentos). Essa dissertação de mestrado, trata da vivência entre as águas, em meio ao possível caos e tranquilidade da vida urbana. O texto é sobre encontros, retomadas e agenciamentos de uma antropóloga, de uma neta, de um ser ali pela *Comercial*².

Não me entendam mal. Essa introdução é afetivamente posta, pois desde que entendi que ao falar das histórias de vida em meio às habitações em palafita, o aterramento e a urbanização enquanto constante devir, entendi também que falo de mim, enquanto mediadora das histórias de lá (Amapá) e com as de cá (Antropologia). É afetivo. É subjetivo. É antropologia em muitos aspectos. É narração de um processo ininterrupto de formação de uma subjetividade, de uma racionalidade e de uma urbanidade.

Enquanto escrevo e reenceno estas palavras também penso em temporalidades intransponíveis em uma casa específica. Talvez seja essa casa, sua cor azul que em algum fim de ano “absurdamente” tornou-se de um tom salmão, que eu esteja falando e, com as aspirações intelectuais mais imprecisas, esteja problematizando. Lembro de tardes, calorosas e úmidas em meio a Amazônia, que passava horas a fio encarando uma lâmina d’água que não me era recíproca. Estava ali contando algo que eu, criança, não compreendia. Agora, não mais tão criança assim, mas ainda curiosa, repenso que aquele espelho d’água, que misturava dejetos múltiplos, brinquedos perdidos e vidas outras, queria dizer algo, queria me propor uma história. Uma narrativa. Um enredo. Uma vida. Uma proposição de pensar passado, presente e futuro. Ou, melhor, passados, presentes e tantos outros futuros.

Antes que expresse uma tentativa coesa de informar linearidade nessa escrita, gostaria de informar, da forma mais displicente quanto possível, que não será assim. Entendo que a escrita, tal como as histórias e lembranças de minhas interlocuções, é construída por interposições, de um traçado impreciso que se sustenta na vida, no sujeito e nos momentos em que se inserem caracteres, ideias e

² Faço referência ao bairro Comercial, lugar na cidade de Santana em que desenvolvi minha pesquisa de campo e onde, também, cresci.

memórias em uma tela. O texto é uma espiral de interações entre teoria social, método e reflexões. Sentimental quando necessário. Quero dizer, o tempo inteiro. Até naqueles momentos, em que a antropóloga que vos fala “desaparece”, se propõem longínqua, há algo a ser visto: a necessidade de distanciamento. Há a necessidade de distanciamento. Não pela precisão científica do distanciamento, muitas pessoas já provaram o inverso (HARAWAY, 1995), mas por que a escrita só foi possível assim, como bell hooks (2021) também informa: o gênero de quem escreve é relevante.

Com isso em mente, entendo que seja importante pontuar que é a antropóloga que aqui constrói mundos e se envereda em uma análise de um contexto social específico. Enquanto travesti, em um processo de transição de gênero em curso e sem fim anunciado, realizei minha pesquisa de campo durante 4 meses em Santana, construí dados etnográficos e escrevi essa dissertação. Essa questão é integrante das reflexões desse texto, mesmo que as vezes possa ficar esquecida, já que não é a centralidade da discussão que propus.

Desculpas adiantadas, mais pela educação do que pela necessidade, pela tentativa de justificativa do olhar que por aqui coloco. Estou me posicionando de diferentes formas. Minha leitura é tão intrínseca as realidades que descrevo que, ao meu olhar, é uma ingenuidade querer descrevê-la em sua heterogeneidade e miscelânea. Acredito, em contrapartida às tantas tentativas de interpretar algo, que esse aspecto (a essência da construção de um sujeito social e da própria construção de um contexto etnográfico) fala por si, em conjunto e, inclusive, pelas narrativas dessas interlocuções. Pessoas que me carregaram quando pequena, que olharam de diferentes formas para mim, para minha família, para a palafita que muito conheci.

Nesse caminho-meio-fim-indecisão-etnografia que teço por essas linhas há um olhar antropológico sobre as dinâmicas, pautadas na mudança, do habitar e se relacionar em uma área úmida, em uma *ressaca*. Trato, assim, a partir da vizinhança de minha avó paterna (Vó Marta) como é que se tecem as relações de pessoas que residem em uma região que anteriormente era um *lago* para, nos últimos anos, um local aterrado. Relações de parentesco, de vizinhança, processos construtivos e formas de gerir o ambiente se misturam as análises e proposições de se pensar cidade e Amazônia em suas intersecções, incongruências e relacionais.

Investiguei durante alguns meses, em Santana, no estado do Amapá -lugar onde nasci, cresci e que aos 17 anos “abandonei” - como alguns *antigos* vizinhos da Vó Marta e ela mesma, entendem a construção da sua *rua* e *bairro*. As interlocuções

que estabeleci e que recheiam as páginas dessa dissertação, produzem, a partir da minha mediação como antropóloga, etnobiografias (GONÇALVES, 2012) sobre essas pessoas, suas casas e seus próprios jeitos e modos de estar no mundo, na *Comercial* e em relação a cidade.

Para Marilyn Strathern (1999) utilizar ferramentas teóricas é usá-las a seu favor, a partir das questões que lhe fazem sentido, e para mim, que ecoem nas ramificações da produção de uma intersubjetividade da própria antropologia (como se refere Roberto Cardoso de Oliveira, 1996). Dito isso, encaro diferentes conceitos para operacionalizar uma reflexão sobre os modos de morar em áreas alagadas e suas mudanças ao longo de uma temporalidade específica, final dos anos 1980 e 2022.

Esse trabalho é dividido em três principais capítulos. No primeiro deles “Áreas de ressaca, aterramentos e palafitas: sobre formas de construir”, faço uma breve introdução da região que estudei e das principais categorias agenciadas para contextualizar essa etnografia. Ali apresento a Avenida Castro Alves como centralidade das relações que se desenrolam em suas linhas e enxergo a cidade e suas movimentações. Além, disso trato, brevemente, das casas a partir de elementos que considere relevantes para minha análise: sua etapa de construção, a relação com os muros e com as águas.

Em “Histórias de vida e narrativas sobre o cotidiano: compreendendo o que faz das casas, *casas*”, segundo capítulo dessa dissertação, procuro explorar as relações que construo com parte de minhas interlocuções e suas casas. A Dissertação carrega muitas das minhas impressões e personalidades, porém, nesse capítulo em especial, algumas dessas características se sobressaem ainda mais. Entre as histórias de Dona Socorro, Seu Eduardo, Dona Maria e Vó Marta³, eu desenho, à lápis, uma figura de antropóloga, ou como Luana Braga Batista (2021) também já problematizou uma “antropóloga-neta”. As casas dessas pessoas tornam-se entes da minha dissertação quando vistas como entes de uma produção de socialidade naquele lugar.

³ Nesta dissertação utilizarei os nomes reais de minhas interlocuções, essa é uma escolha centrada no tipo de relação que construímos. As fotografias e histórias aqui presentes possuíram autorização para comporem as linhas que se seguirão. Durante a realização do trabalho de campo, em todos os momentos deixei evidente minha presença ali como pesquisadora, essa que se entremeia a também de sujeito das relações naquela vizinhança. Informações “mais sensíveis” não foram descritas por essa razão. Ancorada em uma ampla discussão já consolidada pela Antropologia (como BERREMAN, 1975; FONSECA, 1999; 2008), entendo que não há motivações para “esconder” a identidade dessas pessoas já que suas histórias, por nós produzidas, são testemunhos de suas vidas e de sua presença nesse espaço.

No terceiro e último capítulo, intitulado “Viver ao longo das ressacas: alianças, conflitos e negociações”, faço uma tentativa de explorar caminhos mais abrangentes das relações que desvelei em campo, nas relações com outras esferas (a Prefeitura) e também como que se desenrola o processo de gerir a vida e o ambiente. Como se negociam as vivências na *Castro Alves* e adjacências, a partir das águas em sua política de presença e não presença, torna-se a “finaleira” reflexão desse percurso na corrente água que atravessa o quintal da minha vó e deságua nas minhas memórias.

Essa dissertação é um esboço de um fazer-cidade em meio a um ambiente em constante remanejamento e mudança, é produto e caminho de uma *Ressaca* que foi aterrada e que, a partir de minha inserção em campo junto das pessoas que por ali moram há anos, conta suas histórias. Os três eixos principais desse trabalho se constituem a partir das narrativas de pessoas com quem convivi boa parte da minha vida “antes da antropologia” e que com quem convivi “durante a antropologia”, o que por si só renderia uma bela discussão. Mas, o enfoque foi outro, direcionou-se a pensar essas relações a partir de temáticas como casas, pessoas e suas narrativas e relação com o ambiente. Assim, fazer-cidade na Amazônia, em especial, em Santana, no Estado do Amapá, em meio as águas, plantas, pessoas e palafitas de uma *ressaca*, aterrada ou não, a partir de uma vizinhança e suas mais diversas relações é a linha que guia minhas reflexões na antropologia e pela *Castro Alves*.

2 ÁREAS DE RESSACA, ATERRAMENTOS E PALAFITAS: SOBRE FORMAS DE CONSTRUIR

Neste primeiro capítulo pretendo, além de esboçar uma descrição mais densa sobre meu contexto de pesquisa, desenvolver uma breve análise sobre alguns aspectos caros à análise construída sobre as palafitas, formas de construção e práticas/processos de fazer-cidade (AGIER, 2015). Assim, têm como centralidade uma discussão sobre as formas de construir nas regiões ao longo do tempo, desde o habitar as águas como também ao longo do aterramento da região. A partir de uma discussão sobre autoconstrução, pensando as palafitas por um referencial teórico sobre arquitetura vernácula/popular, pretendo discorrer sobre formas de se relacionar com o ambiente/paisagem⁴ em contínua construção com a cidade.

Ao explorar o potencial narrativo de minhas interlocuções e sua ação como uma perspectiva de pensar e problematizar uma posição em relação a cidade, entendendo como um contínuo de movimento, trago as histórias sobre as mudanças na cidade, seu “crescimento” e a construção analítica das categorias *rua/Castro Alves*⁵ como agenciadoras de uma gama de relações. Ainda, trato das casas, em sua confecção como ente de uma artesanaria das palavras, já que são emolduradas em meu campo etnográfico como habitantes e habitações de um jogo de histórias e vivências, estas centradas na elocução e relacionalidade com diferentes tempos, na *rua*, na *Castro Alves* ou *por ali*.

Entre as histórias de minhas interlocuções, e a minha presença antropóloga-sujeito, mas também entre os *muros*, alguns parentes, o saber construir e um lago aterrado, que o texto a seguir (Capítulo 1), se apresenta como um desaguar de águas pautado na complexidade do que habitar casas em suas instâncias múltiplas.

2.1 “SE EU CONHEÇO SANTANA? UM POUCO ...VI CRESCER, COMO DIZ O CABOCO”

⁴ Durante essa dissertação os termos ambiente e paisagem serão utilizados em diversos momentos. Suas conceituações são múltiplas, entretanto, emprego como conceitos análogos, quando possível.

⁵ Categorias *Rua* e *Castro Alves* representam, em dados momentos, a mesma coisa. A *rua* faz referência ao mundo social compartilhado por uma vizinhança, nesse caso a vizinhança que se organiza, se modifica e se relacional na *Castro Alves*. Por essa razão, utilizarei de forma alternada essas expressões e quando fugirem dessa dinâmica apresentarei as devidas ressalvas.

As palavras que dão nome a esse subcapítulo foram ditas por Seu Eduardo, vizinho de frente de minha avó há anos. Sentado em uma cadeira de balanço em sua varanda, ele disse que aquela cidade (Santana) tinha mudado muito ao longo do tempo. Crescido. Eu, atenta, anotava trechos e palavras-chave das histórias que ele contava em meu caderno de campo, essa, em especial, foi certa. Dita daquele jeito característico que pessoas mais velhas utilizam ao falar com mais jovens: de ensinamento, de demonstração que o mundo já foi outro, que as coisas se modificam, não são eternas. Ou, como outra interlocutora, Dona Maria, já me alertara inúmeras vezes “nada é raiz nesse mundo”.

Por um período, em campo e atravessada pelo incessante movimento de “retorno” as experiências no Amapá, essa frase me mobilizou. Tratei ela, seu sentido, como um ponto crucial na experiência que eu, enquanto antropóloga, tentava/tento entender. Parto da compreensão da cidade em sua metamorfose constante, que faz a vida por entre suas materializações e produção de subjetividades⁶. Ali em Santana, às margens do Amazonas, pela “sutileza”⁷ de suas mudanças.

A ideia de fazer-cidade (AGIER, 2015), que tenho levantado como importante prisma para a incorporação das dinâmicas que acompanhei junto a produção dessa etnografia, propõem um eco às palavras de Seu Eduardo. Para o antropólogo francês, com diversos trabalhos realizados no Brasil, Michel Agier (2015, p. 484), “a cidade é feita essencialmente de movimento” e “[...] portanto a descrição e a compreensão do movimento permanente de transformação urbana no tempo e no espaço que podem constituir a contribuição do olhar antropológico sobre a cidade”. Agier nos propõe que tratemos a cidade a partir de uma ótica e posição epistemológica centrada na multitude de possibilidades, na gama de relações e processos de operação que surgem nos espaços da “cidade formal” e daquela, considerada como “não formal”. O autor utiliza o conceito de margem, como posicionamento epistemológico e político, para problematizar e localizar uma forma de enxergar o fenômeno urbano por suas frestas, interstícios e de forma dialética entre a dinâmica “do vazio e do cheio” para entender essa ideia de “caótico” que se postula das cidades (AGIER, 2015). E ainda diz que: “locais, particulares ou precárias, as práticas do fazer-cidade revelam assim

⁶ Sobre essa discussão ver VELHO, 2003; SIMMEL, 2005.

⁷ Utilizo essa expressão a partir de uma “liberdade” de escrita, mas acredita que essas mudanças, os próprios processos de urbanização como aparatos que regem a vida na cidade (constituintes dessa vida, nunca a ela externos) se codificam de diferentes modos, de forma mais incisiva quanto “sutil”.

uma certa universalidade da cidade, no sentido de que deixam entrever inícios, gêneses, processos e lógicas da cidade, cujo final não conhecemos” (AGIER, 2015, p. 494).

Esse fazer-cidade é constituído de práticas, modos e relações cotidianas, como as tantas que pude visualizar em campo, das relações entre vizinhos, parentes, com os causos e histórias da rua, com as táticas de “adaptação” para viver em ambiente como as *Ressacas*. Pessoas como Dona Maria, Dona Socorro, Seu Eduardo, Dona Célia, Dona Nice, Dona Marta (algumas de minhas interlocutoras) e eu mesma, auxiliam a pensar como que a urbanização, enquanto, não apenas fenômeno transformativo em seu caráter físico, mas também político, colonizador, social e emocional, age e se desenrola de forma diluída, em contínuo processo naquele lugar.

Nesse entendimento, parto da ideia de que a urbanização é um processo, sem fim declarado e mediada por diferentes perspectivas, sejam elas da vida cotidiana das pessoas, dos Planos Diretores ou Relatórios e de processos mais abrangentes (como fluxos migratórios, planos de governo e mudanças econômicas nacionais). Construída ao longo do trabalho de campo, a concepção de urbanização enquanto um devir, pude perceber diferentes olhares de minhas/meus interlocutoras/es para as alterações da paisagem e do modo de viver por ali já que as mudanças continuam acontecendo. Não são matéria de uma lembrança do passado, mas sim de uma formulação daquela região ao longo do tempo.

Um misto de mato, terra, gente, asfalto, água e sol. Assim, venho pensando o processo de construção de meu campo etnográfico. É quando essas coisas se articulam ou mesmo, interessam-se uma pelas outras, que minha pesquisa acontece. No ato de questionar sobre o morar em áreas úmidas que os entrelaçamentos ocorrem e, casas, pessoas e histórias de vidas tomam forma.

Durante julho de 2021, estive passando um mês com minha família no Amapá. Havia dois anos que não os visitava. Em uma manhã dessas, de sol forte característico da Amazônia, tive de passar na agência do meu banco. Em Santana, onde nasci e cresci, mesmo com seus mais de 100 mil habitantes há apenas uma agência do Banco do Brasil, localizada próxima a uma importante via, a Avenida Santana. A propósito, nessa região da cidade, no bairro *Comercial*⁸, reside parte de minha família paterna,

⁸ Termos em itálico indicam regionalismos, linguagem êmica, palavras estrangeiras e/ou nome de lugares (nomes de bairros, ruas ou localidades)

a alguns poucos quarteirões da agência, descendo algumas ladeiras. Após meus afazeres naquele dia, desci a pé para encontrar minha vó, que por variados motivos (até mesmo em relação a minha pesquisa), me aguardava.

Nessa caminhada, por calçadas despedaçadas ou inexistentes, iniciei parte de minhas reflexões (que aqui se apresentam) sobre minha cidade e a região de áreas de ressaca que convivo desde criança. Ali onde minha vó me aguardava, - em sua casa, que ao longo dos anos vi se metamorfosear -, é um ambiente composto por um complexo de lagos e igarapés que se conectam ao rio Amazonas. Agora, boa parte daquela região está em *terra firme*⁹, entretanto ainda coexistem à paisagem de uma cidade com ruas asfaltadas, casas com terrenos em constante conversa entre água e terra. Sobre esses encontros entre diferentes agentes que essa dissertação desagua.

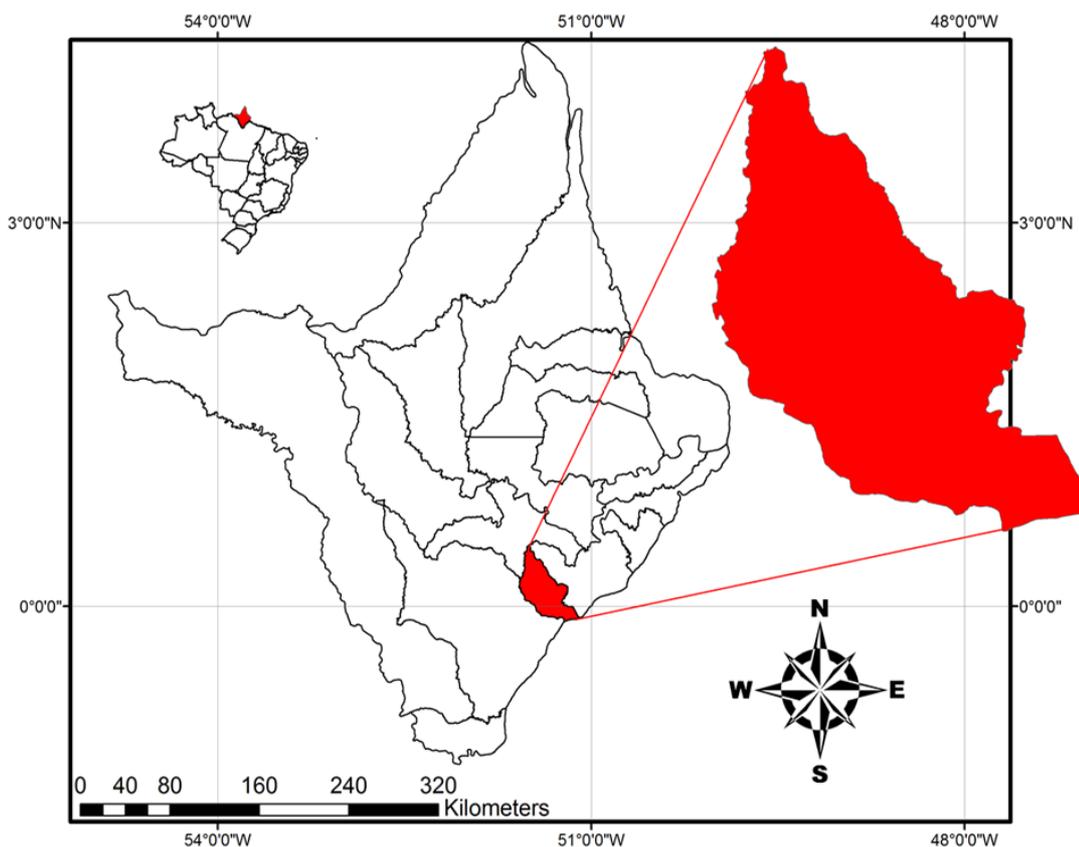
Ao descer as ladeiras, buscando acionar um olhar antropológico sobre o espaço que me cercava e as familiares, ruas, casas e pessoas com as quais convivi, fiquei me perguntando sobre os processos de conhecimento, reconhecimento e descobrimento que rever a cidade durante aquela curta estadia me fizera. Agora, enquanto antropóloga, me questiono como que uma casa sobre pilotis (como aquela que faz parte de minhas memórias de infância) diz sobre formas de morar na Amazônia: corporificando agências, modos de vida, relações familiares e processos de exclusão.

O *locus* de minha pesquisa é Santana/Amapá, segundo município mais populoso do estado, atrás apenas da capital Macapá. As duas cidades juntas conformam a maior densidade demográfica do estado. Santana foi fundada no ano de 1987, quando deixou de ser um distrito da Capital, entretanto o processo de colonização e ocupação da região é demarcado como iniciado em 1753 com o povoado localizado na Ilha de Santana. A cidade apresenta, na breve descrição de sua história no site do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2017), um acontecer histórico situado oficialmente a partir dos ciclos econômicos e seus desdobramentos na região, como a implantação da empresa estadunidense Icomi – Comércio de Minérios S.A., da Estrada de Ferro e da criação da Área de Livre Comércio de Macapá e Santana (ALCMS) na década de 1990. Processos esses

⁹ Essa expressão é utilizada pelas publicações, diagnósticos e relatórios oficiais para diferenciar as áreas úmidas daquelas que não são. Utilizo nessa parte do texto com ressalvas, já que há de se questionar se a região da qual falo realmente é vista como “terra firme” e por quais agentes.

estritamente relacionados com a urbanização da cidade (SALGADO, 2019; SANTIAGO, 2017).

Figura 1 - Mapa município de Santana



Descrição: apresenta o município de Santana em destaque (vermelho) em relação ao Amapá e o estado em relação ao restante do Brasil. Fonte: Geoabrangência (2013).

As cidades de Santana e Macapá, vizinhas e separadas por 17 km, situam-se na foz do Rio Amazonas e na considerada Zona Costeira Estuarina do Amapá. Nessas zonas há a presença do que Takyama *et al.* (2012, p. 17, destaque no original) consideram enquanto:

[...] extensas áreas úmidas chamadas localmente de 'RESSACAS', que constituem sistemas físicos fluviais colmatados, drenados por água doce e ligadas a um curso principal d'água, influenciados fortemente pela pluviosidade e possuindo vegetação herbácea (TAKYAMA *et al.*, 2012, p. 17).

Diversos autores apontam as peculiaridades dessas regiões e de sua importância ecológica, ambiental, econômica e climática (BASTOS, 2006; CUSTÓDIO; BRITO, 2013; PORTILHO, 2010).

Para Maciel (2001 *apud* BRITO *et al.*, 2012) as áreas de ressaca têm muitas funções sendo os de aspecto econômico e de equilíbrio climático, como de interesse

principal. Em relação ao equilíbrio climático do ambiente ressalta o seu papel como “corredores de massa de ar naturais”, já que transpassam a malha urbana, como também, sua importância biológica atribuída a sua biodiversidade composta principalmente por uma vegetação herbácea dominante, anfíbios, peixes e crustáceos (THOMAZ; COSTA NETO; TOSTES 2004). Outros aspectos levantados são: o papel de drenagem que essas áreas exercem, como são interligadas elas atuam como veios de escoamento e desague do Rio Amazonas; e, sua função no equilíbrio térmico da região.

Em conjunto a seus aspectos de relevância ambiental as áreas de ressaca são vistas como um campo de disputas, já que consideradas “informalmente” como horizonte da expansão urbana foram, a partir da leitura de Weiser, Uilana e Tostes (2015, p. 37) destino de uma “ocupação desordenada e ilegal das áreas de drenagem natural”. Essa ocupação está relacionada com o intenso fluxo migratório das Ilhas do Pará e do Maranhão (AGUIAR; SILVA, 2004; PORTILHO, 2010; TOSTES; DIAS, 2016) a partir do final dos anos 1980 impulsionado por diferentes razões como a extinção do ex-território Federal do Amapá em 1988 e a criação da ALCMS em 1991.

Muitos trabalhos desenvolvidos, e aqui cabe ressaltar os relatórios técnicos produzidos pelo Instituto de Pesquisas Científicas e Tecnológicas do Estado do Amapá (IEPA), por exemplo “Diagnóstico das Ressacas do Estado do Amapá: Bacias do Igarapé da Fortaleza e Rio Curiaú” (2004) e “Projeto Zoneamento Ecológico Econômico Urbano das Áreas de Ressacas de Macapá e Santana, Estado do Amapá: Relatório Técnico Final” (2012), dissertam sobre a degradação sofrida pelas áreas em questão frente as mudanças antrópicas. É interessante dizer que foram levantados dados comparativos entre as regiões com pequena e grande intervenção humana e, a partir de uma pesquisa profunda sobre as ressacas situadas nas Bacias do Igarapé da Fortaleza e do Rio Curiaú, também foram levantados dados sobre a população ali residente. É mister que esse material já possui 20 anos, mas apresenta profícuos dados estatísticos sobre as formas de ocupação do espaço e de relação das comunidades com o ambiente, em especial quando trata de características como faixa etária, gênero, acesso a políticas públicas, tecnologias empregadas na construção das casas entre outros (AGUIAR; SILVA, 2004).

Entretanto, resalto que ao falar dessas regiões existe uma trama de relações que precisam ser vistas e compreendidas entre agentes públicos (prefeitura e mídia, por exemplo) e, frente inclusive à produção científica sobre a temática, já que são

relatadas como produto da “marginalidade”, da falta de “desorganização” e infraestrutura. Os problemas são reais - falta de saneamento básico, acesso a água e energia elétrica dentre outros aparatos -, porém a criação discursiva de lugar da “informalidade”¹⁰ ajuda a (re)produzir diferentes processos de exclusão, como os apontado por Rodrigues e Madeira Filho (2019) ao tratarem de uma bionecropolítica¹¹ em ressacas na cidade de Macapá.

Meu recorte de pesquisa, uma região entre os bairros *Comercial* e *Hospitalidade*, hoje aterrada, não é apresentada como uma região de ressaca (COSTA; SOUZA; CORRÊA NETO, 2017; TAKYAMA *et al.*, 2012; TAKYAMA; SILVA, 2004) mesmo possuindo cursos d’água e dinâmica pluviométrica semelhante às de áreas que não sofreram as mesmas intervenções. A região da casa da minha vó, a ressaca aterrada que pretendo analisar, é apontada pelo “Plano Diretor Participativo de Santana – AP” (2006) como Zona Mista de Média Densidade (ZMMD) e Zona Mista de Alta Densidade (ZMAD), esse documento inclusive aponta algumas diretrizes sobre a gestão das áreas de ressaca no município, inserindo parte dessas regiões (não aterradas) como Zona Mista de Baixa Densidade (ZMBD) e outra como Zona Especial de Baixa Densidade (ZEBD). As definições apresentadas pelo Plano Diretor Participativo de Santana - AP vão ao encontro dos parâmetros produzidos pelo Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano e Ambiental de Macapá (2004), que delimita importância ímpar para essas regiões e demonstra uma articulação de nível metropolitano sobre a gestão dessas áreas.

As regiões que se desenham em minha pesquisa, no tempo das casas e pessoas, são localizadas entre o bairro *Central* e o Rio Amazonas e apresentam interessantes configurações espaciais. A *Área Comercial* (como é conhecido) e *Hospitalidade* são bairros consolidados e de “tradicional” ocupação da cidade, abrigando escolas, comércios e residências. São compostos, em sua maioria, por ruas asfaltadas e por um amplo processo de aterramento das *áreas de ressaca*, com presença de alguns cursos de água remanescentes dos *lagos* de outrora,

¹⁰ Apesar de tratar de uma ressaca aterrada, incorporada a malha urbana asfaltada ao tratar da problemática dessas regiões em Santana e Macapá é mister apontar a produção de um discurso que caracteriza a ocupação dessas regiões a partir da chave da informalidade. Digo isso pois, a própria não caracterização da região que estudarei como região de ressaca apresenta aspectos interessantes sobre essa relação, que ainda se encontra em processo de amadurecimento.

¹¹ Os autores articulam os conceitos de Biopolítica de Michael Foucault e de Necropolítica de Achille Mbembe para pensar uma reprodução e perpetuação de dinâmicas de exclusão nas áreas de ressaca.

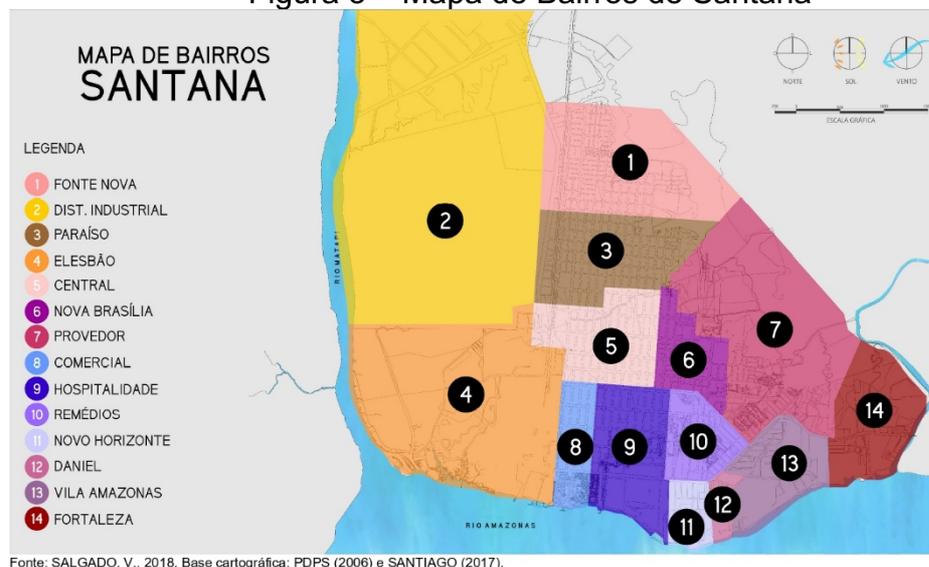
característicos dessa parte da cidade durante os anos 1980 e 1990, de acordo com relatos de moradores/as. A figura a seguir localiza, em parte, essas áreas na cidade.

Figura 2 - Vista aérea da cidade Santana, a partir da Avenida Santana.



Descrição: Rua larga de duas vias em centralidade na imagem acima. Ao fundo há a presença do Rio Amazonas e mais ao fundo a Ilha de Santana (Distrito do Município). Parte do bairro Hospitalidade (1) e Área Comercial (2) estão assinalados a partir de intervenções minhas na fotografia original. Fonte: Perfil de *Instagram* @ beemovie_drone (2021).

Figura 3 – Mapa de Bairros de Santana



Fonte: SALGADO (2019).

O bairro *Área Comercial* recebe esse nome pela presença de uma grande quantidade de estabelecimentos comerciais, “lar” das primeiras agências bancárias da cidade, lojas de calçados, roupas e da região portuária da cidade, na qual muitos outros tipos de produtos são comercializados. No porto da cidade muitos produtos que veem dos interiores são vendidos, como frutas, pescado e o açaí. A Casa da Hospitalidade e a Associação Casa Abrigo Padre Luigi Brusadelli - Casa da Hospitalidade são ONGs que dão nome ao bairro *Hospitalidade*. A Hospitalidade como são conhecidos os abrigos são lares, um de crianças e outro de idosos. São geridos pela Igreja Católica e são as instituições de “caridade” mais tradicionais e conhecidas na cidade. Os abrigos ficam em lados opostos da Avenida José de Anchieta e são importantes pontos de referência e localização na cidade e na região com que estou trabalhando, em especial o abrigo de crianças que ocupa um quarteirão inteiro (Figura 4).

Figura 4 – Vista aérea da Casas da Hospitalidade, no bairro Hospitalidade.



Descrição: A seta em vermelho indica um córrego construído para escoamento das águas devido o processo de aterramento da região. Fonte: Perfil de *Instagram* @beemovie_drone (2021).

Entre as dinâmicas ambientais de um intrincado ecossistema, como as ressacas, que além de importante corredor ecológico é matéria de uma disputa discursiva sobre formas de habitar as cidades, que desenvolvo minhas reflexões sobre casas, pessoas e o fazer-cidade (AGIER, 2015).

2.1.1 A Castro Alves

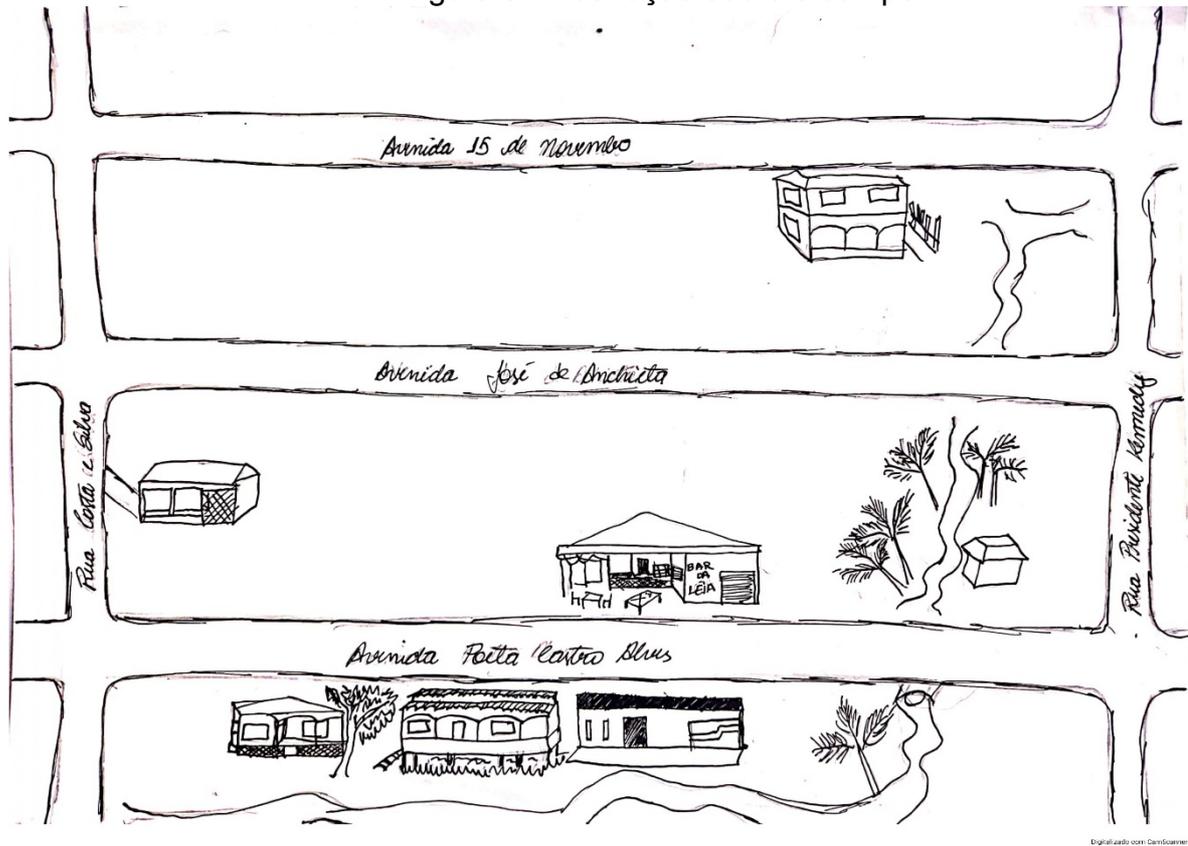
Uma das minhas primeiras lembranças da Castro Alves é de uns jambeiros que ficavam em frente à casa da minha vó Marta. Eram três ou duas árvores bem grandes, que coloriam o chão naquele tom rosa-arroxeadado típico das flores do jambeiro e que hoje já não existem mais. Era anúncio de uma das melhores épocas para o meu eu criança: temporada de me deliciar com doce sabor de “rosa” daquelas frutas vermelhas e roxas. Era tempo das crianças indo de casa em casa pedindo para apanhar as frutas. Naquela rua, junto com bicicletas, *zoada* dos bares e gritaria dos moleques ajeitando traves improvisadas para o futebol de rua que tenho minhas primeiras lembranças de criança.

Junto aos jambeiros ficava a casa do Seu Miguel, um amplo casarão de madeira, que se “abria” para outras casas, já que vários dos vizinhos são filhos/as dele e sua esposa. Ah, e quantas famílias se produziam na Castro Alves! São primos

postigos, legítimos e de segundo grau, são famílias produzidas por consideração e por vivências cotidianas. Era um pouco confuso para mim, quando criança, entender tudo aquilo. A Merê era tia do meu pai, mas não era minha tia. Por quê? Hoje, estou levantando a hipótese que presenciar essa rua, etnograficamente, propondo uma análise, é entender que além do asfalto e das casas há a produção de relações de parentesco, afinidade e amizade que compõem a materialidade da cidade.

Agora, permita-me descrever melhor o que venho tratando sobre essa rua e sua especificidade em minha pesquisa. Primeiramente, enquanto *lócus* de pesquisa fui imbuída, de muitos modos que a antropologia nos propõe, a olhar para o que viver em uma palafita no meio da cidade quer dizer. Assim, cheguei na Avenida Poeta Castro Alves, que habita as memórias de minha infância. Na ilustração a seguir, é possível perceber melhor dentro das linhas “oficiais” da cidade por onde realizei meu trabalho de campo, entremeando relações na *Comercial* e na *Hospitalidade* a partir de uma irradiação das relações da rua de minha avó.

Figura 5 – Ilustração sobre o campo



Fonte: Autora (2021).

Por entre esses espaços, ou melhor, do irradiar da produção do espaço pelas minhas relações como sujeito, que desenhei e escrevo as linhas dessa pesquisa. Gostaria assim de retornar ao argumento levantado anteriormente: da produção da rua pelas/através das intervenções das relações de parentesco. Essa justificativa ocorre em duas frentes: 1) As interlocuções constroem sua prática de cidade e vizinhança a partir dessas relações (no capítulo seguinte a dinâmica entre as diferenças entre vizinhos, por exemplo, será mais bem explorada); e 2) a produção desse relato só é possível pela minha inserção em uma diversidade de “mundos” compostos pela minha família, amigos e a própria antropologia. Assim, a *Castro Alves* é um ente que aqui não se postula enquanto um cenário do fazer-cidade (AGIER, 2015), fazer-família e tantas outras ideias sobre uma contínua feitura das pessoas. Um agente constituído justamente por todos esses aspectos. A *rua* só é *rua* porque as pessoas nela confeccionam seus agenciamentos, levantam casas, organizam *mutirões*, *tacacás* e festas juninas.

A *rua* como categoria de análise na antropologia é fundamental para pensarmos, como aponta Roberto DaMatta (1997), fugindo de sua incorporação a partir de sua relacionalidade e não divergência. Para o autor

[...] Mas é preciso notar também que a oposição *casa/rua* tem seus aspectos complexos. É uma oposição que nada tem de estática e de absoluta. Ao contrário, é dinâmica e relativa porque, na gramaticidade dos espaços brasileiros, rua e casa se reproduzem mutuamente, posto que há espaços na rua que podem ser fechados ou apropriados por um grupo, categoria social ou pessoas, tornando-se sua 'casa' ou seu 'ponto' (DAMATTA, 1997, p. 50-51, grifo no original).

DaMatta levanta uma importante questão sobre os espaços e sua inscrição em uma gramaticidade: o potencial volátil das relações sociais em sua intrínseca caminhada entre tempo, espaço e subjetividade. Alguns desses espaços e, principalmente, suas delimitações, são apontados por minhas interlocuções como aspectos importantes e produtores de sentidos na dinâmica de vida ali pela *Castro Alves*. Cabe ressaltar ainda que, nem todas as minhas interlocuções se deram nessa rua, mas que como já citei, irradiaram a partir de minhas linhas com essa *rua*. Caso esse, o de Dona Nirce, Dona Maria e Seu Mazagão, como também, Sara e Dona Maria Raimunda, que tem como endereço outras ruas e avenidas, mas que tem como referência, em muito pela minha presença, a *Castro Alves* em suas narrativas. Além de que, “isso aqui tudo era um lago só”, como muito me dissera minha vó e Dona Maria, apresenta a conexão e produção de um ambiente que não produz ecossistemas (se assim posso chamar) fechado entre as ruas, mas de relacionalidade e de compartilhamento. A água continua a impactar aquelas dinâmicas mesmo com a produção de uma política de segmentação do traçado urbano que tende a esconder, inclusive visualmente, uma *rua* da outra. Ou, como posteriormente aparecerá, a construção de muros e o “isolamento” ainda é mediado pela necessidade de diálogos no que tenho chamado de “gestão cotidiana da vida, do ambiente e da água” naquela *ressaca* aterrada.

Pensando na produção nas ciências sociais sobre essa categoria “rua” é importante salientar alguns pressupostos que me auxiliam a entender como que se dá, inclusive analiticamente, essa construção como objeto de visualidade que venho fazendo. Ou seja, como que produzo a categoria como um aglutinador das experiências que tento desvelar nessa dissertação. Para Graças Índias Cordeiro e Frédéric Vidal (2008, p. 9), na apresentação da obra *A rua: espaço, tempos, sociabilidade*, “[...] os objectos não são neutros nem existem no vazio, mas são

construídos no interior de tradições científicas próprias [...]” e se postulam a partir da pessoa pesquisadora dentro de sua área de conhecimento. Aqui a Antropologia. Em consonância com as ideias anteriores, Rita d’Ávila Cachado diz que:

De facto, a escolha de um local onde a maior parte da observação é realizada requer – em Antropologia Urbana ou não – preocupações de enquadramento por parte dos investigadores. Além disso, ao escolher a rua como unidade de observação e tendo em conta um trabalho de aproximação ao terreno já enraizado, a análise situacional sobressai naturalmente como forma de abordagem teórico-metodológica (CACHADO, 2008, p. 129-130).

Assim, venho concebendo esse espaço da *rua* como a constituição e produção de sentidos das relações de meus interlocutores/as com a materialidade que lhes cerca e que fazem parte. Inclusive, tenho entendido certa similaridade dessa perspectiva com a definição de “bairro” proposta por Pierre Mayol em que:

[...] o bairro é, quase por definição, um domínio do ambiente social, pois ele constitui para o usuário uma parcela conhecida do espaço urbano na qual, positiva ou negativamente, ele se sente reconhecido. Pode-se, portanto, apreender o bairro como esta porção do espaço público em geral (anônimo, de todo o mundo) em que se insinua pouco a pouco um *espaço privado particularizado* pelo fato do uso quase quotidiano desse espaço (MAYOL, 2003, p. 40).

Elenco algumas ressalvas enquanto a utilização, por minha parte, dessas definições e do cambiante movimento de uso de conceitos que por vezes faço. A ideia de *rua*, *bairro* e *casa*, estão diluídas ao longo dessa dissertação e por se tratar de categorias mobilizadoras dessa etnografia elas, como que de praxe, carregam uma polissemia de sentidos e usos. Utilizo, em especial, a categoria *bairro* em seu caráter organizacional, administrativo e cotidiano, já que é presente na vida das pessoas por tais razões. A cidade é segmentada em bairros, entretanto os limites entre tais divisões são voláteis, já que entre a *Comercial* e a *Hospitalidade* (enfoques desse trabalho) não há, como também em outras regiões da cidade, delimitações específicas de quando começa um bairro ou outro.

Grosso modo, tenho entendido *rua* e *bairro* a partir do que Pierre Mayol (2003) chama de “elementos práticos” que auxiliam a compreender a vida cotidiana, nesse caso, nas casas, suas reformas, a vizinhança e o desenrolar das histórias contadas.

2.2 CASAS

Meu principal interesse de pesquisa, nos primeiros processos de produção do anteprojeto dessa dissertação, foram as casas, a materialidade e a constituição delas

enquanto partícipes de um modo de vida e, conseqüentemente, de fazer-cidade (AGIER, 2015). Em especial, nesse subcapítulo gostaria de desenvolver, de forma mais pontual, a partir de quais referenciais venho abordando essas experiências na cidade e “desembolar” alguns dos conceitos que salpico durante essa escrita: como fazer-cidade, modos de vida e a própria ideia de casa/palafita/habitação.

Detive-me, por algum tempo, em uma tentativa, essa de antemão informo falha, de compreender o que DaMatta (1997), grosso modo chamou de uma gramática dos espaços, ou que Bourdieu (1999) elencou como constituinte de um modo de morar da casa Kabyle, ou mesmo com as análises espaciais e arqueológicas que me inspiraram em determinada etapa dessa pesquisa¹². Para minha surpresa, o desenvolvimento de minha análise se dará a partir de uma relação “mais abrangente” da configuração do espaço, das casas e das pessoas. Aproximo-me das tentativas de produzir uma Antropologia das Casas, ou mesmo uma Nova Antropologia das Casas como refere-se Thomas Cortado (2016) a uma reinvenção no olhar para a relação entre sujeitos, casas e relações de parentesco. O conceito de “configuração de casas”, produzido por Louis Marcelin (1999), em sua pesquisa no Recôncavo Baiano, é um interessante agenciador para os debates que tento levantar: pautados na compreensão do espaço das casas em sua ramificação física e simbólica com outros lugares.

Minha proposição com este trabalho é de esboçar um caminho interpretativo acerca de meu “objeto” de pesquisa, Santana/Amapá e suas regiões de ressaca, a partir das interpretações sobre a cidade, casas e pessoas que a Antropologia Urbana propõe em conversa com o que é entendido por autores como Cortado (2016, 2018, 2019) e Guedes (2017) enquanto uma *nova* antropologia das casas. Neste sentido, proponho uma interpretação sobre as formas de fazer-cidade (AGIER, 2015) das pessoas a partir das narrativas sobre suas casas e suas vidas e, também, analisar mudanças de infraestrutura, tecnológicas e sociais atribuídas as áreas de ressaca. Nesse ínterim, busco uma aproximação na compreensão das dinâmicas dos indivíduos e suas casas, as formas que constroem, como se dá o uso dos espaços do ambiente construído como a relação com as dinâmicas ímpares das regiões de ressaca, mesmo depois do processo de aterramento.

¹² Refiro-me aos estudos, principalmente, de Arqueologia da Arquitetura como COPE, 2007; NAVARRO, 2013; 2017; 2022; SOUZA, N., 2021; SOUZA, R., 2017; ZARANKIN, 2001; 2005; ZARANKIN; FUNARI, 2020.

Ao falar das casas nas áreas de ressaca em Santana, com vias de pensar o processo de urbanização em uma cidade na Amazônia, também se discute migrações, políticas públicas de acesso às habitações e às infraestruturas urbanas e trata-se de um fazer-cidade (AGIER, 2015) imbuído de um contexto social, histórico, geográfico e temporal em que as dinâmicas se apresentam intercruzadas. Com isso em mente, acredito que compreender estes elementos é entender como ocorre e de que forma se desenvolve uma certa governamentalidade das casas, como apontado por exemplo por L'Estoile e Neiburg (2020). Para esses autores,

casas sempre foram objeto de governo, na forma de regulamentos sanitários, urbanísticos e econômicos, ou por meio de políticas públicas e privadas de habitação. Os conceitos estatísticos de domicílio ou casa, por exemplo, são dispositivos do estado para o governo da casa que visam definir limites de forma a estabilizar moradias e pertences. Esforços em governar casas têm sido especialmente proeminentes nos cenários coloniais e pós-coloniais, onde diferentes agentes governamentais, de missionários a administrações coloniais a ONGs para programas de cooperação internacional, têm atuado em projetos de reforma habitacional, todos integralmente incorporados em ideais de reforma moral e no “desenvolvimento” de seus habitantes (L'ESTOILE; NEIBURG, 2020, p. 656, tradução minha)¹³.

No Recôncavo Baiano, Louis H. Marcelin (1999, p. 33) acredita que as casas apresentam de forma “concreta as normas ecológicas e arquiteturas que governam os modos de habitar dessa periferia”¹⁴. O autor aponta uma relação intrínseca entre as formas de habitar, as relações de família e parentesco e aspectos ambientais, assim gostaria de ressaltar que, como Marcelin, meu universo de pesquisa tensiona uma coparticipação de diferentes elementos em uma conversa mútua perante a cidade. Como já apontei em outros trabalhos (SOUZA, 2019, 2020, 2021) na Amazônia, coordenadas geográficas ou tipologias ambientais não são apenas “localizadores herméticos” de um local no mapa, são partícipes das construções

¹³ No original: “Houses have always been an object of government, in the form of sanitary, urbanistic and economic regulations, or through public and private housing policies. The statistical concepts of domicile or household, for example, are state devices for the government of the house which aim to define boundaries so as to stabilize dwellings and belongings. Efforts at governing houses have been especially prominent in colonial and post-colonial settings, where different government agents, from missionaries to colonial administrations to NGO's to international cooperation programs, have been active in projects to reform housing, all of which were integrally embedded in ideals of moral reform and the “development” of their inhabitants” (L'ESTOILE; NEIBURG, 2020, p. 656).

¹⁴ Importante ressaltar a pesquisa de Louis Hern Marcelin (1996), mais especificamente sua tese de doutorado, é apontada como expoente do debate sobre uma *nova antropologia das casas* (COMERFORD; NEIBURG, 2021). Sobre essa discussão pretende-se explorar com mais afinco na escrita final da dissertação.

identitárias, estão em fluxo como agentes não-humanos e sobrehumanos de um “modo de ser”¹⁵.

Gostaria de dizer que os *igarapés, áreas de ressaca, mata* e saberes tradicionais dessa população, não devem ser entendidos enquanto de relevância por sua característica de exotividade ou romantização, mas por constituir um *ethos* de vida, uma socialidade situada nos interstícios de cidades em plena transformação, com dinâmicas e conflitos presentes entre as suas “raízes amazônicas” e uma ideia simmeliana de cosmopolitismo¹⁶. Ainda, é interessante pensar esses aspectos, tidos enquanto conflituosos a partir da perspectiva do próprio Simmel em que,

a função das cidades grandes é fornecer o lugar para o conflito e para as tentativas de unificação dos dois, na medida em que as suas condições peculiares se nos revelam como oportunidades e estímulos para o desenvolvimento de ambas. Com isso as cidades grandes obtêm um lugar absolutamente único, prenhe de significações ilimitadas, no desenvolvimento da existência anímica; elas se mostram como uma daquelas grandes formações históricas em que as correntes opostas que circunscrevem a vida se juntam e se desdobram com os mesmos direitos (SIMMEL, 2005, p. 589).

Não interpreto as formas de vida a partir de uma grande cidade no sudeste do país. Indo pelo caminho contrário preocupo-me com as formas citadinas de grupos em uma cidade de dinâmicas em parte diferentes das apresentadas pelos grandes centros urbanos. Cidades médias ou pequenas, possuem problemas específicos, entretanto não pauto minhas considerações em uma distinção tão antagônica dessas formas de fazer-cidade, como também não acredito em uma “fusão” dessas categorias. Penso, dessa forma, em uma compreensão por entre escalas, “brincando” com o que atravessa essas realidades, as múltiplas lógicas que estão presentes nesses espaços sejam as econômicas, políticas e sociais que são compartilhadas entre as grandes metrópoles e as cidades menores.

Assim como Gupta e Ferguson (2000), acredito na construção do espaço, enquanto categoria e agente, e que o ato de questionar a “natureza” de tal conceito se faz necessária,

¹⁵ Aqui apresenta a ideia de não-humanos e sobrehumanos a partir de dois debates específicos: 1) a discussão sobre não-humanos é inspirada nos debates dos estudos sobre rede sociotécnicas, em especial das considerações sobre Bruno Latour (2009); 2) Ao falar de sobrehumanos introduzo as discussões sobre as *visagens, encantados* e outros seres que fazem parte da vida das pessoas na Região Amazônica (sobre essa temática ver mais em LEITE, 2014).

¹⁶ Aqui me refiro a descrição de Simmel (2005) da cidade moderna e da sua impessoalidade, com a intensificação da vida nervosa.

a capacidade das pessoas de confundir as ordens espaciais estabelecidas, mediante movimentos físicos ou por meio de atos políticos e conceituais de reimaginação, significa que espaço e lugar nunca podem ser 'dados', e que o processo de sua construção sociopolítica deve sempre ser levado em consideração. Uma antropologia cujos objetos não são mais concebidos como automática e naturalmente ancorados no espaço precisará dar atenção especial ao modo como espaços e lugares são construídos, imaginados, contestados e impostos (GUPTA; FERGUSON, 2000, p. 44).

As formas de construção e socialidade que pesquiso estão intrinsicamente cambiantes com a materialidade das casas, as formas de organizar o espaço construído, as relações familiares e de vizinhança, a urbanização enquanto aparato de “governança” a partir de diferentes infraestruturas, entre outros aspectos. A compreensão das dinâmicas das regiões de ressaca tem como partida as casas em palafitas (atuais ou do passado), e a busca de um entendimento em que “governar a casa não se refere apenas ao controle da casa como um lugar físico e simbólico, mas também aos complexos emaranhados de poder e relações afetivas entre seus habitantes” (L’ESTOILE; NEIBURG, 2020, p. 657, tradução minha)¹⁷. Assim, “Casas e pessoas são co-constitutivas. Ambos existem com o tempo, nascem, se desenvolvem, se transformam e morrem. Como pessoas, as casas são moralmente acusadas, ou são vistas como agentes morais que agem sobre as pessoas” (L’ESTOILE; NEIBURG, 2020, p. 658, tradução minha)¹⁸.

A partir desses pressupostos, a co-constituição das casas e sujeitos que penso que as imagens nas pranchas que compõem essa dissertação, bem como as figuras junto as descrições, não apenas contam, como as palavras desse texto, sobre como a cidade se parece, como as casas estão colocadas na rua ou mesmo como realizei as caminhadas que anteriormente citei, mas sim mediam, de diferentes formas, a experiência antropológica de compreender os interstícios de uma relação entre pessoas, suas casas, a casa dos outros e como eu, antropóloga, me defronto com algumas dessas questões.

Inspirada na análise de Etienne Samain (2004) sobre a produção conjunta de Gregory Bateson e Magareth Mead em *Balinese Caracther*, produzi, nessa análise, Pranchas de Pesquisa, como forma de elencar e analisar as produções visuais em

¹⁷ No original: “Thus, governing the house does not only refer to the control of the house as a physical and symbolic place, but also to the complex entanglements of power and affective relations among its inhabitants” (L’ESTOILE; NEIBURG, 2020, p. 657).

¹⁸ No original: “Houses and persons are co-constitutive. Both exist in time, are born, develop, transform, and die. Like persons, houses are morally charged, or are seen as moral agents which act on persons” (L’ESTOILE; NEIBURG, 2020, p. 658).

meu trabalho, para o autor “entre a escrita e a visualidade existem laços de complexidade necessários” (SAMAIN, 2004, p. 61). A prancha a seguir, a primeira a aparecer nesse texto, é, em sua gênese, uma aproximação para quem lê dos lugares que tanto descrevo, como também um processo sensitivo de abordar as *casas* a partir de sua visualidade e interação com a lente, com a *rua* e com o mundo social a partir de diferentes fluxos.

Prancha 1- *Ressacas*, algumas casas e um campo etnográfico em construção



1.



2.



3.



4.

Legenda

Prancha 1- Ressacas, algumas casas e um campo
etnográfico em construção

Figura 1 - A casa que fica ao lado do Buiero (2022)

Figura 2 - Quintal da Vó Marta (2021)

Figura 3 - Vista da calçada da casa da Vó Marta (2021)

Figura 4 - Uma casa na Castro Alves (2022)

A sequência de imagens anterior, denominadas como pranchas nesse trabalho, é um esboço a partir da minha ótica sobre como enxergo meu campo etnográfico. Ainda, a *Castro Alves* é modelada por essas figurações através de elementos que julguei como importantes na produção dessa análise. O enfoque está na materialização desse espaço em seus contrastes, que produzem vibrações entre o jogo do que se intitula urbano, floresta e modos de vida. No entremeio dessa “brincadeira”, da produção de uma visualidade de uma “antropóloga-neta” (BRAGA, 2021), de uma aprendiz de antropóloga, entendo que se passa umas das vertentes que guiam essa caminhada pelas ruas e quintais que tanto conheço: entender a urbanização, em seu processo contínuo, a partir das práticas cotidianas e modos de fazer-cidade (AGIER, 2015).

Para Magnani (2002) é no olhar de perto e de dentro ao compreender através das categorias, arranjos e trânsitos pela cidade, que se encontra a Antropologia Urbana. Assim, o fazer antropológico na cidade é um fazer antropológico, também, da cidade, já que as análises feitas sobre grupos urbanos se conectam em um pensar a urbe que é complementar e não antagônico (MAGNANI, 2019). As conexões construídas ao pensarmos a unidade habitacional, seja vista como casa, palafita ou outra nomenclatura, enquanto segmento de começo, é meu ponto de partida na compreensão das histórias de vidas a elas atribuídas enquanto agenciadas e personificadas, dos fluxos de tempo, duração e descontinuidades do acontecer histórico de uma cidade na Amazônia. Para Magnani (2002) é no olhar de perto e de dentro ao compreender através das categorias, arranjos e trânsitos pela cidade, que se encontra a Antropologia Urbana. Assim, o fazer antropológico na cidade é um fazer antropológico, também, da cidade, já que as análises feitas sobre grupos urbanos se conectam em um pensar a urbe que é complementar e não antagônico (MAGNANI, 2019). A complementaridade das perspectivas apresentadas por Magnani desenham compreender desse *locus* de pesquisa, muito bem caracterizado pelo autor como “mais do que um simples cenário do acontecer social” (MAGNANI, 2009, p.132). Feito de perspectivas do olhar, sejam teóricas, metodológicas e subjetivas.

Mariana Cavalcanti (2009), em um de seus trabalhos acerca de favelas no Rio de Janeiro, nos mostra que a remodelação e construção de casas e,

consequentemente, os processos de urbanização, relatam sobre a produção social do espaço. A partir de uma cena cotidiana, da relação entre a presença do estado e do acesso a diferentes infraestruturas em uma favela, a autora discorre sobre como que essas transformações, entendidas por ela (Cavalcanti) a partir da centralidade das mudanças tecnológicas das casas, reflete sobre formas de viver e de relação entre, por exemplo, funcionários de uma companhia elétrica e traficantes. Como Cavalcanti (2009, p. 71) propõe, a partir de uma “perspectiva míope, do chão” (essa descrita pela autora como uma contraposição a forma de analisar a cidade criticada por Michel de Certeau) é interessante uma abordagem que se pautar nos tempos das casas e interlocuções, ou seja, atribuir temporalmente esses processos de tornar urbano as configurações sociais apresentadas. Ou seja, pensar a mudança da região de ressaca que estudei a partir e, principalmente, em conjunto a construção narrativas das pessoas interlocutoras da pesquisa. Esta autora demonstra que do barraco à casa se dão intersecções entre aspectos sociológicos, temporais, de valor e da ação de políticas públicas, ao decorrer de uma narrativa que apresenta a invisibilidade, visibilidade, criminalização e ação governamental sobre ocupações urbanas, expressa na consolidação das construções e histórias sobre o morar.

Na etnografia realizada, situam-se as perspectivas de Cavalcanti e Magnani, tornam-se palpáveis pelo uso e reinvenção do método antropológico. Ambos, autor e autora, demonstram que ao construir descrições e interpretações sobre a cidade centrados em atores sociais específicos (moradores de favelas e classe trabalhadora) apresentam-se outras formas de enxergar a cidade longe de resoluções simplistas de caos e violência. Dessas perspectivas, similares, que construo minha visão sobre o fenômeno urbano, pensando entre escalas, na articulação de perspectivas que não são antagônicas, mas sobretudo, complementares desde o míope e de dentro, de Cavalcanti e Magnani respectivamente, ao olhar de atores abstratos e de fora. Na articulação entre formas de ler a cidade que está o potencial da etnografia.

Nesse ínterim, entendo que as cidades são construídas materialmente e virtualmente como nos propõe Agier (2015), dos discursos atribuídos e construídos enquanto hegemônicos, “fundacionais” e representativos. Essas

dinâmicas se intensificam, se aproxima e correlacionam quando ao tratar de cidades, em suas próprias escalas, nos deparamos com a especulação imobiliária, uso e parcelamento do solo, higienização e hierarquização do espaço construído, políticas públicas e dinâmicas ambientais. Para estudar a urbanização através das narrativas, Guedes (2017) ao regressar à cidade de Minaçu/Goiás, seis anos após a defesa de sua tese, vê uma “nova cidade” a partir das mudanças construtivas e simbólicas da casa de uma de suas interlocutoras, ou como propõem uma “estabilização”¹⁹ de casas, sujeitos e cidade. As dinâmicas da/na cidade, em relação ao contexto de produção social do espaço (vinculado a urbanização, imaginário social, relações humanas e não-humanas) como aqui explicitado, “não se explicam apenas pela ‘evolução’ (Borges 2003) da urbanização em áreas periféricas (GUEDES, p. 408)”, mas na remodelação de categorias e dinâmicas em diferentes escalas, ou seja, na articulação de conflitos e negociações.

São construídas na tessitura da vida social cidadina (casas, pessoas, cidades), entre camadas de análise que se sobrepõem no fazer-cidade, relações dialéticas, opostas, convergentes, divergentes e de resiliência entre atores. Estas relações, anteriormente citadas, se expressam e constituem-se na interação sujeitos e casas. Para Cortado (2018, 2019), no contexto carioca, a configuração das casas e lotes, estas estruturas que em seus processos de constituição se vinculam ao aparecimento de infraestruturas, se relacionam ao uso e parcelamento do solo, e a segmentação social que se (re)faz em uma perspectiva genealógica, que nomeia enquanto urbanização diferida. Tanto para Guedes (2017) quanto Cortado (2016, 2018, 2019) as casas, principalmente os sentidos atribuídos no desenrolar da trama da vida social, tem substancial importância na “estabilização” (casas, sujeitos e cidade, como antes citado) e urbanização dos lugares em que trabalharam, ou seja, as habitações retratam as especificidades, generalizações e devires de transformações nas cidades. Ainda para esses autores, a reflexão antropológica sobre as casas é feita ao compreender dinâmicas sociais através das histórias de vida das pessoas e suas

¹⁹ Estabilização refere-se a um conceito explorado pelo autor (GUEDES, 2017) ao tratar das mudanças ocorridas na cidade Minaçu. Estabilização é utilizado por sua interlocutora como forma de indicar melhoria, uma certa ideia até de fixação de dinâmicas na cidade, como abertura de vias, abertura de agências bancárias e, mesmo, as mudanças nas casas e bairros.

habitações, postas por Cortado (2016) como uma “nova antropologia das casas” e reiterada dessa forma por Guedes (*Ibid*).

Outros aspectos precisam ser levantados acerca das casas em palafita e as *áreas de ressaca*, pensando a partir de suas especificidades no contexto amazônico e principalmente em relação a região de Santana no Estado do Amapá. Proponho uma crítica às formas de “enxergar” a Amazônia por parte da antropologia a partir das considerações da antropóloga paraense Telma Bemerguy (2019). Digo isso, para relatar sobre como acredito ser necessário, além das considerações já realizadas, uma discussão sobre as formas de construir como partícipes de um processo de mediação entre esses diferentes sujeitos humanos e não-humanos que fazem a cidade. Como também, as formas de disposição das casas, cômodos, pessoas, animais, vias e conflitos na paisagem. O que gostaria de apontar é que minha crítica está na forma com que são apresentadas, analisadas e descritas as concepções de cidade na Amazônia e minha tentativa é, a partir de minha pesquisa, pensar como se dá esse outro olhar pelas minhas andanças na *Comercial*.

E na Amazônia como se desenvolvem os enlaces entre casas, pessoas e cidades? Proponho caminharmos pensando uma produção em Antropologia Urbana perante a floresta fetichizada e a construção de um “outro” exótico, não-ocidental, objeto e, raramente, sujeito de pesquisa cidadão (que se situa no cerne da crítica: a Amazônia como um não-lugar de cidade e quando vista por essa lente, é fetichizada). Seguimos, não desconsiderando as produções sobre cidade na Amazônia (para citar algumas PEIXOTO, SILVEIRA, 2019; ROCHA, Manoel, 2014; SOARES, Pedro, 2016), mas como Bemerguy (2019), em um movimento analítico sobre a construção de “Amazônia” na Antropologia, cientes que contextos históricos, sociais e epistemológicos são de necessário entendimento na construção de “uma ordem discursiva que remete a um enredo associado à natureza, ao anacronismo, ao exotismo, ao atraso, ao subdesenvolvimento” (*Ibid*, p. 3) em constância associada a essa região. Para Pedro Paulo Soares, ao tratar da cidade de Belém/PA,

Essas formas de habitação popular, conhecidas como “baixadas”, tornaram-se a expressão daquilo que o pensamento racionalista e tecnocrático caracterizaria como desordem. As “formas informes” (Rocha, 2003, p. 3) das baixadas – e a dificuldade de refletir sobre elas – fizeram das baixadas uma evidência do fracasso do projeto

modernizador europeu para o novo mundo. Conquistar a cidade das águas parecia uma realização cada vez mais distante e dispendiosa, na medida em que agora implicava intervir em baixadas vistas como populosas, caóticas, disformes e que distorceram o racionalismo presente nas formulações de uma cidade retificada e livre de suas águas (SOARES, Pedro, 2021, p. 304).

Ao tratar de palafitas, em Santana, busco uma caminhada de “modo através do qual as transformações na casa respondem a (e retroalimentam) transformações na cidade” (GUEDES, 2017, p. 411). Essas habitações, vistas através do fenômeno da autoconstrução ou, aqui posta como aproximação, enquanto vernaculares são compreendidas analiticamente, em sua maioria, na região a partir dos estudos em Arquitetura e Urbanismo (CARVALHO, 2015; SALGADO & CARVALHO, 2017, 2018; SALGADO, 2019; VIEIRA, ALFAIA & SALGADO, 2018). Localizam-se em regiões alagadiças conhecidas popularmente enquanto áreas de ressaca, *de ponte e/ou baixadas*.

Para pensar as formas em que as pessoas produzem suas moradias, as modificam e adaptam esses espaços e o próprio ambiente para atender demandas movimento uma discussão sobre autoconstrução. Há um debate acerca da valorização de arquiteturas diferentes daquelas consideradas eruditas, ou seja, o surgimento de um olhar sobre formas de construir tidas como mais simples, sem arquitetos (LIMA, 2010), populares²⁰ (WEIMER, 2012) ou vernaculares. A nomenclatura para se referir a essas construções é difusa e se modela com as aproximações teóricas de cada autor/a (SOUZA, Nina, 2020), entretanto dentro dos estudos em Arquitetura e Urbanismo é presente o uso principal dos termos vernacular ou vernácula, em especial, nos trabalhos desenvolvidos por arquitetos/as/es e urbanistas com pesquisas em Santana e Macapá, citados no parágrafo anterior.

Para Weimer (2012) esse fenômeno construtivo possui algumas características que o diferenciaram da arquitetura erudita, como simplicidade, adaptabilidade, criatividade e intenção plástica. O autor diz que a simplicidade é “resultado da utilização dos materiais fornecidos pelo meio ambiente” (WEIMER, 2012, p. XLI), compreendendo assim que as formas de construir estão em estrita

²⁰ Cabe ressaltar a forte crítica de Günter Weimer (2012) presente no livro "Arquitetura Popular Brasileira" sobre a utilização do termo “vernacular” para se referir a essas arquiteturas. Essa obra é considerada referência na temática no Brasil, explorando diferentes formas de habitação e as influências de diferentes grupos étnicos nos modos de construir, morar e se relacionar com o espaço construído no país.

relação com seu entorno, gerida a partir das limitações econômicas e ambientais em que emerge, esse aspecto liga-se a segunda característica elencada por Weimer, a adaptabilidade cerne das mudanças que diferentes modos de levantar habitações sofreram com os fluxos migratórios. Ao tratar da criatividade o arquiteto e urbanista indica que diferente da arquitetura erudita (“controlada” por modismos e pelo mercado) tem um maior potencial de reinvenção dotadas assim de uma criatividade “em termos de imaginação formal e no emprego de materiais de construção” (p. XLII). A última característica exposta é a de intenção plástica que é apontada como um contraponto dos edifícios projetados por arquitetos em que a técnica é escolhida a partir de uma intenção plástica “objetiva”, na arquitetura popular pra Weimer a forma plástica é o resultado do emprego dos materiais e técnicas.

É interessante apontar, também, que a discussão sobre essas arquiteturas não se encerra em um processo de delimitação de suas características como autóctones e autônomas, essa é a crítica de Márcia Sant’anna (2013) acerca das leituras sobre a arquitetura vernacular no Brasil. Para a autora, esse horizonte de análise é construído em torno de dualidades e de uma caracterização tipológico que pouco avança, em muitos momentos, em uma leitura das intrincadas relações que as pessoas e suas casas estão imersas. Assim,

essa limitação parece decorrer, em grande parte, da colocação de uma noção de cultura autóctone ou “autônoma” no centro do fenômeno, de uma dificuldade de incluir na análise as complexas relações fundiárias, locacionais, sociais, de mobilidade e de acesso a materiais que estão em jogo nos grandes centros urbanos e de contemplar dinâmicas culturais e estéticas que são produtos de múltiplos contatos, trocas, tradições e influências (SANT’ANNA, 2013, p 28).

O cerne do debate que gostaria de levantar está na possibilidade de pensar o tema da autoconstrução nas áreas de ressaca a partir de um léxico capaz de proporcionar a formação de um olhar descritivo sobre os processos e técnicas que “levantam” as casas material e simbolicamente. No meu universo de pesquisa os pilotis de madeira, fluxos de migração, formato de telhados, relações de parentesco, banheiros e varandas fazem parte de um processo de autoconstruir moradias, ocupar ruas e pontes, como também de fazer-cidade em Santana, Amapá. Para Marion Segaud,

[...] habitar significa dominar um espaço ou uma série de espaços por meio da execução neles de práticas cotidianas. A habitação não é mais que um dos elementos de uma cadeia que a relaciona com um ambiente, um exterior, um prédio, uma residência, uma aldeia, um bairro, uma cidade. Mas ela também se inscreve em sequências temporais: momentos da vida, tempos da vida cotidiana (SEGAUD, 2016, p. 124).

Sendo assim, na proposição de uma antropologia do espaço²¹, a antropóloga francesa aponta que,

[...] as formas informam... pela leitura que fazemos delas, quando as configurações aparecem como indicações que podem informar sobre os sistemas sociais, sobre os indivíduos em si, quando se supõe que traduzam algo de um estado social que o usuário, como o observador, entendem juntos (SEGAUD, 2016, p. 110).

Para Castells (1987), a partir de uma perspectiva antropológica e arquitetônica, as formas de uso e ressignificações de casas construídas a partir de Programas Habitacionais, nos anos 1980 em Santa Catarina, se relacionam com um léxico social que direciona suas interpretações às relações familiares, de pertencimento e fluxo entre o “rural” e o “urbano”. Nesse sentido, disponho de uma percepção da casa enquanto “ser” e “materialidade” em fluxo com diferentes outros, influenciando dinâmicas de forma ativa. Castells (1987), como Segaud (2016), apontam para um olhar cuidadoso sobre o cotidiano dos grupos, para as miudezas (se assim posso dizer) cotidianas, para o direcionamento de uma porta, os usos e não usos, ressignificações, como também para o diálogo entre diferentes aspectos da vida de uma sociedade que podem e são materializados nas práticas de habitar.

Assim, as formas de morar/habitar são partícipes de um processo de constituição de um grupo social, suas escolhas, negociações e modelos construídos a partir de uma relação com o ambiente, que molda e faz-se moldada pelos indivíduos. As cores das casas, organização dos cômodos, formas de utilização dos espaços, por exemplo, é meio de compreender como as socialidades, reciprocidades e disparidades entre as pessoas, áreas de ressaca e a cidade formal se desenrolam.

Mas afinal, como é uma palafita? Como se configuram as casas que investiguei? Quais essas mudanças que tanto falo? Como que se dá o processo de construção de casas e pessoas ali pela *Castro Alves*? Os seguintes tópicos

²¹ Apresento aqui a conceituação de uma antropologia do espaço, entretanto, utilizo essas reflexões como aportes para pensar uma antropologia das casas.

têm como foco, em método de escrita, ilustrar um pouco desses questionamentos a partir de como minhas interlocuções descreviam a sua própria realidade. Assim, a ideia é falar sobre a construção de casas, como acontece, quais as especificidades e narrar parte das casas de minhas interlocuções pensando espaço específicos: pátio, muro, materiais e o encontro com as águas.

2.2.1 “Tem que saber construir”

Aos sábados minha presença na *Castro Alves*, era rotineira. Nesses primeiros meses de 2022 – três dos ininterruptos meses que passei em campo, em família e pela antropologia – os fins de semana se desenvolviam como ótimos momentos de estabelecer novas conversas, caminhar pelo bairro, escutar os sons que se interpelavam por entre as fotos que realizava ou pelas anotações apressadas que tentavam registrar alguma cena ou situação que surgia. Em um desses sábados, de desencontros, me vi sentada no sofá da sala-cozinha da casa da minha avó - ao lado de primas pequenas, brinquedos, xícaras de café e conversas sobre futuros próximos - mergulhando em uma conversa com minha tia Neura sobre as “casas” que fizeram parte de nossas vidas. Eram três ao todo.

Ao falar dessas casas (algumas dessas representações e histórias estão mais descritas no segundo capítulo, quando trato de como as casas se situam na vida de minhas interlocuções), tratávamos além da espacialidade dos cômodos das casas, da forma como se deu a construção de cada uma delas e do que resvala no habitar aquela região. A primeira casa, uma *bandola*, pequena e de poucos cômodos, foi a primeira moradia da então nova família que se estabelecia no lago. Eram além dos meus avós, seis crianças, sendo o meu pai e a tia Neura os mais velhos²². Após, veio a segunda casa, aquela que descrevo com afincos e sentimentalidade por aqui em demasiado. Eram duas casas, se formos pensar com mais exatidão, já que metade dela habitada pela minha vó e tios e a segunda metade pela família de algum tio (possuíam entradas separadas, mas havia uma passagem interna que costurava aquelas duas habitações). A terceira delas, a que ambientava nossa conversa, foi nascendo

²² Deixo aqui um registro dessa família em ordem de nascimento e a partir dos apelidos: Newton (Caji), Neura, Neuciney (Bola), Neucicley (Velho), Neucimar (Novo) e Renata.

aos poucos, e não era mais de madeira sobre pilotis como as outras. O terreno foi aterrado e aquela caixa quadrada foi sendo moldada.

Em dado momento ela disse: “São mais de 30 anos e ainda não tá do jeito que a gente quer”. A casa? A família? O lugar? Fiquei com esses questionamentos na cabeça. Não nos aprofundamos neles. Entretanto, outras pessoas começaram a aparecer, nas histórias e naquele espaço, eram palpites e memórias que complementavam a construção de uma história e de uma casa. Alguém lembrou de algum acontecimento, como jogos de futebol no leito seco do lago ou das quedas de bicicleta. Ela se recordou da construção da segunda casa e na participação de meu bisavô Salu no processo, já que ele era carpinteiro, fazia algumas poucas semanas que ele com seus 100 anos tinha falecido, foi um momento importante de contato e de escrita da vivência dele nas nossas. Ele sabia como construir, ela relatou, a casa durou anos, quase sem reformas, mas alagava como todas as outras. A atual, de alvenaria, com a “tecnologia correta”, também alagava. Os tijolos e o aterramento não traziam segurança, muito pelo contrário, pisos precisavam ser levantados, vigas reforçadas porque a terra sedia e muretas levantadas para que a água, que vinha do lago que corria ali atrás, não invadissem. As cobras continuavam a subir. Nem todos os pedreiros sabiam fundar uma casa ali, já que aquela construção já tinha sido reforçada porque as paredes estavam quebrando.

Essas questões me levantaram diversas ideias sobre o que é habitar aquele lugar, não apenas da ideia de “enfrentar” um ambiente tido como “não tão urbano”, de certas dificuldades, mas também como que estar ali significa entender e se relacionar com uma dinâmica de construção, no sentido transformativo, de um lugar de moradia.

Dona Socorro, Dona Célia e minha vó, muito me relataram sobre suas casas, o tipo de madeira que foi usada ou o acabamento das paredes e pisos. Seu Eduardo, em contrapartida, contou-me sobre como construiu a casa que hoje vive. Essas histórias me auxiliam a problematizar a ideia central desse tópico, o saber-fazer que está nas relações de construir entre as águas de uma *ressaca*, que não está nesse processo enquanto ligado ao carpinteiro que executará a obra, mas também as pessoas que habitam a casa, que pagam os

serviços e que agenciam esse saber-fazer como constituição de uma prática cotidiana de fazer-cidade.

Sentada em meio ao espaço do bar e da casa, em uma quinta-feira abafada, estava atenta ao que Seu Eduardo, um senhor de seus 70 anos, me contava sobre a construção de sua casa. Naquela semana em especial, havia ligado para o seu telefone residencial (já que não possuía celular) para marcamos uma conversa. Reticente estava depois de algumas idas a campo que me renderam portas fechadas e corridas de *uber* prematuras. Marcamos na quinta. Quarta era dia de jogo, provavelmente do flamengo, tinha de ser na quinta, ele disse.

Nesse dia, encontrei o Seu Eduardo embalando-se em uma rede, despretensiosamente esperando a chuva que prometia cair viesse. Diferente dos outros dias, ali cheguei com um objetivo muito específico em mente, fazer com que ele me contasse sobre a sua casa, sua construção e os modos e jeitos de levantar uma palafita. Levantamos um limite muito interessante em nossa relação: o corrimão da varanda. Sentava-me sempre no salão do bar, um piso de concreto pintado de vermelho, enquanto ele, sentado ou deitado, ficava na varanda de madeira. Entre essas duas estruturas, a casa em um nível mais alto, havia frestas que me faziam enxergar a lama do lago. Era maio, o lago já estava secando, a época do grande calor estava chegando. Entre essas duas estruturas fundávamos uma relação de interlocução e de (re)conhecimento, afinal, esse senhor viu meu pai e tios crescerem, me viu nascer e agora me vê antropóloga.

No Capítulo 2, apresento uma descrição precisa da casa do Seu Eduardo e da construção de uma etnobiografia²³ sua a partir de nosso encontro, assim aqui tratarei de forma mais “simplista” algumas dessas informações para que possa explicitar os caminhos que tento definir para essa etapa do trabalho: enfoque na construção a partir da mediação das relações entre tecnologias, técnicas, sujeitos e ambiente. Seu Eduardo, vizinho quase em frente à minha vó, tem um bar junto com a esposa: o Bar da Leia. Ali junto do bar, misturam-se a casa, vida privada, mesas de plástico, sinuca e o movimento de pessoas em dias comemorativos, fins de semana ou em dia de jogo.

²³ O conceito refere-se a um modo de produção de biografias de sujeitos a partir do modo de análise e relação que a etnografia propõe. No capítulo seguinte essa temática será destrinchada.

Durante as festas de fim de ano, desde que me lembro, sempre passávamos os dias de Natal e *Ano* com a minha família paterna, ali na *Castro Alves*. Sentávamo-nos, em cadeiras de canudo²⁴, em pátio de alvenaria em frente à casa de madeira. Não havia muro. Na realidade poucas casas, naquela época até parte de minha adolescência, tinham muros. Podíamos ver a rua, as pessoas que passavam, os vizinhos e o movimento. Algumas vezes, o espaço entre a rua e a casa da minha vó também virava arena de vôlei ou quadra junina. Mas, o que quero dizer é que nesses dias de fim de ano, era comum ver diferentes famílias por aquela rua em suas comemorações. No Bar da Leia não era diferente, outras pessoas apareciam por ali para as *comuns bebedeiras* ou *piseiros*²⁵ dessa época do ano. Assim, sentada junto de meus familiares, espiávamos o movimento, as fofocas que aconteciam e até mesmo, se a conjectura fosse propícia, as brigas protagonizadas por conhecidos, parentes e desconhecidos que aconteciam no salão do bar e adentravam o espaço da rua. A casa do Seu Eduardo, para mim sempre foi o espaço dessas interações, do meu olhar para como que algumas dinâmicas surgiam pela *rua*. Uma palafita avarandada conectada a um bar em alvenaria e seu salão, abertos para a rua, para os nossos olhares e vivências.

²⁴ Cadeiras feitas de aço e coberta de fios de polipropileno, que se assemelham a canudos. Muitos comuns na região.

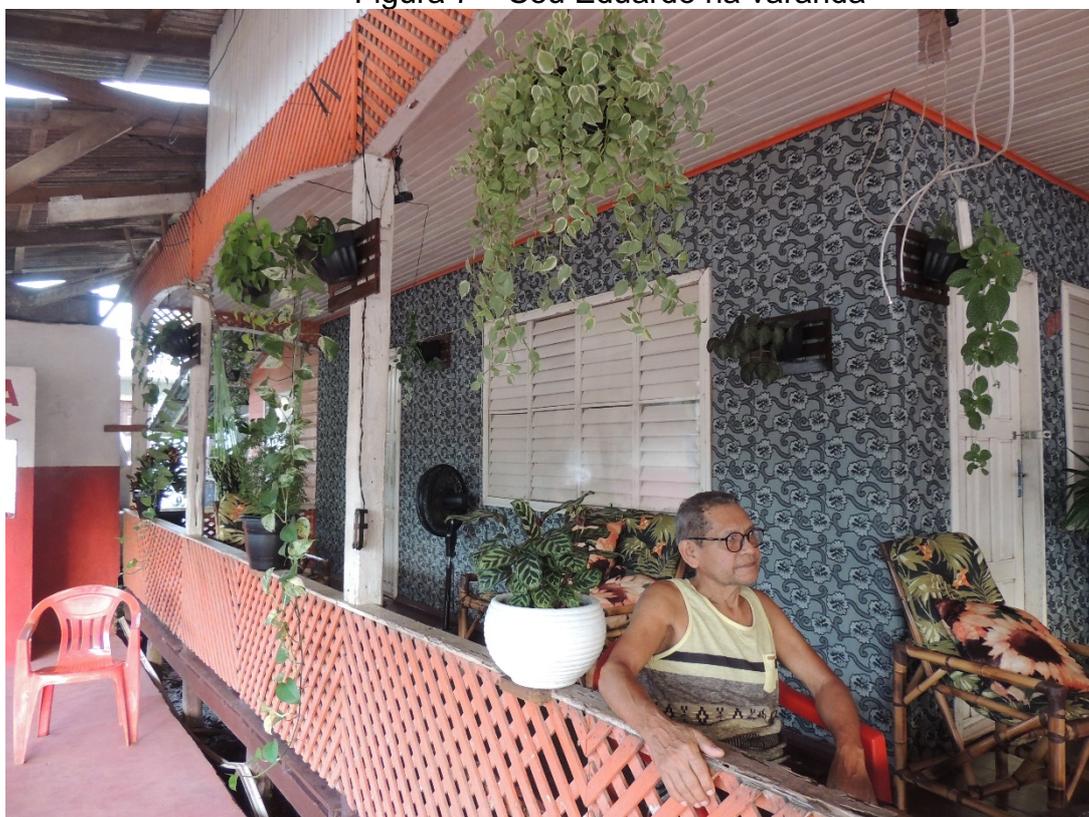
²⁵ Aqui faço referência a *piseiro* como sinônimo de festa.

Figura 6 – Bar da Leia



Fonte: Beatriz Souza (2022).

Figura 7 – Seu Eduardo na varanda



Fonte: Autora (2022).

Nas conversas outras questões começaram a surgir, que vão além das minhas lembranças de infância e da minha leitura daquela casa laranja e que hoje estava “forrada” por uma espécie de tecido estampado por certos arabescos. Ao falar do surgimento da casa, ele dizia estranhas, mas familiares expressões, como estaqueamento²⁶ dos esteios, levantamento das estruturas da casa com perna-mancas²⁷, a importância da qualidade da madeira, de preferência de “lei”, da matemática necessária para saber a quantidade de material ou não. Em sua narrativa ele era o agente principal da construção da casa, outras pessoas como auxiliares ou um carpinteiro apareciam como secundários, importantes em alguns dos processos.

Auxiliares, por exemplo, serviram para ajudá-lo com o primeiro processo: o estaqueamento. Conta que “em média levam uns 20 a 25 dias e umas 4 pessoas para estaquear uma casa desse tamanho”. Fez quase que sozinho, disse que não tinha pressa, contou com a ajuda de apenas mais uma pessoa. Assim, *estaqueou* a casa, ou seja, plotou naquele terreno úmido os esteios que servem como estrutura central das paredes que surgirão. Enquanto contava, eu sem muita experiência com alguns dos conceitos que utilizava, tentava a todo momento referenciar as etapas e termos usados com o que enxergava. Em dado momento apontei para a varanda e questionei sobre a distância desse estaqueamento: “Aqui a distância é de 1 metro não?”. Concordou. “Tem que ser, se não a casa enverga”. Entre 7 e 8 metros era o comprimento dos pilotis que sustentavam aquela estrutura, que inicialmente possuía metragem de 9x8 metros e hoje, de acordo com ele e contando o bar, têm 13,5x14 m, possuindo 3 quartos, 1 depósito, 1 cozinha e 1 sala grande, além da varanda e das estruturas do bar, compostas pelo salão, o bar em si e os banheiros.

No croqui da casa, como ele se referiu, já estavam planejados alguns desses espaços como a própria varanda e os seus motivos decorativos: um trançado de feito com a madeira. Essa estética da varanda, principalmente, já que foi o espaço em que nossas interações se davam, era instigante para mim. Nas diversas leituras que realizei antes do campo, em especial em um certo

²⁶ Inserir estacas no chão. Seu Eduardo, aqui se refere aos esteios que servem como sustentação e base para o levantamento da casa.

²⁷ Peça de madeira semelhante ao caibo utilizado em construções civis, a perna manca é menor e mais fina, muito utilizada no norte do Brasil para construção de casas de madeira (Dicionário Informal).

processo de instrumentalização da literatura sobre arquitetura, Victor Salgado (2019) arquiteto e urbanista amapaense, retratava a forte inspiração dos motivos estéticos dos modelos das palafitas no bairro do Elesbão, em Santana, com os utilizados em uma arquitetura ribeirinha. Temas como imigração e modos de vida ribeirinhos eram constantes para minhas interlocuções, trata-se de um processo de construção de uma prática na cidade pautada e mediada pela relação constante desses sujeitos com suas vidas e óticas advindas da vida às margens de diferentes cursos d'água ao longo do tempo.

Esse saber construir foi sendo transmitido a mim através de uma série de etapas que ele, Seu Eduardo, contava sobre a própria casa: decidir onde, limpar o terreno, escolher a madeira, *mete a linha, esquadrejar, fazer o gabarito, estaquear, esquadriar, aprumar, alinhamento* e por fim a *atracação*²⁸. Esses são aspectos importantes na construção, já que o movimento realizado na parte inferior, no piso, gera consequências em parte dessa repetição na parte superior, antes de colocação do telhado. O *miolo* da casa ele pouco me explicou, não era tão difícil, o que importava era a relação de *fundação* da estrutura que, quando bem-feita, proporcionava uma casa firme e que não *envergasse* com o tempo.

Essa *fundação*, está ligada com um processo de fixação não apenas da casa da escritura da vida naquele espaço, da casa que dura e da *raiz* que se cria no lugar. Casas de madeira com mais de 30 anos não são apenas estruturas que passaram pelas intempéries do tempo, como a subida do lago, fortes chuvas e o calor *grande*, mas também do tempo como motor da vida, das mudanças advindas com o crescimento da cidade, do *jeito das pessoas* e do próprio mundo.

2.2.2 “Querer eu não quero, é preciso. A gente se isola assim”

Em muitas tardes, de portas na cara, eu caminhava por aquelas ruas. Caminhei junto com a minha vó, caminhei junto com meus próprios pensamentos e por vezes, caminhava virtualmente e afetivamente por entre telas e lembranças. As imagens disponibilizadas pelo *Google Maps* e o *Google Earth* são, em algumas pesquisas sobre cidades, um instrumento muito interessante para acionar debates e realizar análises. O que quero apontar aqui é um tanto a

²⁸ Termos utilizados para se referir a etapas da construção.

utilização dessas ferramentas como constitutivas de um aparato de construção afetiva e etnográfica. Volto as caminhadas virtuais e afetivas, já que elas se deram a partir dessa observação das alterações naquela paisagem, transcorridas desde minha infância ou anteriores, como a sensível mudança na cobertura vegetal da região ao longo dos anos 2000 ou com o surgimento de tantos muros, separando casas, pessoas e a *rua*.

Comecei esse processo de entender o “papel” dos muros na *Castro Alves* com certa inquietude centrada nessa transformação de olhar e de interação que a presença dessas estruturas traz a paisagem, mas também a dinâmica daquelas pessoas. Daí penso de uma rua, antes um complexo de pontes e caminhos, em que vizinhos se sentavam após o almoço nos pátios das palafitas ou das casas semiaterradas para olhar o movimento da rua, ou, como minha tia Neura me relatara, minha vó sentar-se junto com os filhos para *catar piolhos*, para agora, espaço de muros que se levantam em troca de uma ideia de segurança.

Aqui, cabem certos cruzamentos importantes de meu primeiro olhar para os muros e a ideia de *isolamento* que abrangem, ideia essa que não é minha, mas de pessoas como Dona Socorro Branca e Dona Socorro Preta, vizinhas e comadres. Esses cruzamentos se dão não porque acredito que os muros são construções ineficazes ou mesmo produtoras de um aparato de distanciamento da cidade e das pessoas, o olhar não é esse, mas na centralidade desses conglomerados de tijolos e concreto como agentes da produção das dinâmicas entre a vizinhança. Muito pelo contrário, mesmo as interlocuções que não possuíam muros, viam a necessidade, apresentada a partir da violência da cidade²⁹, do futuro levantar-se deles. Porém, não se colocam como uma relação simplista já que como dito no título dessa seção “querer eu não quero, é preciso. A gente se isola assim”, como Dona Socorro Preta contou-me enquanto

²⁹ Aqui o tema da violência, mesmo tratado de forma superficial, merece um breve comentário. Além da descrição por parte de minhas interlocuções quanto a temática, a sensação e insegurança e mesmo de mudança dos tempos, pude experienciar uma diversidade de relatos de invasões de casas que aconteceram pouco tempo antes de minha pesquisa, ou inclusive, quase que concomitantes a minha presença ali. Também friso as diversas notícias que colocam a região de Macapá e Santana como cidades com um grande número de homicídios em comparação ao contingente populacional, por exemplo na notícia do site G1 a seguir: <https://g1.globo.com/ap/amapa/noticia/macapa-e-santana-aparecem-entre-as-100-cidades-mais-violentas-do-pais-em-2016.ghtml>. Acesso: 02 nov. 2022.

encarávamos o vizinho da frente pintar em um novo tom de azul o seu próprio muro.

Os muros, sua presença ou não, surgiram de várias formas durante o campo, das conversas dentro dos muros e daquelas que se deram onde eles não existiam. Quando relatava a conversa com minha tia Neura, pontuei que estávamos dentro de casa e, conseqüentemente, dentro de um muro, “isoladas”, materialmente, das dinâmicas que na rua se desenrolavam. Ou talvez, apenas não visualizando o que acontecia. Em outro momento, descrito no capítulo 2, trato de uma conversa com uma interlocutora, Dona Socorro Branca, que sentadas no pátio da alta palafita em que habita, podíamos enxergar algumas casas e principalmente quem passava na rua. Com Seu Eduardo, sentada no salão do bar, comentávamos ao passo que aconteciam, as dinâmicas e situações que transcorriam pela rua, já que não havia muros ou divisões (pelo menos de estruturas como muros) entre o que transcorria ali, naquele espaço liminar (quase-casa) e a rua propriamente dita.

Fico me questionando, em campo fiz muito isso, e durante essa escrita ainda mais, o que significa a presença dos muros, não apenas como aparatos que “intervém” na paisagem, mas como agentes da constituição da cidade, das práticas cotidianas e das relações de socialidade que tento em duplo movimento construir etnograficamente e desvelar como sujeito partícipe. Existe uma lógica na presença dos muros e sua relação com a cidade que são exploradas por diferentes autores e autoras, como o já clássico e instigante estudo de Teresa Caldeira (2003), por exemplo, que dá corpo a uma discussão centrada na experiência de grandes cidades. Outro estudo interessante, aqui para a construção da proposta de pensar como que os muros afetam as relações de vizinhança que investi, é o artigo de Thomas Cortado (2020) que enfoca nesses aparatos e sua dinâmica frente aos olhares e a produção contínua do “ver e ser visto” que se estende e se corporifica de muitas outras maneiras na presença dos muros, como estruturas de cercamento e de cuidado, mas que tem relacionalidade com a visibilidade e não a clausura.

Para minhas interlocuções e para minha pesquisa, o muro se constrói como uma interrupção. Interrompe, de algum modo, o movimento de relacionalidade com a rua, encerra as interações que ocorrem entre os espaços

tidos como públicos ou privados. A ideia de segurança é uma importante justificativa para a implementação dos muros, para a compartimentalização da vida, mas não é uniforme. Assim, apresento um pouco dessa perspectiva para Dona Célia, uma mulher parda de mais de 60 anos, moradora antiga da *Castro Alves* e que, de acordo com todos/as uma grande sabedora daquela região tinha uma boa memória e estava ali há tanto tempo que muito poderia me contar sobre a *rua*. Nosso encontro se deu assim, ela sempre foi uma personagem presente na minha infância, ia comprar *chopp* em sua casa ou mesmo, lembro de uma festa de Dia das Crianças organizada pelos moradores da *rua* e encabeçada pela minha vó, que aconteceu no salão do bar que ficava junto de sua casa. Nos encontramos algumas vezes no pátio da casa, uma recém levantada construção de alvenaria apenas rebocada que se conectava com antiga casa de madeira. Não havia muros, sentávamo-nos em cadeiras de plástico olhando o movimento da rua, remanescentes do antigo bar hoje não mais em funcionamento, mas ainda existente como espaço de socialização: “ali no bar da Dona Célia” ou “Lá na Célia (o bar)”.

Em um desses encontros, elas me disseram “esse bairro aqui *comercial*, né? É muito seguro, um dia fizeram uma pesquisa e esse é um dos mais seguros”, logo depois começou a narrar a invasão que sua casa sofreu poucos dias antes (assunto esse que mobilizou várias conversas com outras interlocuções). Sua casa, sem muros, possui apenas uma cerca nos fundos que “separa” a parte o quintal, de acesso fácil, de sua casa. Além da sua casa, em que vivem ela, o marido e uma das filhas, há no mesmo terreno uma outra casa, aos fundos, onde habitam o filho, a nora e algumas de suas netas. Contou-me que conseguiram passar pela cerca e adentraram na casa, que não possui forro em todos os cômodos, e levaram alguns bens como televisão, aparelho de som, entre outros. O marido, em casa no quarto, não escutou nada. Os impediriam algo? Nunca saberemos. Mas, mesmo com o incidente, ela pouco comentava sobre a vontade de murar.

A prancha a seguir, constituída de fotografias feitas em campo e de algumas imagens daquelas ferramentas que antes apontei (*Google Earth* e *Google Maps*) são não apenas ilustrativas do que gostaria de expor sobre os

muros e a rua, mas também como construtoras de olhar que venho acionando para investigar essa região.

Prancha 2 – Muros e Casas: comparações

1.



2.



3.



4.



Prancha 3 – Por entre a *Castro Alves*

1.



2.



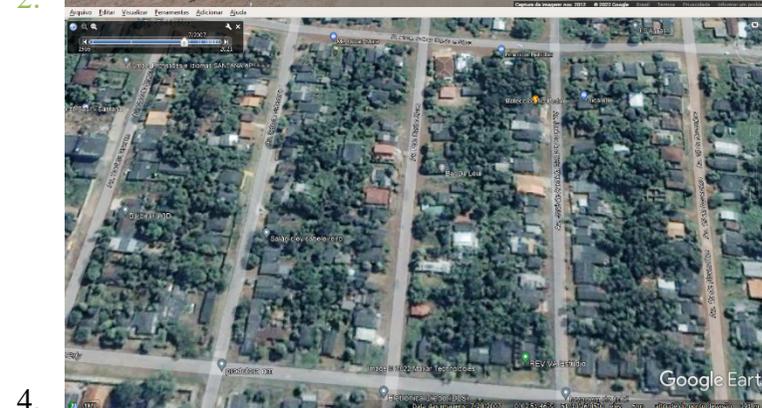
3.



4.



Prancha 4 – Investidas no Google Earth



5.



Legenda

Prancha 2 - Muros e Casas: comparações

Figura 1 – Casa sem muros. Avenida José de Anchieta (fundos da Castro Alves) (2022).

Figura 2 – Casa Dona Socorro, sem muros. Avenida Castro Alves (2022).

Figura 3 – Casa com muros. Avenida Castro Alves (2022).

Figura 4 – Casa da Vó Marta e seus muros. Avenida Castro Alves (2022).

Prancha 3 - Por entre a Castro Alves

Figura 1 – Esquina da Avenida Castro Alves com Rua Costa e Silva (2022).

Figura 2 – A Castro Alves e suas casas.

Figura 3 – Palafitas e muros na Castro Alves (2022).

Figura 4 – Casa Dona Socorro Branca. Avenida Castro Alves (2022).

Prancha 4 - Investidas no *Google Earth*

Figura 1 – Antiga Casa da Vó Marta, antes dos muros e da casa de alvenaria. Avenida Castro Alves por imagens do Google Earth (2012).

Figura 2- Avenida Castro Alves por imagens do Google Earth (2012).

Figura 3 – Bar da Leia, por imagens do Google Earth (2012).

Figura 4 – Vista aérea da Castro Alves, por imagens do Google Earth (2007).

Figura 5 - Vista aérea da Castro Alves, por imagens do Google Earth (2021).

Ao visitar a casa de uma *aparentada*, e conversar sobre a rua e principalmente sobre a grande reforma que fez na sua casa, registrei dois momentos peculiares sobre esse processo e mais precisamente sobre outra “presença” dos muros. Ao me mostrar sua área de lazer nova com mesa de sinuca, um bar esculpido em madeira por seu marido e sua piscina, ela me contou da dificuldade de fazer aquela piscina, feita de fibra de plástico, entrar ali. Disse, apoiada na corda de estender roupas que dividia espaço com a nova área de lazer, como construiu uma nova casa que substitui a antiga casa de madeira, pintada de verde, que morou por vários anos. Essa nova casa, agora de alvenaria, com muitos quartos e acabamento *chique*, ocupava boa parte do terreno, suas paredes laterais terminavam nos seus limites, e por isso a piscina foi içada e “entrou ali” por cima do muro nos fundos do terreno. Escorada, com as pernas cruzadas e os braços pendendo do varal em uma posição despreocupada, ela me relatou desse processo que resultou na perda de parte do seu terreno. Nesse momento que, a seu pedido nós produzimos a cena retratada na Figura 7. Ressalto que nós produzimos essa cena pois, mesmo que o rabisco tenha sido meu, a autoria é compartilhada, o pedido foi seu de que eu subisse naquela escada para espiar um córrego que passava atrás de sua casa. Compartilhamos essa produção pois acredite, minha fobia de altura não produziria nenhuma ação nesses momentos, mas sua persistência em produzir uma narrativa sobre aquele momento era importante, pertinência que não me pertencia, mas sim a ela, Dona Merê.

Figura 7 – Ilustração da conversa com Dona Merê



7-juia, 03 de dezembro de 2021.

foi em Lencois há tempo desde que estive no Bmapa. Santo
 . Foi uma vez para tentar uma cometa. Prefiro a lá-

Fonte: Autora (2022).

Figura 8 – Croqui a cena da “subida na escada”, no diário de campo.

foi meu começo em um lugar que
 "não quando" e que tinha muito pouco, mas é "amigo".
 do "lado" aqui (olhar) mas não um o que já me
 na. Refiro a narrativa do anti é um formado e
 sua "altura" e que se de uma parte dentro do "poço"

lento que seria muito com quando de início. Ego para
 "uma" uma 23 cavada a terra. E eu andei um 2 metros e
 de cerca de 10 metros para trás da casa. Lá
 do "poço" de maré e 1 metro de água. Embarcar seu
 meu sem escada para que eu pudesse ir lá.



teve muito mais de atle-
 -ceder. Mas não houve tempo
 a fazer. Foi com muito mais
 "lá" o branco de água que do
 ventos e um punhado de
 inchas. Na verdade um torção
 n outras coisas, como de-
 -ta, e como se de alguma
 mo também

começo a subir sua
 o de família nuclear
 alguns aspectos. Mas
 de aproximadamente duas quartos antes de "pontos"
 foi. Meu início me mostrou um vídeo do Bono de
 o "lado" mais novo fazendo de cometa uma banda
 14 uma variedade de rumo e navegando pelo "quintal"
 "de" mais atrás quando "du" "do" grande" e lá, abram
 nas 10 telas.

Fonte: Autora (2022).

E por que persistência? Ao contar sobre sua casa e sua história na rua, D. Merê falava muito sobre enchentes, perda de moveis e momentos de tensão passadas na região. Ela queria, naquele momento, mostrar para mim que mesmo perdendo 1 metro de terreno ela produziu uma forma de proteção ao córrego (resto de um igarapé). Nesse instante, como ocorrido com outra interlocutora, ela me contava sobre a relação de certa tensão na gestão do ambiente com os vizinhos³⁰. O que elas me mostraram foi que “quem polui ou não cuida é o outro” a disputa é pela produção de aparatos que cuidem do lago, e minha figura nessa relação é a de constatar essa validação, não porque sou antropóloga, mas pela minha presença enquanto quem pergunta (um pouco relacionada com a atuação como pesquisadora), mas principalmente de alguém reconhecida como agente desse processo, alguém que (re)conhece as dinâmicas da região, dos alagamentos e da micropolítica da vizinhança, ou como gostam de dizer, da *rua*. Com esse processo que me deparo produzindo um desenho meu sobre uma escada, encarando a escuridão e vendo pouco do que ela me pedia para ver.

Essa história, entremeada por desenhos meus e impressões do início do meu trabalho de campo, tratam os muros e sua complexidade também na “gestão cotidiana” do ambiente e das águas. Essa “gestão” é uma importante conexão para os debates da próxima seção, na tentativa de refletir sobre o ambiente das ressacas e as formas de morar.

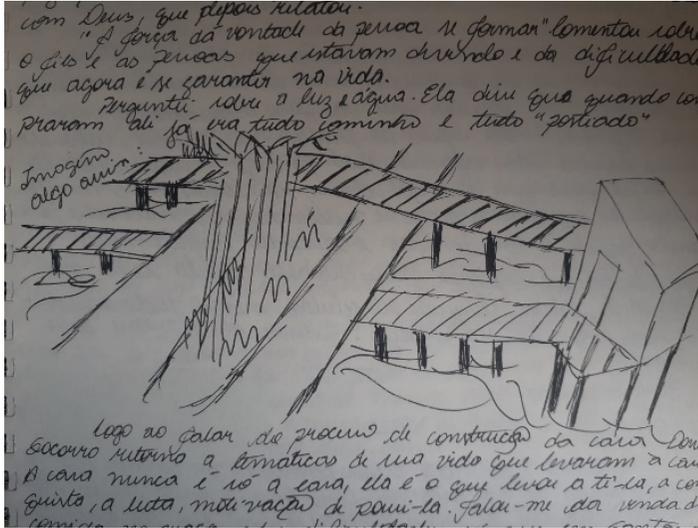
2.2.3 “Isso aqui era um lago só”

Muitas pessoas me disseram, de diferentes formas, a frase que intitula esse tópico. “Isso aqui era um lago só”. Tenho essa fala gravada ecoando nos sons de tantas vozes, de meu pai, avó, tias e das interlocuções que construí nessa pesquisa. Pensando assim, decidi que ao pontar a descrição desse lugar, em especial, essa construção narrativa de *lugar*, iniciarei com uma série de

³⁰ Esta é uma ideia ainda em desenvolvimento, mas o que surge inicialmente nas saídas a campo já realizadas em julho de 2021 é um processo de surgimento de tensões em relação ao compartilhamento do “ambiente”. O que gostaria de ressaltar é que a partir da mudança de entonação e da forma de se portar, como ao abaixar o tom de voz, indicar com gestos de mãos e cabeça ou mesmo indicando na fala um sujeito indeterminado, minhas interlocutoras “acusavam” a vizinhança de não cuidar do lago. Utilizo o termo tensão por falta de alguma terminologia própria das interlocuções ou de conceito já estabelecido academicamente.

figuras que foram produzidas ao longo do trabalho de campo, são croquis e fotografias que me auxiliam a inscrever nessas páginas, as águas que habitam nossas histórias (minha e de minhas interlocuções).

Prancha 5 – Meus diários, minhas tentativas e uma forma de registrar



1.



3.



2.



4.

Legenda

Prancha 5 - Meus diários, minhas tentativas e uma forma de registrar

Figura 1 – Uma ilustração, por entre passagens do diário, dos *caminhos* (2022).

Figura 2 – Sentada conversando em alguma tarde de chuva e calor (2022)

Figura 3 – Diferenças, contrastes e olhares (2022)

Figura 4 – Mais uma vez a casa da Dona Socorro e seu olhar a partir da rua (2022).

As figuras anteriores, sua disposição e visualidade, são parte da história que essa dissertação pretende contar. Emprestam e constitui um sentido às diferentes linhas que tenho seguido, na escrita e em campo. A ideia de sentido dos lugares e o papel da etnógrafa para Keith Basso (1996) ajudam a elencar e justificar algumas dessas escolhas. Para o autor, em uma perspectiva Heddergeriana, há um processo de significação das pessoas ao espaço geográfico que constroem sentimentos e significados para os lugares e os lugares assim o fazem com as pessoas. E, conseqüentemente, a tarefa é interpretar interpretações, performances e relações para com os lugares e suas próprias relações:

Uma atribuição dessa delicadeza desafia a caneta de construção de texto tanto quanto a mente em busca de insights. Refletindo sobre notas arquivadas imperfeitas, analisando intuições conflitantes e cercado por uma série de perguntas respondidas, o etnógrafo deve de alguma forma criar um relato escrito que transmita adequadamente sua compreensão do entendimento de outras pessoas (BASSO, 1996, p. 57).³¹

Se, lhe parece mais uma justificativa teórico-metodológica, cabe a mim contextualizar que, ao passo que conto essas histórias, construo de muitos modos uma perspectiva sobre um lugar e sobre um processo de afetação e afeição em campo que me é muito caro. As movimentações que faço – sejam elas teóricas, metodológicas, geográficas ou mesmo, em especialmente, sentimentais – são os passos que levo para apreender e desvelar concepções sobre os encadeamentos de uma narrativa em devir.

Entre desenhos e fotografias, quero centrar a inscrição na paisagem de um lago e suas múltiplas facetas, seu sentindo como lugar atravessado pela experiência de habitar. Em uma conversa com Dona Nice, senhora branca com aproximadamente 70 anos, sentada em seu amplo pátio, junto de suas filhas e marido, deparei-me com a “grande história” do aterramento e das mudanças pela primeira vez, que não contada por meus/minhas familiares. As personagens dessa história são diversos, desde o ex-prefeito Rosemiro, carochos de açaí, *aningais*³², peixes, jabutis, jacarés, carros, asfalto,

³¹ No Original: “An assignment of this delicacy challenges the text-building pen as Much as it does the insight-seeking mind. Mulling over imperfect filed notes, sorting through conflicting intuitions, and beset by a host of answered questions, the ethnographer must somehow fashion a written account that adequately conveys his or her understanding of other people’s understanding” (BASSO, 1996, p. 57).

³² Refere-se a um conjunto de aningas, que são plantas herbáceas aquáticas comuns na região no início de seu período de ocupação.

entre outros. Penso que não seja plausível transcrever uma das versões dessa história, mas a partir dos elementos gráficos aqui dispostos, apontar determinados aspectos dos atravessamentos que uma confabulação sobre o passado, reflete sobre as dinâmicas da vida em suas nuances diversas, seja pela posição antropológica dos desenhos e fotografias, como também as histórias que muito povoam essa dissertação.

Quando me contaram sobre o aterramento, não foram uma ou duas, mas quase todas as interlocuções, a presença de uma ideia de progresso era constante. Por vezes, anotava em pedaços soltos de diários “O que significa, afinal, esse progresso? Aterrorar tudo?”. Propunha sempre, quando preparava para ir a campo, tensionar essas questões nas conversas, mas nunca aconteceu como imaginava. Fui entendendo, à pequenos passos, como venho fazendo em me tornar antropóloga, que pouco importaria questionar Dona Socorro, por exemplo, sobre o que ela entendia como progresso. A resposta era bem simples: ela já me dizia isso, de diferentes formas, eu que pouco notava.

Foi em janeiro. O dia específico pouco se lembrava. Mas, era janeiro, logo depois da posse do primeiro prefeito da cidade, Rosemiro Rocha em 1986, que Dona Socorro, de sua casa, à poucos metros da esquina do que hoje é o encontro entre a Avenida *Castro Alves* e a Rua *Costa e Silva*, que ela escutou o barulho das máquinas. Derrubaram tudo e foram aterrando. “Ele, o Rosemiro, prometeu e fez”, disse ela, enquanto preparava-se para trazer outros elementos da história. Contou-me que, durante a campanha para as eleições daquela época, as primeiras da cidade, o então candidato, e depois prefeitos por diferentes mandatos da cidade, Rosemiro Rocha, tinha feito uma reunião com os moradores dali. Ela não foi, o ex-marido sim, ele pediu que jogassem umas carradas de terra e areia porque a esposa (D. Socorro) não conseguia nem levar os filhos na escola sem se sujar na lama. Assim, desse jeito, entre risos e uma fala cadenciada, que eu soube como que a cidade adentrou sobre as águas. Muita coisa se modificou desde então. A casa construída sobre as águas agora precisava, de muitos modos se adaptar à nova realidade e as pessoas também.

Assim, a paisagem que se enxerga na Figura 1 da prancha 4 se modifica, entre tantas camadas dessa grande mudança entre o seco e o molhado, muitas coisas se entrelaçam, pequenas e substanciais cenários são propostos, conectados e sentidos. Não foi apenas o evento de chegada da infraestrutura da *rua* que alterou

pontualmente aquela vizinhança, houve também e ainda acontecem dinâmicas relacionadas àquele momento histórico. Por exemplo, antes do aterramento, houve dois períodos da *rua*, aquele em que havia apenas pontes como passagem e outro em que havia o *caminho*. “Era só uma *táuba* pregada na outra pra gente andar”, disse D. Merê certa vez. Os *caminhos* era passagem feitas de terra, divididos entre si por árvores, já que eram dois um para cada “lado” da *rua*, em que se conectavam as pontes individuais das casas e aquelas destinadas a conectar os *caminhos*.

A paisagem se modificou, as dinâmicas de vida e relação com esse espaço foram se desenrolando de outro modo. Foram e são narradas nas nuances de uma construção contínua de fazer-cidade, abordando assim as relações que minhas interlocuções - e as pessoas, seres e coisas que giram em torno delas – como em plena feitura, modificação e mediação.

3 HISTÓRIAS DE VIDA E NARRATIVAS SOBRE O COTIDIANO: COMPREENDENDO O QUE FAZ DAS CASAS, CASAS

Nesse capítulo pretendo esboçar, a partir de alguns temas principais e encontros, as relações construídas com 4 interlocutoras/e, com o intuito de tratar sobre as dimensões das afetividades, emoções e narrativas de vida em conjunto ao espaço das casas e da vizinhança. A proposta situa-se em consonância com as ideias de Marco Antônio Gonçalves sobre a etnobiografia (2012), alimentando-se também das discussões sobre o entrelaçamento das histórias de vida de indivíduos e suas casas, como realizado por Cavalcanti (2009), Cortado (2018) e Motta (2020).

Com enfoque na observação participante, algumas entrevistas, fotografias e desenhos, gostaria de apresentar como construí algumas categorias de análise perante a experiência de pesquisa que desenvolvi, atravessada por questões pessoais em suas diferentes nuances. A discussão não é autoetnográfica³³, mas perpassa o que Veena Das (2020) institui como “universal” da etnografia, que em seu viés subjetivo, construído na relação e na interpretação de um “eu” em formulação com outros sujeitos, também quase sempre é “autoetnográfica”, a seu próprio modo.

O que me interessa é compreender as formas de construção e socialidade como questões intrinsecamente cambiantes com a materialidade das casas, as suas formas de organizar o espaço construído, as relações familiares e de vizinhança e a urbanização enquanto aparato de “governança” a partir de diferentes infraestruturas, entre outros aspectos. A compreensão dessas dinâmicas das regiões de *Ressaca* tem como partida as casas em palafitas (atuais ou do passado), e a busca de um entendimento das relações que são tecidas entre pessoas, casas, coisas e histórias.

³³ Gostaria de elencar duas diferenças centrais nas abordagens utilizadas e na complexidade de relações e discussões que engendram tratar do empreendimento etnográfico, seja ele ou não, autoetnográfico. A primeira delas refere-se a minha posição na pesquisa e na produção de um mundo social a partir da antropologia, que não é autoetnográfica como colocação política e epistemológica. Coloco-me dentro desse texto como sujeito que experiencia em conjunto a essas pessoas algumas práticas, e entendo que esse papel antropóloga/“nativa” é de importante debate aqui. É por essa conjunção de lentes e aparatos que interpreto, ficciono e me relaciono. A segunda diferença está em uma articulação teórico-metodológica. A discussão de Gama (2020) sobre a autoetnografia é um caminho condutor para as diferenças que proponho, em especial a segunda delas. A autora diferencia, inclusive a abordagem autoetnográfica da etnobiográfica, em que a produção do “eu” na relação se difere como modo central de produzir a narrativa. Para Gama (2020, p. 190), “na autoetnografia, a antropóloga reflete sobre sua própria experiência, ou a partir dela, para analisar questões da sociedade e/ou cultura à qual pertence”.

3.1 SOBRE AS “MINHAS” HISTÓRIAS, AS “NOSSAS” HISTÓRIAS E COMO SE DÃO CERTOS ENCONTROS

Para Telma Bemerguy (2019), o surgimento da antropologia urbana no Brasil está situado na constituição de campos etnográficos com “proximidade” e delimitados a partir das redes de socialidade já estabelecidas por quem pesquisa. Aponta os trabalhos de Gilberto Velho como *A Utopia Urbana* (1989), como um exemplo de seu argumento. É sabido que o autor (Velho), desenvolveu importantes reflexões sobre a “familiaridade” presente nas interpretações de quem pesquisa a cidade. O clássico, mas tão atual texto, “estranhar o familiar” (2013) é uma de suas proposições mais populares e que delimita um debate sobre os modos e agenciamento da familiaridade como instrumento da pesquisa antropológica. Com essas leituras, Gilberto Velho em especial (re)feita desde a graduação, me vi um tanto quanto preocupada e receosa na construção de meu contexto de pesquisa e de minha posição enquanto pesquisadora.

Minha principal interlocutora é minha avó paterna, em diferentes momentos enxerguei minhas tentativas de “excluir” essa relação nos textos que vim produzindo sobre Santana e suas áreas de ressaca. Tratei, em demasiado, de ater-me aos detalhes e falas de outros sujeitos sem complexificar, inclusive a posição interna e externa, que me apresentava quando caminhava pelas ruas do bairro ou quando me sentava para tomar um café com familiares. Essas pessoas - avó, tios e tias - são agentes da Avenida Poeta Castro Alves, são partícipes da construção de uma casa que inspirou e ainda inspira uma reflexão centrada na experiência de vida em uma região úmida. Senti-me, em alguns momentos, produzindo um relato cada vez mais pessoal sobre uma complexidade de realidades.

Nesses momentos me vi pensando no potencial reflexivo, situado e compartilhado da etnografia como prática e experiência de pesquisa. Mariza Peirano (2009), que ao relatar uma ida ao um departamento público, realizar o procedimento de reconhecimento biométrico de seu título de eleitor, inicia uma discussão sobre a importância dos documentos na vida cotidiana e principalmente como existem nuances dessa forma de governar vidas que antropologia pode e deveria problematizar. A autora trata não apenas de uma questão socioantropológica profunda (o paradoxo da documentação da vida) ela também relata, com suas palavras que:

A pesquisa etnográfica não tem início em lugar especial ou momento determinado; ela tem espaço dentro de nós, quando mobilizamos uma sensibilidade específica. Um evento do dia-a-dia transforma-se em fala nativa, revelando que a etnografia não se define pelo meio de comunicação, mas pelo objetivo a que observação é submetida (PEIRANO, 2009, p. 53).

A inserção em campo, no fazer etnográfico, trata-se de uma relação de interação negociada, que para Bemerguy (2019), como já dito, se dá a partir das relações do próprio sujeito que pesquisa. Mesmo assim, sendo essa construção realizada por caminhos “próximos”, Gilberto Velho (2013, p. 75) nos lembra que “A ‘realidade’ (familiar ou exótica) sempre é filtrada por determinado ponto de vista do observador, ela é percebida de maneira diferenciada”. Em Santana, a partir das relações entre o Eu pesquisadora, palafitas, caminhos e interlocuções, estou estabelecendo processos de mediação com meu campo que são múltiplos: uma profusão de formas de pensar uma etnografia desde seus métodos, teorias e minhas próprias relações familiares. É nesse interim, que divago, e quando esse “lugar não especial” é a casa de uma vó?

Ana Clara Damásio dos Santos (2020), ao realizar uma etnografia sobre relações familiares em Canto do Buriti/Piauí, esboça algumas das questões que me tiram certo sono. A antropóloga, na dissertação de mestrado intitulada “Fazer-família e fazer-antropologia: uma etnografia sobre *cair pra idade, tomar de conta* e posicionalidades em Canto do Buriti-PI” faz uma pesquisa junto às suas familiares, que são vistas como parentes-interlocutoras gerando assim uma diversidade de debates sobre questões éticas, metodológicas e teóricas. Em Damásio, e sua constatação de que ao fazer-antropologia ela fazia-família, me vejo situada em uma experiência em que proximidade é muito mais interessante, instigante e propositiva do que o distanciamento. Essa ideia não é minha, Damásio desvela essas questões durante sua escrita, mas gostaria de apontar a constituição da vizinhança, além da família, como figura central dessa comunidade e suas relações com aparatos externos, processo esse que estou vinculada, como antropóloga ou mesmo integrante, mas que não são o objetivo *per ser* dessa dissertação.

As fronteiras entre os momentos de investigação e de outras práticas são cambiantes, articuladas e, em variados momentos, embaçadas de forma a quase não existir. Esta ideia é descrita por diferentes pessoas ao longo do tempo, aqui em especial, ressalto esse processo de construção de campo e sujeito que pesquisa aos

moldes de Wright-Mills (2009) e sua compreensão da ciência enquanto um artesanato, no qual as experiências de vida são inseridas no trabalho intelectual e auxiliam/fazem parte das interpretações. No processo de produção de meus diários de campo, inúmeras correlações foram produzidas, para tratar que “lugar” é esse que ocupo e, de que maneira, essa problemática dá conta e torna palpável as linhas e sentidos dessa dissertação.

Florence Weber (2009) entende a produção de diários de campo em uma perspectiva que procura fugir de essencialismos e de um caráter “aventureiro” aos registros de informações. Essa é uma etapa da produção de dados, não se configura como um texto pronto ou mesmo, um texto único. É produção contínua, realizada em diferentes suportes, uma profusão de sentidos e percepções de quem o narra. Discutir os diários e inserção de informações, que logo mais serão de importância ímpar para os esquemas etnográficos criados ou não, é problematizar alguns pontos chaves da produção antropológica: ética, escrita, teoria e método. Por esta razão, e tantas outras, em muitos momentos, centro meus pensamentos na inscrição em meus diários, das falas e opiniões de pessoas próximas a mim: meus familiares.

A etnografia como proposta de construção de conhecimento e análise sobre dada realidade, esta descritiva e relacional, é o caminho para pensar a interação entre sujeito que pesquisa e com quem se pesquisa perante a formação de um vínculo. Às vezes, este vínculo é “apenas” para a pesquisa em outros momentos uma parceria que reverbera em outras esferas da vida das pessoas envolvidas. A observação participante como uma das formas de se produzir etnografia tem essa força, de elencar descontinuidades e produzir continuidades entre os grupos “observados”. Tanto produção prática quanto teórica. Essa produção, que “desemboca”, em sua maioria, em um registro escrito, propicia questionamentos sobre as óticas de reprodução dos eventos narradas à forma de escrita proposta, este é um dos pontos de convergência aqui.

A proposição de descrever universos sociais da etnografia a partir de uma narrativa escrita e centrada na construção de uma relação é a crítica da “autoridade etnográfica” proposta por James Clifford (1998). Para este autor, a etnografia deve ser entendida como um processo de construção de uma interpretação a partir de uma relação negociada, na qual as interlocuções podem e farão uma negociação da realidade descrita. A figura da antropóloga, para Clifford, deixa de deter a

preponderância da interpretação, no entanto, passa a mediar sua interpretação a partir do contexto vivido. Esse é um importante fator de construção da ficção etnográfica, demonstrada com as diferentes formas de representação apontadas pelo autor, o caráter de vivacidade da escrita.

Em julho de 2021, mais precisamente em uma curta temporada em campo, estive imersa em uma gama de falas sobre meu contexto de pesquisa (em espaços “pensados” por mim como “centrais”). Nesta conjuntura, me vi passando alguns bons minutos sentada em uma cadeira com papel e lápis a mão. Escrevi sobre conversas tímidas e despreocupadas com parentes, *aparentados*, conhecidos, chegados e amigos sobre as áreas de ponte na minha cidade. Para Wright-Mills (2009) diferentes materiais que entramos em contato são utilizados e servem de conexões para pensarmos problemas de pesquisa e formas de analisar diferentes esferas. Deparei-me então com este dilema, até que ponto estas experiências abrem debates e pontos de divergência dentro de minhas reflexões. Tanto para o referido autor como para Weber (2009), estes momentos se situam na própria produção da pesquisa, são interessantes na escrita dos diários e são possibilidades de registros outros sobre o trabalho de campo.

Ao pensar esse “registro de informações e construção de dados” pude perceber a importância do registro desses diálogos, impressões e até mesmo embates (divertidos em muitos momentos). Neste ponto que as ideias de Wright-Mills (2009) nos apresentam outro fio de discussão quando diz que “Muitas vezes conseguimos estimular a imaginação reunindo itens antes isolados, encontrando conexões insuspeitas” (p. 28). É assim, a partir destas “conexões insuspeitas”, também, que construo meu campo etnográfico e que reflito sobre essa escrita inicial: até que ponto esses dados estarão inseridos em meu trabalho e como destacar a importância destas relações, muitas delas que se misturam com as relacionadas às minhas interlocuções de pesquisa. Ou seja, como manejar minhas relações familiares, a constante inserção de falas sobre minha pesquisa e interações com as pessoas com quem estou estabelecendo interlocuções em um contexto em que esses dois universos, separados de forma mais heurística aqui do que realmente prática, coexistem.

Sinto-me próxima de Weber (2009) ao relatar o estreito relacionamento com suas interlocuções e o questionamento destas em relação a sua análise, em que a proximidade e o íntimo são figuras centrais. Entendo que minha inserção em campo

se dá pelas redes de parentesco e proximidade que estou inserida, inclusive é a partir delas, em muitos momentos apenas por isso, que minha articulação em campo é existente. Este é um dos filtros presentes em minhas reflexões e na visualização das minhas interlocuções à figura da antropóloga como Berreman (1975) aponta, de forma que nos apresentamos em campo de um jeito, mostrando determinados aspectos e ocultando outros³⁴.

Este é um caráter importante para mim, já que nos diários de campo essas conversas aparecem, sendo esses embates e compartilhamentos essenciais para a descrição. Inspirada em James Clifford (1998) acredito que a “resolução” deste dilema está, na compreensão do que é a própria etnografia e os caminhos que levam a sua produção. Para o autor, o potencial de pensarmos o empreendimento etnográfico situa-se em despi-lo de uma caracterização centrada na interpretação de uma realidade posta, mas na construção desta “realidade”. Neste caso, os limites entre a vida “pessoal” e “profissional” que aqui relato são como ondas no Amazonas, avançam e retrocedem a cada nova fase da lua. Meu contexto de pesquisa está situado em uma relação de familiaridade “tremenda”, Gilberto Velho (2013), citado anteriormente, aponta justamente para o potencial de reflexão da pesquisadora frente a configurações sociais que lhe são familiares, corriqueiras, entretanto, que são acessadas por uma perspectiva diferente da antropológica. Em compreender estas diferenças e enxergar sua sociedade/grupo social a partir da antropologia que reside o potencial da abordagem.

Para Roberto DaMatta (1978) no caráter interpretativo da antropologia que está sua potência. Para o autor, o *anthropological blues* é construído quando as relações entre pesquisadora / “nativo” são explicitadas e é neste exercício que uma “boa etnografia” nasce. Utilizando a ideia proposta por Geertz (1978), DaMatta discute que é da construção de uma descrição “densa”, em que as diferentes emoções relacionadas ao empreendimento etnográfico são postas que é possível diferenciar as “piscadelas” e construir reflexões que fujam da obviedade.

³⁴ Entendo que boa parte dessa dissertação atravessa ditos e não ditos do trabalho de campo e de minhas relações como sujeito da região e de antropóloga. Situam-se, no emaranhar da minha reflexão, em suma, um dos principais aspectos que ocultei em campo: minha transição de gênero e a minha relação de parentesco e familiaridade com minhas interlocuções.

Minha tentativa está justamente no trânsito entre as questões que foram apresentadas sobre discussões da produção e presença de quem pesquisa na etnografia, como instrumento de formulação desse modo de pesquisar, entendido para Peirano (2008) como teoria vivida, na construção de uma narrativa sobre modos de vida em áreas de ressaca tratando do cotidiano como centralidade na formulação de alianças, disputas, conflitos e agenciamentos. É mister e de grande desenvolvimento o debate sobre a não redução da etnografia como método. Peirano (2009) diz que a ênfase no método “quer na crítica, quer na versão restaurada, deixa de lado exatamente a grande lição de Malinowski, de que não é possível desvincular a perspectiva etnográfica da dimensão *teórica* implícita” (p. 57, grifo da autora). Em linhas gerais, gostaria de pensar como de algum modo essa construção de versões sobre a vida das pessoas interlocutoras de minha pesquisa, é instituída pela relação, pelo potencial, inclusive, autoetnográfico desse movimento (STRATHERN, 2004; DAS, 2020). Nesse ponto chamo atenção para as formulações enunciadas por mim durante minhas reflexões, já que elas tratam tanto dos apontamentos realizados por Das (2020) na produção da relação com interlocutoras, como as que Santos (2020) demonstra com a complexidade de formulação de quem pesquisa quando familiaridade, família e relações de parentesco se interlaçam. Ou, talvez, o que Lila Abu-Lughod (2018) levanta como suscitado pela profusão de novos sujeitos/as/es fazendo antropologia esteja nessa mesma lida, a complexificação de relações quando aqueles/as/us que sempre foram “pesquisados/as/es” começam a pesquisar e, em muitos momentos, embaçar fronteiras anteriormente definidas pela própria antropologia.

Talvez, por essas razões e tantas outras que se escondem nessas páginas, que falo de histórias compartilhadas. “Minhas histórias”, “nossas histórias” naquela vizinhança, naquela *rua* e naquelas casas. As etnobiografias que proponho de minhas interlocuções são ainda mais mediadas pela minha presença, não apenas porque eu as escrevo aqui, porque minha presença está na reflexão antropológica, mais precisamente porque eu sou personagem de certas passagens, porque talvez, haja uma mediação imprecisa com minha própria relação com o lugar que me constrói.

Assim, o campo etnográfico é relacionado a diferentes aspectos de minha vida e por isso, e por conta disso, se desenrola de forma “estranha” aos meus olhos a cada diferente incursão, desde churrascos e despreocupadas reuniões de conhecidos às

visitas guiadas, direcionadas a compreender parte das dinâmicas na região. Por essa proximidade trato essas “histórias de vida” como importante para essa etnografia. Trato de perceber as relações que diferentes pessoas têm com um ambiente complexo que é integrante de uma série de percepções, usos, disposições sociais e afetos construídos cotidianamente. Ao pensar nisso me deparei com a forma que, desde muito jovem e agora como pesquisadora, me contavam sobre água e aterramento: com histórias e narrativas sobre família, brigas, festas e as relações com vizinhos/as

Para a tarefa de discorrer sobre a vida das pessoas e suas casas, relações essas que em muitos momentos são deixados de lado, tenho me apoiado no conceito de “etnobiografia” de Marco Antônio Gonçalves (2012). Para o autor, uma etnobiografia “é construída a partir das representações de uma pessoa situada num intrincado complexo de relações pessoais e públicas em que se tensionam personagens culturais ou sociais e formas criativas derivadas da pessoalização” (GONÇALVES, 2012, p. 31). Penso dessa forma, pois acredito que ao conversar com as pessoas com quem estabeleço minhas interlocuções, são produzidas biografias suas e de suas casas. Esses entes (pessoas e suas coisas) estão imersos no intenso processo de construção do lugar, das ressacas como espaço de moradia, da adaptação de técnicas construtivas e formas de vida e, dessa forma, apresentam a partir de suas experiências o que o autor aponta como lugar da problemática da etnobiografia “uma batalha entre as percepções ‘subjetivas e racionais” (GONÇALVES, 2012, p. 22). É nesse entrelace da construção de uma relação, entre sujeitos da pesquisa e pesquisadora, que é possível pensar no uso de histórias de vida como processos de uma produção antropológica sobre as vivências de sujeitos em específico que auxiliam a problematizar aspectos mais gerais de um determinado grupo social.

A construção dessa etnografia, e do esboço de biografias, tensiona a meu ver uma discussão sobre como encaro a confecção das narrativas sobre esses sujeitos e no cuidado “artesanal” dessa produção. Explico melhor, minha preocupação situa-se na produção estética³⁵, que é tanto escrita quanto de construção de pessoas-

³⁵ Nessa passagem, em especial, trato a noção de estética como ferramenta para articular a produção da narrativa como campo de possibilidades, imbuído de relações que dão sentido a um ato performativo de contar das pessoas com quem estabeleci interlocuções como também de escrita e

personagens (como utiliza Gonçalves, 2012). Estou querendo discorrer sobre a necessidade de um olhar específico para como se escreve e se formulam sujeitos na narrativa antropológica, tarefa essa realizada por diferentes autores e autoras (para citar alguns GONÇALVES, 2012; GONÇALVES; MARQUES; CARDOSO, 2012; CARDOSO, 2012; CLIFFORD, 1998), que se apresenta na importante discussão de Bourdieu (2006) sobre a “ilusão biográfica”. Antes de adentrar a essa temática, gostaria de chamar atenção para a articulação entre a produção de “histórias de vida” a partir do encontro etnográfico como um balizador da construção de experiências, mas também como um produtor de assimetrias, que precisam ser pontuadas e desenvolvidos como, inclusive, traços que constituem esse caminho. Ou seja, não apenas a fixação do sujeito que pesquisa como o “narrador” exemplar (GONÇALVES, 2012), porém como sujeito necessário e volátil desse processo. Talvez, minha experiência seja específica de mais e por essa mesma razão se justifica como uma produção tão conjunta de histórias, que só desse modo faça sentido.

Fechando esses parênteses, gostaria de discorrer sobre o que Pierre Bourdieu (2006) entende como essa preponderância da história de vida como um gênero de produção na ciência ocidental. Estou utilizando a noção de “história de vida” em conjunto a uma série de discussões que problematizam esse uso, desmistificando um sentido coeso e linear de história e, de certo modo, de cotidiano. Bourdieu (2006) nos alerta ao perigo de transformação da vida em história, em atribuir de lógica e cronologia uma série de acontecimentos e situações, que de algum modo atuam na construção de “sentido” a produção da narrativa etnográfica moderna. Dizendo de outro modo, compreendo que a construção de um “roteiro” que se segue dentro da escrita é inevitável, entretanto, como sua construção se dá e quais parâmetros de “lógica” se sucederá me interessam.

Para o autor,

A análise crítica dos processos sociais mal analisados e mal dominados que atuam, sem o conhecimento do pesquisador e com a sua cumplicidade, na construção dessa espécie de artefato socialmente irrepreensível que é a “história de vida” e, em particular, no privilégio concedido à sucessão longitudinal dos acontecimentos constitutivos da vida considerada como história em relação ao espaço social no qual eles se realizam não é em si mesma um fim. Ela conduz à construção da noção de *trajetória* como série de *posições* sucessivamente ocupadas por um mesmo agente (ou mesmo

performance na apresentação desses sujeitos por mim, enquanto antropóloga. Essa discussão, têm sentido e reverberação no que Cardoso (2012) aponta como importante nessa “arte de narrar”, a partir de uma leitura de Certeau (1998), práticas e sentidos que constroem indivíduos e suas “estórias”.

grupo) num espaço que é ele próprio um devir, estando sujeito a incessantes transformações. Tentar compreender uma vida como uma série única e por si suficiente de acontecimentos sucessivos, sem outro vínculo que não a associação a um 'sujeito' cuja constância certamente não é aquela de um nome próprio, é quase tão absurdo quanto tentar explicar a razão de um trajeto no metrô sem levar em conta a estrutura da rede, isto é, a matriz das relações objetivas entre as diferentes estações (BOURDIEU, 2006, p. 189-190, grifos no original).

Acredito que Bourdieu (2006) nos alerta para a “domesticação” da vida, das histórias e fluxos do acontecer que devem ser pensados mesmo a contragosto à antropóloga, ou seja, é necessário pensar na eclosão e protagonismo de sentidos atribuídos à dinâmica da relação. E, retorno, para parte dos debates introduzidos anteriormente na produção e preocupação “estética” com a narrativa, e que são apontadas como problemáticas da etnobiografia por Gonçalves (2012) em que a relação, e a narrativa como “produto e meio de ação”³⁶, dá forma a percepções da alteridade que modulam uma representação do mundo e das histórias de sujeitos. Como tratar dessa confecção em que as características do próprio ato performativo de contar histórias e de “produzir uma vida” no encontro não sejam transpassadas? Essa é a questão que tentarei apreender e interpretar, ao apresentar as vidas que foram confeccionadas em meus encontros, mas não só nesse espaço, mas como que minha presença é agente dessa formulação.

3.1.1 Os antigos, os veteranos e algumas raízes de mururés

Desde o início, do surgimento da minha vontade de pesquisa, minha vó foi imprescindível em me guiar pelas relações no seu bairro. Como será visto futuramente, ao contar sua história, minha vó Marta era constantemente interpelada pelas memórias de outras pessoas, pela presença intangível de outros entes que construía essa narrativa conjunta. Nos caminhos que tomei para produzir o trabalho de campo que dá sentido à essa dissertação, ela foi uma figura essencial. A partir das redes que minha vó possuía que fui realizando minhas observações. Logo que solicitei sua ajuda ela me surgiu com uma categoria interessante: os *antigos*. A princípio

³⁶ Aqui faço referência a uma discussão produzida por Vânia Zikan Cardoso (2012; 2013) em que a autora faz uma articulação importante do “papel” das histórias como ato performativos e por essa questão momentos de produção dessas vivências. Para autora (2012, p. 60), o potencial do olhar antropológico está no entendimento das “estórias” não apenas como “objetos” da narrativa, mas “como um agir no mundo.

entendi como uma separação que ela fazia para ser mais prolixa em relação ao que lhe solicitei. Ao decorrer dos meses que estive em Santana, pude perceber que essa categoria se tratava de mais do que apenas uma separação construída para minha pesquisa, é, em certo olhar, uma maneira de organização daquela vizinhança, de separação e de integração.

Algumas situações em campo, me propuseram que adentrasse à essa discussão. Duas delas, em especial, compartilhadas com uma interlocutora também chamada de Socorro³⁷. Visitei-a no final de meu segundo período em campo, já era maio de 2022, ainda chovia bastante para a época do ano, mas o calor no Amapá era tremendo. Muitas e muitas vezes passei pela frente de sua casa - uma palafita alta, recuada no terreno e pintada em um tom rosado - em quase todas, sua porta estava fechada. Minha vó me indicou que esse era um sinal de que ela estaria viajando, ou algo do gênero. Enfim, com os dias passando e meu retorno ao Sul se aproximando, pude vê-la e passar algumas tardes sentada em sua varanda olhando a rua e papeando sobre questões das mais diversas. Duas delas interessantes aqui: o plantio de alguns pés de *mururés*³⁸ em frente à sua casa e o comentário sobre um vizinho que passava na rua. A primeira dessas situações foi levantada pela minha vó, quando ao nos debruçarmos sobre a varanda de D. Socorro, percebemos que parte da água que ainda é presente debaixo de sua casa, avançava como se formasse uma pequena lagoa, um espelho d'água se assim posso dizer. Ela (vó Marta) ficou curiosa sobre os *mururés* ali presentes, já que esse era um tipo de vegetação comum ali, antes do lago virar rua. A resposta de D. Socorro veio de prontidão: "Eu que plantei Marta. Trouxe lá do interior". Em um segundo momento, em outro dia que estávamos à sós e tratávamos das mudanças da rua, das pessoas e do jeito de viver, avistamos um vizinho. Da varanda podemos observar a rua com um olhar privilegiado, já que a casa alta não possuía muros. Então ela disse: "Esse aí [referindo-se ao senhor de uns 40 anos que passava ali em frente no instante] não fala com ninguém, nunca falou com nenhum vizinho. Se a gente passa por ele na rua, ele abaixa a cabeça, não dá nenhum bom dia".

³⁷ Tenho duas interlocutoras chamadas Socorro. Moram lado a lado e são comadres. A diferença entre elas foi demarcada em campo a partir de como eram conhecidas na região: Socorro Branca e Socorro Preta.

³⁸ Vegetação aquática muito comum nas áreas de ressaca.

As duas situações, a meu ver, levantam duas questões centrais e que são importantíssimas para a proposta que faço aqui ao referir-me a essas categorias de *veteranos*, *antigos* e *mais novos*. Em relação aos *mururés*, identifiquei um jogo de sentidos atribuídos não apenas as mudanças temporais e físicas daquele lugar, visíveis desde o “desaparecimento” do lago, a construção da rua e a mudança das casas, mas também na relação constituída com outros entes: inclusive as plantas e animais. Isso conecta-se com, de certo modo, a profusão de discursos sobre a “mudança dos tempos”, das “pessoas” e da *criação*. Ali, o plantio de uma espécie nativa, porém tornada exótica fala sobre questões ligadas ao processo de devir no tempo, nos modos de vida e, de algum jeito, de cidade e relações pessoais. A segunda situação, trata das diferenças de temporalidade de vida na região. Para a D. Socorro, havia uma espécie de antipatia ou jeito próprio do vizinho que impedia trocas com o restante das pessoas. Esse senhor morava ali faziam mais de 20 anos, entretanto, sua chegada na região apontava a mudança de um outro morador (no qual comprou a casa) e na participação de uma socialidade já estabelecida.

Deparei-me, como antropóloga, em uma situação à *la* “Estabelecidos e Outsiders” que Nobert Elias e John L. Scotson (2000) descrevem. Nesse texto, os autores chamam a atenção para a formulação de diferenças (ou melhor a quantidade quase ínfima, em um olhar menos descuidado) e a cisão de um grupo de moradores de um certo povoado. A principal diferença, e que construía tantas outras no decorrer da socialidade desses indivíduos, era a temporalidade de habitação da região. Em Winston Parva, para Elias e Scotson há o que chamam de uma “configuração estabelecidos-outsiders” e assim lançam questionamentos de como se constrói um processo de diferenciação quando mediado não por determinantes, apontados por eles, como usuais: fatores econômicos, raciais, étnicos e/ou geográficos.

Como se processa isso? De que modo os membros de um grupo mantêm entre si a crença em que são não apenas mais poderosos, mas também seres humanos melhores do que os de outros? Que meios utilizam eles para impor a crença em sua superioridade humana aos que são menos poderosos? (ELIAS; SCOTSON, 2000, p. 20).

A reflexão dos autores situa que a diferença é produzida cotidianamente e que surge e dá sentido ao que consideram como um carisma grupal. Essa ação demonstra um processo de compartilhamento de valores entre moradores/as mais antigos que não se faz recíproca com as pessoas que chegaram depois. Dessa forma,

[...] todo o arsenal de superioridade grupal e desprezo grupal era mobilizado entre dois grupos que só diferiam no tocante a seu tempo de residência no lugar. Ali, podia-se ver que a 'antiguidade' de associação, com tudo o que ela implicava, conseguia, por si só, criar o grau de coesão grupal, a identificação coletiva e as normas comuns capazes de induzir à euforia gratificante que acompanha a consciência de pertencer a um grupo de valor superior, com o desprezo complementar por outros grupos (ELIAS, SCOTSON, 2000, p. 21).

O exercício que tento realizar aqui, de certo modo, é tratar das similaridades que encontrei em campo com o que foi teorizado e empiricamente construído pelos autores, apontando para as similaridades e divergências de nossas abordagens. É mister que alguns aspectos são compartilhados, como a questão da coesão das famílias a partir de diferentes gerações habitando o lugar, mas os pontos que se diferem são importantes para pensar a formulação dessa categoria dentro do contexto etnográfico, explorado pelas relações entre a vida cotidiana e as ações de pesquisa e inscrição. Talvez, nesse quesito, as ideias de Ricouer (2021) façam demasiado sentido ao pensar a narrativa como algo produzido ordinariamente, escrito e lido³⁹.

Em linhas gerais, não encontrei naquela vizinha produções radicais de diferença como apontadas por Elias e Scotson (2000), no entanto, uma miscelânea de relacionamentos entre múltiplos agentes. Aqui, em especial, está um fio interessante para pensar aquilo que Gilberto Velho (2003) apresentou como a fragmentação da vida urbana, da constituição de sujeitos múltiplos e atravessados por suas diferentes posições na sociedade. Os *antigos* e os *mais novos* não são avessos e antagônicos, mas como os autores (Elias e Scotson) tratam são complementares, o que pode ser ressaltado é o nível de complementariedade produzida. O que gostaria de afirmar, se assim possível, é que essa categoria de *antigos* ou *veteranos* contraposta a dos *mais novos* têm sentido dentro de um corpo teórico-prático etnográfico, ou seja, suscitam ideias sobre as relações construídas por mim e essa figura de pesquisadora ali, como, e principalmente, da articulação do decorrer histórico entre essas pessoas.

Os *antigos*, ou *veteranos* como também eram chamados por algumas/uns, é uma categoria relacional e que se desenrola a partir não de uma temporalidade específica (uma data, uma época), mas de um nível de socialização inscrito em um período no tempo. Explico melhor, quando minha vó ou outra interlocutora referiam-

³⁹ Para Ricouer (2021) entendidos a partir do conceito de “prefiguração”, “configuração” e “reconfiguração”.

se a essas pessoas, estavam tratando de famílias e “chefes/as” de família que habitavam aquele lugar e construíram relações de trocas afetivas, desde a criação dos filhos, festas de rua, passeios para balneários e até *bebedeiras*.

Nessa diferença, construída por algumas/uns, que desenrolei o trabalho de campo e me localizei frente as dinâmicas que investigava. Em sua maioria, meus interlocutores/as eram senhores/as de mais de 60 anos, que criaram filhas e filhos ali e que foram/são protagonistas das mudanças que se sucederam, como também, para mim ainda mais interessante, são intérpretes desses acontecimentos de forma interpretativa e reflexiva. São muitas as opiniões e teorias sobre as mudanças físicas e simbólicas, em sua maioria tratadas a partir dos “filhos/as dos veteranos” como, inclusive, um sinônimo da coletividade que para essas pessoas foi diminuindo ao longo do tempo, já que para alguns o modo como “criaram” os filhos trouxe um sentido maior de comunidade para as relações que se estabeleceram por ali.

Essas categorias se alicerçam no jeito que essas pessoas, moradores/as *antigos* e *mais novos*, vivenciaram as (re)modelações daquela rua, quem fez parte de qual *mutirão*, quem mandou *campinar* o quê ou quem comprou a casa de quem. Aquelas/es com quem convivi apontavam em demasiado para as mudanças geracionais que estão ligadas a um novo panorama no bairro, como também, como a produção do espaço (mediada pela experiência compartilhada) está relacionada também as relações entre sujeitos. O campo social é visto e estabelecido (as categorias tratadas aqui podem ser vistas como exemplos) através do que essas pessoas enxergam como fazendo parte daquela paisagem e jeito de viver, dando nexos a produção das diferenças e similaridades entre sujeitos perante experiências compartilhadas de aspectos como o *antigamente* e o *hoje*, vistos como temporalidades resultantes da mudança, permanência e dinâmicas voláteis desse acontecer urbano íntimo e coletivo.

Nesse capítulo eu trato da produção de etnobiografias de três interlocutoras e um interlocutor, utilizando emoções e formas de expressar as relações com a casa como instrumentos para tratar da construção mútua de expectativas, planos de vidas e dessas próprias casas. Em Dona Socorro, Seu Eduardo, Dona Maria e a Vó Marta, alguns dos *antigos*, que moram há mais de 30 anos na região, situo um olhar meu, mas também em conjunto, sobre aspectos que circunscrevem o habitar como

perpassado de idas e vindas, histórias de antes, do agora e do futuro e, no mais, como formas de nos conectar.

3.2 RECOMEÇOS E RETOMADAS COM DONA SOCORRO

Uma das minhas principais interlocutoras é a Dona Socorro, ela já apareceu inúmeras vezes por essas páginas, sempre me disponibilizava interpretações vívidas e cheias de detalhes sobre a vida naquele bairro. Agora, em especial gostaria de detalhar parte das relações que ela, Dona Socorro, compartilhou comigo sobre sua casa e sua vida, que se misturam ao modo em que narro toda a historicidade da região em que pesquisei.

Sobre a casa dela tenho algumas considerações iniciais, importantes para tratar de caminhos conhecidos por mim, e alguns outros nem tanto, de uma etnografia construída naquela vizinhança. Eu comprava *chopp*⁴⁰ ali quando criança, se me perguntassem há um tempo sobre quem morava ali eu pouco poderia responder. Era uma casa apenas, compunha a paisagem da minha infância, de certo, alguém morava lá. Alguém que meu pai e tios saberiam me contar muita coisa, mas eu nada saberia.

Essa descrição foi mudando. Agora, ao transitar pela Av. Castro Alves sempre dirigia meu olhar para a casa da Dona Socorro, aquela com uma placa de “Vende-se *Chopp e Gelo*”, esperando que ao avistá-la pudesse cumprimentá-la, talvez até podendo parar, conversar um pouco.

A primeira vez que, junto de minha vó, visitei D. Socorro algumas surpresas surgiram. Foi indicação da minha tia Neura que eu conversasse com ela, já que para todos a situação vivida pela D. Socorro era complicada. Toda grande chuva sua casa ia para o fundo. Alagava. Minha vó me disse que apesar da D. Socorro estar cega, ela muito lembrava de como a rua foi mudando e que sua memória era ótima. Tivemos uma agradável surpresa, ela, que havia estado cega por 10 anos e após uma cirurgia (realizada há pouco mais de 3 meses), tinha voltado a enxergar. Esse é um ponto importante das interpretações que proponho realizar sobre minha interlocutora e sua casa: o processo de “retomada” da casa, após o fim da cegueira.

Ao tratar de recomeços e retomadas quero salientar como que, com o processo de evolução da casa e das relações com familiares, o modo como D. Socorro

⁴⁰ Regionalismo, em outros lugares do país é chamado de sacolé, dindin ou chupchup.

lidava com o espaço em que vive foi se modificando. Estive, semanalmente, em contato com ela, passando tardes conversando sentadas na sala, no pátio ou na cozinha e, muito do que era compartilhado, além das fofocas sobre a vizinhança, impressões sobre a vida, religiosidade e, às vezes, o meu futuro, falávamos sobre a casa e sobre a vida após a cirurgia.

Explicarei um pouco sobre a casa e sua moradora. Dona Socorro é uma mulher de aproximadamente 70 anos, nascida no interior da cidade de Gurupá/Pará, imigrante ribeirinha como muitas e muitos com quem conversei. Veio para Santana, para a Cidade, como ela relata, em 1979 junto com marido, que havia recebido uma proposta de emprego. “Não existia quase cidade”, ela me contou por diversas vezes. Eram poucos os mercados, por exemplo, e muitos dos bairros de hoje não existiam. Viu a construção do primeiro hospital, de muitas avenidas, de escolas e tantas outras mudanças.

Hoje, mora só na casa que antes também era morada de seus 5 filhos e o marido. Separou-se do marido há algum tempo. Dos filhos, 2 faleceram, um quando adolescente (pouco falava sobre esse ocorrido) e outro, que morava na Guiana Francesa, morreu durante a pandemia. Nunca viu o corpo do filho. Um outro filho morava na França, próximo de Paris e a ajudava financeiramente quando podia; o mais novo, não tinha paradeiro certo, mas acreditava que estivesse por São Jorge/Guiana Francesa trabalhando de pedreiro junto com o pai; conheci, mesmo que brevemente, apenas um deles, o único que morava na cidade, a poucas quadras de sua casa.

No mesmo terreno daquela casa - com a pintura desbotada e o assoalho muito próximo ao chão – houve uma movelaria que foi modificada para tornar-se Kitnets. Alugou por um tempo, para pessoas de fora, essas moradias, antes de serem ocupadas pelo neto e sua família. Apesar de morar só, Dona Socorro conta com a sempre companhia da família do neto, em especial, de sua bisneta que cotidianamente fazia *mandados* para ela e surgia durante nossas conversas.

Naquela primeira visita, eu e minha vó passamos horas sentadas em um sofá na sala da D. Socorro. Conversamos sobre diversos assuntos, muitos deles que eu não tinha conhecimento, antigas intrigas entre vizinhos, filhos e pessoas externas. Contou que o filho que morava na França havia mandado um dinheiro para que ela subisse o assoalho da casa, assim evitando que, como costumeiramente acontecia

toda época de chuvas, a casa fosse para o fundo. O dinheiro não foi suficiente, levantou apenas parte da área da residência. Dois quartos foram elevados apenas. Aguardava para quando ele novamente pudesse enviar dinheiro e terminar a reforma. A primeira, em grande escala, que aquela casa construída com “madeira boa” passava. E o filho conseguiu mandar dinheiro mais uma vez.

Em minha última visita, sentadas no pátio, defronte para a rua, espiando o movimento já que não havia muros, ela contava sobre a reforma que tinha realizado nas últimas semanas. Inclusive, nossas conversas semanais foram interrompidas por algum tempo em razão disso. Ela me dizia sobre o descuido que a casa passou, das diferenças antes de ficar cega e depois, com a limpeza e rotina de cuidados cotidianos necessários para “manter” tudo conservado. Foi nesse instante, ou melhor no olhar para essas questões ao longo da relação que vínhamos construindo, que pude perceber a miríade de sentimentos, sensações, desejos e ambições no que é habitar uma casa. Para D. Socorro, após uma vida de luta e com o desgastante trabalho de vender comidas típicas em um carrinho na Praça Cívica, foram os fatores que puderam fazer com que ela comprasse aquele terreno e levantasse sua casa. A casa não é um “fim” do processo, mas, de alguma forma, um atestado dele e, dessa forma, indica como se valoriza e se mantem uma história de vida materializada.

As *retomadas e recomeços* que presenciei junto a essa interlocutora são diversas, não se trata apenas da rotina da casa, mas também da política da vizinhança, do “saber” o que acontece. Minha presença ali apontava para parte desses caminhos, foram várias as vezes que sentada em sua sala, suando pencas por conta da máscara e do calor que fazia, passamos minutos e mais minutos discorrendo sobre as vidas de meus familiares, de pessoas de *outras ruas* ou de algum vizinho/a. Ela foi afastada, de algum modo, pela doença e difícil locomoção da interação, que se tornou limitada. O único lugar que sempre esteve presente em suas histórias, mesmo quando estava doente, era a Igreja.

A Igreja e sua religiosidade apareceram diversas vezes. Em alguns momentos havia certos incômodos de minha parte, principalmente nas primeiras conversas. Acreditava que aqueles desvios “atrapalhavam” o objetivo das conversas, entretanto aos poucos, fui entendendo ou, melhor, sendo ensinada pela D. Socorro que sua religião se tratava de aspecto muito importante do que eu queria pesquisar. A história de vida dela, a produção de uma análise de sua vida, é mediada por suas experiências

personais e como estas se relacionam a um aparato social maior (GONÇALVES, 2012). Ela disse, diluído ao longo do tempo, não nessas palavras exatas, mas apresentar uma gama de mudanças pessoais que impactam e transformam a vivência cotidiana na sua casa, na vizinhança ou mesmo em uma cidade. Para ela “as pessoas vão esquecendo a tradição”, para mim as pessoas vão mudando essas tradições, instituindo novas socialidades, novos aparatos e ferramentas para modos já corriqueiros de socialização e produzindo novos. Os *recomeços* são também emaranhados de questões pessoais e subjetivas na experiência daquela *rua*, como a religião, o envelhecimento, separação, luto, adoecimento e nascimentos.

Dona Socorro morava em uma casa muito próximo do nível do chão e, inclusive mais baixa que a rua. Ela me contou que nem sempre foi dessa forma, sua casa foi construída sobre pilotis bem altos, mas com o aterramento e *lavagem* que a chuva fazia, a terra foi se depositando abaixo do seu piso. Essa era a razão dos alagamentos, de acordo com ela. Havia algumas árvores em frente à casa, um coqueiro muito alto e uma mangueira. Não há muros, de um lado pode se enxergar a casa de uma vizinha, também de madeira, e do outro existe uma “cerca” de plantas, que impossibilitam, de certo modo, de parte da visualização da rua e da casa de sua outra vizinha e comadre, outra Dona Socorro.

Figura 9 – Casa com “restos de construção” em frente, D. Socorro sentada no pátio, maio de 2022.



Fonte: Autora (2022)

Na fotografia acima, não se percebe mais o grande coqueiro que foi podado com a segunda etapa do levantamento do assoalho. Para meu propósito, essa fotografia fala sobre essas tais *retomadas* que venho esboçando. Ela relata sobre mudanças e a melhoria de vida necessárias para minha interlocutora. Esse momento foi registrado enquanto conversava com D. Socorro sobre as mudanças que tinha realizado, uma delas uma proposição futura, o aterramento de parte da casa com os entulhos que estão em sua frente, algum resto de construção. Apesar de não parecer, a parte do terreno em que está localizada a residência não foi aterrado, pelas brechas de algumas tábuas do piso podia se enxergar o lago e, de acordo com ela, escutar o bater dos peixes nas pernas mancadas que sustentavam a estrutura.

Aterrar seria o melhor, construir um novo pátio, de alvenaria de preferência, esses eram os seus desejos. Tratava-se de zelar e melhorar a casa. Ao mesmo tempo,

dizia sobre como que a residência apesar de boa, construída com madeira de lei, estava esquecida, mal-cuidada e precisava de uma nova atenção. A casa que eu via, construída, transformava-se sempre, não pelas mudanças empregadas ao longo do trabalho de campo (essas também muito importantes), mas pelo modo com que D. Socorro estruturava sua narrativa entre suas próprias lembranças com aquele espaço. A casa tornava-se outro lugar, pela mudança de portas, pela presença imaginária de filhos e de relações que ela teceu ao longo do tempo, principalmente das ligadas à um modo de vida do *interior* que foi incorporado e metamorfoseado na/pela cidade.

Lembro de uma conversa específica sobre sua vida em Gurupá. Chegamos nessa temática após uma rica conversa sobre comida. Ao contar sobre o período que vendeu comida típica na Praça da Cidade, que lhe garantiu a compra do terreno e a construção da casa, ela explicava minuciosamente os passos que levavam a produção do tacacá⁴¹. Assim, discorrendo sobre como o ex-marido precisava ir para outra cidade para providenciar os ingredientes, fomos trocando informações sobre as comidas que gostávamos, o modo de preparo e afins. Lembro dessa conversa, com um toque de afetividade, pelo momento compartilhado em que a sala da casa deu espaço para a produção de um imaginário da vida em Santana (muitas do que falávamos entrava nessa construção poética das lembranças de algo em devir). A cidade foi se modificando, como ela mesmo explicava, o marido não precisava se deslocar mais à Macapá para comprar jambu, os mercados começavam a abrir em diferentes lugares, não havia só o Mercado Central na *Bêra*⁴².

Essa tal poética, ou mesmo esse jeito de contar, confabular a vida cotidiana a partir de diferentes temporalidades é o modo como conheci mais sobre aquele espaço, sobre a Castro Alves e algumas de suas pessoas em conjunto ao conhecer a vida ordinária de Dona Socorro, aqui em especial. Com ela, pude conhecer sua casa, adentrar alguns espaços além dos sofás e pátios que “habitei” com outras interlocutoras. Nesses passeios, entre cômodos e cliques fotográficos as histórias se dissipavam e tomavam tantos outros caminhos. Nas próximas imagens convido a

⁴¹ Comida característica da região amazônica à base de tucupi quente, goma de tapioca, servida com jambu e camarão seco em uma cuia.

⁴² Aqui refiro-me à Área Portuária da cidade, bairro que onde se localizam atracadouros e uma intensa zona de comércio popular, de produtos vindo de outras regiões (principalmente das ilhas do Pará e de outros interiores) e de chegada e partida de pessoas. Essa zona é conhecida como “Bêra”, utilizo da escrita dessa forma para pontuar como se enunciam os fonemas da palavra “beira” que se misturam ao jeito característico de falar daquelas regiões entre o Pará e o Amapá.

entender esse habitar, suas estruturas físicas e sociais, a partir do meu olhar com uma câmera fotográfica que pouco dominava/domino.

Figura 10 – Dona Socorro sentanda no sofá da sala, março de 2022.



Fonte: Autora (2022).

Figura 11 – Minha visão da sala a partir do sofá que costumeiramente sentava, março de 2022.



Fonte: Autora (2022)

Figura 12 – Ilustração do meu ponto de vista da sala, abril de 2022.



Fonte: Autora (2022)

Figura 13 – Vista da sala após a reforma, no canto esquerda uma fotopintura, maio de 2022.



Fonte: Autora (2022)

Figura 14 – Dona Socorro e a sua cozinha, março de 2022.



Fonte: Autora (2022)

Figura 15 – Posando enquanto varre o pátio, maio de 2022.



Fonte: Autora (2022)

Figura 16 – Lateral da casa após a segunda etapa na reforma, maio de 2022.



Fonte: Autora (2022)

3.3 PASSADOS, PRESENTES E FUTUROS COM O SEU EDUARDO

Encontrei o Seu Eduardo pela primeira vez em um dia de muita chuva e calor. Tipicamente uma tarde de sábado no inverno amazônico. Chuva, cheiro de terra molhada, suor e um mormaço intenso. Fui com minha vó. Era uma primeira incursão com aquele vizinho que, há muito tempo gostaríamos de ter conversado. Ele mora quase em frente à minha vó, do outro lado da rua. Como acontece com boa parte de minhas interlocuções, era uma figura “conhecida”, mas nebulosa já que não lembrava de sua fisionomia. Apenas sabia, de antemão que ele e sua esposa, a Léia (dona do famoso Bar da Léia, que eu muito conhecia) eram amigos próximos de meus avós.

Naquele sábado em especial, o movimentado Bar, que mesmo ficando em uma zona “calma” do bairro possuía uma intensa freguesia, estava calmo, sem ninguém. Não havia jogo de futebol nessa tarde. A grande televisão, caixas de som e carros estacionados em sua frente davam espaço apenas para mesas vazias e algumas crianças brincando pela calçada. Esse é o cenário de muitas de nossas conversas que começaram a ser realizadas em dias de semana, fora aqueles que haveria algum jogo, a pedido do próprio Seu Eduardo. Não conseguiria me dar atenção, me informou. Nessa calmaria, sentados olhando a rua, que nossa relação foi desenrolando.

A casa do Seu Eduardo, mesmo sem conhecê-lo, foi/é umas estruturas da minha infância. Ali uma casa de madeira laranja, avarandada e acima do nível do solo era “misturada” a uma estrutura de telhado mais alto, com uma calçada onde ficavam as mesas e duas outras “partes” de alvenaria, o bar/comércio e os banheiros. Não havia muros e a calçada terminava quase rente ao asfalto.

Figura 17 – Bar da Léia, maio de 2022.



Fonte: Beatriz Souza, cedido para a autora (2022).

Sentava-me em uma cadeira de plástico, dessas típicas de bar, meio poltrona. Da varanda, onde Seu Eduardo olhava a rua em sua cadeira de balanço, conversávamos sobre sua vida, das pessoas que já passaram por ali e das mudanças que sempre estão por acontecer. Falava muito sobre novos momentos, como a recente privatização da Companhia de Água e Esgoto (CAESA) e a de Eletricidade (CEA)⁴³. Esse, talvez, seja um importante tópico para retornar em algum dado momento dessa escrita.

Em nossas conversas, ele sempre pontuava as discontinuidades que o tempo possui, ou melhor, que para o tempo acaba por possuir. São idas e vindas, em diferentes lugares e momentos de sua história, da cidade e da vizinhança que dão sentido para muito do que ele me contava. São diferentes formas de olhar o passado, conceber o presente e admirar, de muitas maneiras, o futuro. Plurais. Nunca únicos.

⁴³ Em 2022, a CEA e CAESA foram privatizadas e agora fazem parte do Grupo Equatorial.

Diferente de minhas outras interlocutoras, Seu Eduardo é uma figura masculina e essa presença no mundo têm suas ramificações no nosso contato. Com seus mais de 60 anos, casado, morador da região desde muito jovem, ele falava muito de suas conquistas na vida, das oportunidades perdidas e dos caminhos em outros lugares que vazavam o espaço daquele bairro.

Ele cresceu em Santana, inclusive, é sua a frase “Se eu conheço Santana? Um pouco... vi crescer como diz o caboco” que dá nome a um dos subcapítulos dessa dissertação, mas nem sempre morou na Castro Alves. Antes de estabelecer residência naquela região, morava em um “sítio” não muito longe dali, mas já habitava aquele lago (como ele se referia) antes, no que nos anos 1960 e 1970 era conhecido como Vila Floresta. Contou-me que o pai, Seu Miguel, ia pescar naquele curso d’água antes das casas aparecerem, naquela *ponta de terra*⁴⁴. O Seu Miguel é uma importante figura dessas histórias, da rua e das pessoas. Com mais de 90 anos é pai de alguns de meus interlocutores como o Seu Eduardo, Dona Célia e o Delegado. Quando ele, Seu Miguel, vendeu o sítio que moravam, foram todos morar por um curto tempo em Gurupá e ao retornar estabeleceram residência naquelas pontes. Um “lugar muito feio, no molhado”, uma vez Dona Célia contou-me. Seu Miguel ainda mora ali, sozinho e hoje o casarão de dois andares todo em madeira dá lugar a uma pequena *bandola*⁴⁵.

Essas redes familiares que tento explicar aqui são importantes constructos na articulação de uma política cotidiana daquele espaço. Ou seja, é a partir dessas famílias e relações de amizade, que como citei anteriormente, me insiro em campo, mas também estabelecem as dinâmicas de socialidade ali presentes. Seu Eduardo mora ali próximo de irmãos e irmãs, como de filhos, sobrinhos, netos e agregados. Casou-se com a Léia que também era moradora da região e que tem, por sua vez, sua própria linha de parentesco com outros vizinhos/as.

Essas “linhas” de parentesco são diversas e atravessam as relações dessas pessoas de muitos modos, como a minha mesmo. Existem as famílias extensas na disposição do espaço, como a do Seu Eduardo, diferentes núcleos habitacionais com uma ou mais famílias morando em um mesmo terreno. E, também aquelas que são

⁴⁴ Assim que ele se referia ao encontro entre a terra e água.

⁴⁵ Modo de chamar de casas com telhados “meia-água”, com apenas um caimento. Em outra nota de rodapé dessa dissertação há outra explicação da terminologia.

intensas na disposição do espaço, núcleos familiares que dividem uma mesma casa ou diferentes casas em um mesmo terreno. Tais categorizações são muito fluídas, já que como D. Socorro, o Seu Eduardo e Léia alugam kitnets na parte dos fundos do terreno, o que traz outras dinâmicas (dos inquilinos e suas relações com aquele lugar) para a vizinhança.

Nesse tratar das famílias, vizinhos e amizades que ele, Seu Eduardo, tecia as narrativas sobre as mudanças, sua recente doença e como viu a cidade crescer, mudar e “tomar o espaço da natureza”. Tinha um jeito displicente de contar essas questões, quase sempre sentado em uma cadeira, com os pés apoiados na varanda, tomando uma xícara. Em dados momentos, essa posição mudava, era transposta a um olhar preocupado, mais incisivo, principalmente, ao falar de doenças, roubos ou comentários mais certos sobre um vizinho ou outro. Tinha uma postura muito tímida no início das conversas, como eu também possuía, que se modificava ao relatar as várias etapas da vida em Santana, quando criança, o início da juventude em Santarém e a vida de adulto entre Santana, Macapá e o Garimpo.

Figura 18 – Seu Eduardo na varanda, maio de 2022.



Fonte: Autora (2022).

O Seu Eduardo, ou Du como minha vó se referia a ele, foi uma presença calma em minhas tardes. Melhor, eu fui uma presença inusitada em suas calmas tardes olhando a rua daquela varanda. Ele se recuperava de uma *difícil batalha* contra o câncer, que o deixou debilitado por muito tempo. Ao contar sobre a doença, “dar o seu testemunho” como minha vó e Dona Socorro (ambas evangélicas), ele tratava muito de uma vida difícil e de certos fardos necessários que Deus dá às pessoas. A fé, alicerçada no Deus cristão é muito forte, diferente de outras interlocutoras sua religiosidade não estava ligada a uma religião específica, mas a um ideal muito próprio, com o qual cresci de muitas maneiras: a religiosidade atravessada pela experiência da vida cotidiana, mas pouco dogmática.

A doença, não apenas sua, atravessou boa parte de nossas conversas. Recentemente, para aquele início de 2022 que conversávamos, uma sobrinha de sua esposa tinha adoecido de forma misteriosa e essa questão gerou diferentes influências no que conversávamos. Na doença se acionam diferentes mecanismos para enfrentá-la, tanto coletivamente quanto individualmente. E, naquela situação, vizinhos se mobilizam para ter notícias do estado de saúde dessa moça (pouco anos mais velha que eu e que brincava quando criança) e para auxiliar nas novas necessidades.

Trago esses apontamentos para tratar de um ponto específico, levantado por essas situações de adoecimento (do Seu Eduardo, da esposa e da sobrinha): a *união*. O sentido da *união* é/era algo com que muito conversei com esse interlocutor, passamos minutos incansáveis discutindo mudanças como já relatei, entretanto, uma das tramas desses diferentes processos é a *união* da vizinhança. Essa trama, de mudanças (políticas, sociais, individuais e de urbanização), é composta pelas diferenças que constituem a prática de habitar aquele espaço, das temporalidades e relações estabelecidas entre os moradores *antigos* e *mais novos* e das experiências que essas posições colocam esses sujeitos. Uma delas, acredito que talvez a mais sensível para o Seu Eduardo, é a criação dos filhos/as dos *veteranos*⁴⁶. As pessoas se conhecem ali, esse é um aspecto importante do morar naquela região. Ao se conhecerem, compartilham *passeios* e *bebedeiras*, também partilhavam essas relações com o crescimento de filhos/as, com as ideias de educar dos *seus antigos*.

⁴⁶ Cabe ressaltar que o tempo não é medido para ele, como para minha vó e outras interlocutoras pela idade dos filhos/as.

Seu Eduardo junto da esposa, têm 3 filhos e 4 netos, que de vez em quando apareciam pelo bar e com quem pouco conversei. “Todo mundo se conhece, vê os meus filhos, conhecem e respeitam. Os meninos da Marta, ali tua avó, também”. Criaram-se juntos, se respeitam, era dessa forma que se referia as crianças que cresceram por ali, em uma geração entre o final dos anos 1980 e 1990, o ápice de algumas das transformações mais “visíveis”. Hoje, essas crianças, estão adultas. A grande maioria com mais de 35 anos, mesmo morando em outras regiões constantemente são figuras importantes da rede que se constrói através da Castro Alves, das ruas no entorno e outros lugares do Brasil e do mundo.

É demasiado interessante e custoso propor uma descrição e interpretação das histórias do Seu Eduardo entre suas muitas conquistas e, principalmente, oportunidades perdidas. Desde a perda de uma oportunidade para dar aulas em curso técnico à perda dos direitos de aposentadoria da longa estadia no garimpo na Guiana Francesa, muitas razões levaram e são parte integrante do modo como ele narrava seus caminhos perante a vida.

3.4 SAUDADES E LEMBRANÇAS COM DONA MARIA

Dona Maria, diferente das outras pessoas que, de algum modo, habitam essa dissertação, não residia na Avenida Poeta Castro Alves, mas sim na Rua Costa e Silva. Essa é uma das vias que cruza de forma perpendicular a tal Avenida. Recentemente passou por um processo de terraplanagem, construção de galerias para esgoto e águas pluviais e de mudança de sentido do tráfego.

Muitas mudanças, de certo, se passaram ali desde os mais de 50 anos que minha interlocutora reside ali. Com mais de 70 anos, casada com Seu Mazagão (Antônio) e possuidora de extrema gentileza na voz, é uma das mais antigas moradoras daquele pedaço de cidade. Quando se mudou não havia água, energia elétrica, nem rua. Passou por diversas situações ali, inclusive, a perda traumática da casa e seus pertences em um acidente envolvendo um caminhão, além das enchentes e constantes alagamentos. É interessante apontar que, em nossa primeira conversa, não fomos apresentadas “formalmente”. Fui apresentada como “neto” e “filho do Newton”, já ela como “vizinha”. Aqui aponto para um importante traço da socialidade desenvolvida por minhas interlocuções, que são as formas de tratamento por apelidos ou mesmo pelas alcunhas de “vizinho” e “vizinha”, sem se preocupar em saber dos

nomes o tempo inteiro. Assim que chegava em algum lugar ou caminhava pelas ruas do bairro, minha vó sempre reproduzia uma típica saudação: “uuh vizinha/vizinho”.

A vida na casa, a primeira delas, de madeira e elevada, alta para que a água não entrasse, era difícil para ela. Havia muita lama, animais e “tudo ficava longe, feira mesmo era só na Bera”. Dividia o espaço com os *poraquês*⁴⁷, *moreias*⁴⁸ e *muçus*⁴⁹, quando ia pegar água em um poço ali próximo, já que não havia água encanada e muito menos possibilidade de cavar um poço próximo de sua residência. As diferenças vão surgindo aos poucos, o crescimento da cidade e as dinâmicas entre o interior e o urbano se sobrepõem, tomam outros formatos, permanecem e se metamorfoseiam. As “saudades” da Dona Maria que tento descrever aqui são diferentes aspectos do cotidiano que para ela têm raízes bem específicas. Quando lhe pergunto sobre o que fez com que não pudessem mais dormir de janelas e portas abertas, que pudessem conhecer e *se dar com todos*, ela me respondeu que criação estava diferente, mas completou “o povo mudou, a criação não”. Atestava ali que o jeito de “criar os filhos” não deveria se alterar, mas que com a mudança das pessoas isso tinha acontecido.

“Mas, o que mudou por aqui Dona Maria?” Lembro de dirigir essa pergunta a ela em um dado momento. Sua resposta veio de forma certa: o movimento e as casas. As casas naquele instante a partir de sua narrativa, não são apenas as tecnologias que constroem materialmente uma moradia, mas as pessoas que a habitam, como habitam e como se relacionam com os entes ali presentes. No meio dessa conversa, fomos interrompidas por Seu Mazagão, com seu jeito arrastado de falar começou a apontar a passagem do tempo naquela casa. Quando digo casa, queria apontar para o jeito de morar, mais do que apenas o espaço físico da casa. Essa categoria é muito volátil e vai se destrinchando em algumas complexidades que, talvez e por essa razão em si, eu não consigo desvendar.

Aquela casa de alvenaria, onde passei tardes tomando café e conversando, foi sendo “erguida” ao longo do tempo. Ali no pátio que nos sentávamos, Seu Mazagão e Dona Maria me “instruíam” sobre o que é morar em um lugar que um dia (e que já aconteceu diversas vezes) a água pode levar tudo. Foram guarda-roupas, camas e

⁴⁷ Um tipo de peixe elétrico.

⁴⁸ Um tipo de peixe ósseo anguiliforme, parecido com os peixes elétricos (exceto pela produção de descargas elétricas).

⁴⁹ Um tipo de enguia.

muitos colchões perdidos. Subiram o piso da atual casa umas 3 vezes. O pé direito da casa, antes alto era algo diminuto em relação ao que, em um passado recente já foi. D. Maria me alertou de um aspecto importante para minha pesquisa que eu pouco olhei, ou pouco tinha me atentado até então: a relação rua e casa.

A casa e a rua não são questões dicotômicas nesse trabalho, são relacionais, tecnologias sociais de produção contínua e dialética. Além disso, são materialmente entes que conversam e se digladiam quando (e sempre são) a diferentes aparatos, sejam eles, para esse contexto em especial, de governança e gestão da urbanização. O que quero dizer, de forma mais direta, é que pouco tinha pensado em como os processos mais recentes de reforma das ruas no entorno daquela região também modificaram e tensionaram meus/minhas interlocutores/as. Muito falava do primeiro aterramento, sempre ligado a figura do primeiro prefeito da cidade Rosemiro Rocha, mas pouco estava atenta ao que se modificou, por exemplo a partir de 2017 com uma mudança significativa no tráfego da cidade. Dona Maria me dizia que desde a nova terraplanagem da rua e sua, conseqüente elevação, algumas coisas tinham piorado. Agora, a rua mais alta, sua casa estava mais baixa e suscetível a água que corria e descia pelas ladeiras. As galerias de esgoto pluvial construídas não davam conta, Seu Mazagão teve de intervir em algumas e a construção de um novo mercado ajudou no processo, já que a obra interferiu na infraestrutura construída pela prefeitura de modo que a vazão necessária se tornou real.

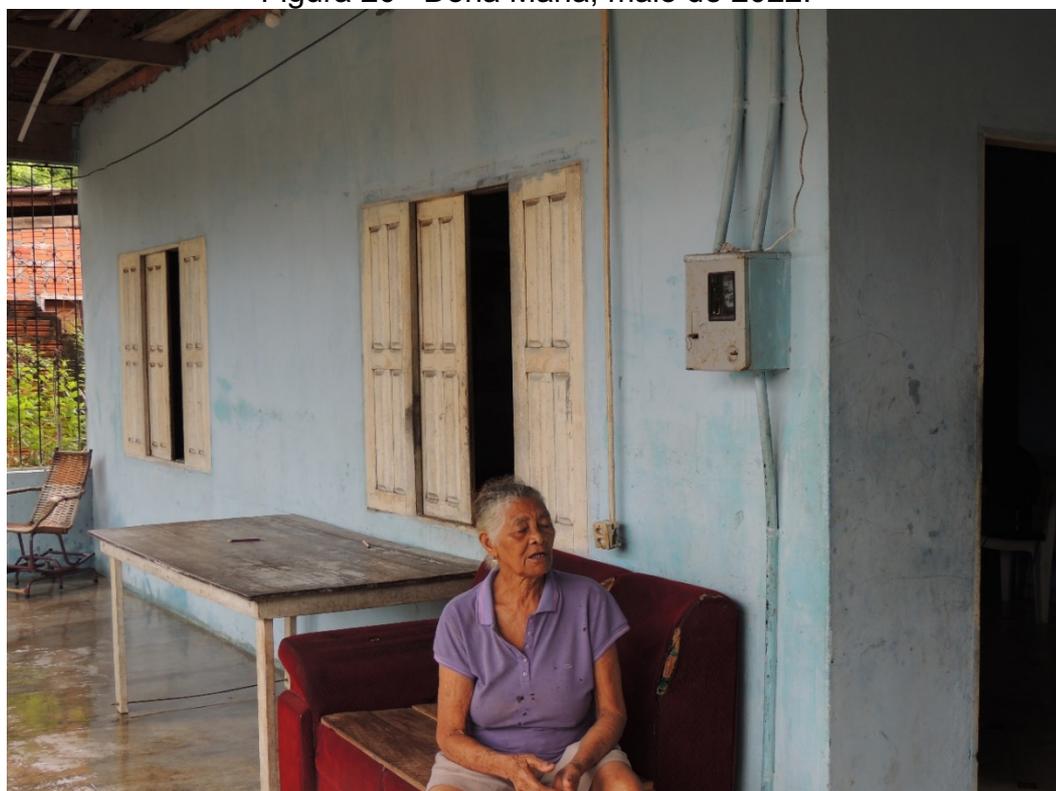
Assim, todas as tardes que me sentava com Dona Maria nos situávamos sob 18 carradas de terra e 3 pisos de uma casa em mudança constante, da constante produção de táticas para manter-se no lugar. Por um acaso, ao levar uma amiga, artista visual e fotógrafa à campo, conseguimos produzir um dos meus registros favoritos, eu e Dona Maria, lado a lado.

Figura 19 – Nina e Dona Maria, maio de 2022.



Fonte: Beatriz Souza, cedido para a autora (2022).

Figura 20 – Dona Maria, maio de 2022.



Fonte: Beatriz Souza, cedido para a autora (2022).

Essas fotografias acionam um relacionamento construído por mim e Dona Maria, que tem ramificações diversas, anteriores a mim e que continuarão.

3.5 DONA MARTA E SEUS MENINOS

Nunca tive como aspiração trazer a história da minha vó e, de muitos modos, a minha própria nessa etapa do trabalho e da escrita. É sensível que, a todo momento, se espraiam por entre as linhas dessa dissertação minhas próprias relações e de minha família com esse espaço. É o que constitui esse olhar por entre frestas, antropóloga e sujeito, que tento trançar, desembolar e fazer navegar por entre essas esferas da Antropologia e da vida cotidiana (a minha própria). Entretanto, por esse motivo, a constituição de um léxico afetivo-intelectual sobre casas e urbanização na Amazônia, que tratar, em um olhar específico, da biografia da minha vó Marta se faz uma tarefa que aspiro.

Figura 21 – Vó Marta, maio de 2022.



Fonte: Autora (2022)

Figura 22 – Ilustração casa da vó Marta, durante minha infância.



Fonte: Caderno de Campo (2022).

Começarei por esses dois registros visuais para então, de algum modo, produzir um sentido inteligível sobre nossas histórias. A primeira delas, Figura 21, é uma fotografia “despretensiosa” que registrei da vó Marta após voltar de uma conversa com outra interlocutora. Antes e depois de todas as minhas idas à campo, eu rotineiramente passava na casa dela. Tomava um café, conversa sobre amenidades ou mesmo sobre a pesquisa. Por entre esses registros, nos diários, cadernetas e áudios, ficavam as impressões dela e de outros familiares sobre o que eu tanto fazia “em campo”. Muitas vezes, a *fofoca* era o que guiava essas questões, para elas/eles, eu em *campo* significava *fofocar*.

Por sua vez, a Figura 22, é uma tentativa de ilustrar a casa em que cresci, que conheci quando criança e que durante minha adolescência foi substituída aos poucos por outra, mais ao fundo do terreno e de alvenaria. Essa casa, como a de alguns dos outros interlocutores, conta pela minhas memórias e pelo vazio físico que deixou no terreno, versões sobre as histórias da minha família. Era uma casa de madeira, pintada de azul, quatro quartos, um banheiro externo (chuveiro) e um banheiro interno

(sanitário). Tinha um pátio em alvenária na frente e junto uma outra pequena casa, que dois tios revezaram ocupar com suas mulheres e filhas, em diferentes momentos.

O terreno era aterrado, havia um quintal com muitas árvores frutíferas. Lembro do coco, dos cajus e dos jurus (que eu pouco gostava). Havia os açáizeros e logo após o lago passava. Corria um curso d'água, que aos poucos foi sendo aterrado e perdendo espaço para o “seco”. Aquela casa azul, depois pintada em tom rosado, não foi a primeira casa que minha vó morou ali, outra, menor e mais simples, foi moradia inicial. Depois, substituída por essa segunda casa construída pelo meu bisavô Salu. O terreno era aterrado, como já me referi, entretanto apenas nas laterais, frente e fundos, o “meio”, logo onde a casa estava era, de um modo direto de dizer: água. A casa então ficava sobre pilotis, era uma palafita, escondida por entre o aterro, árvores e o asfalto da rua.

Minha avó relata que sua história com aquele lugar começa muito antes, com a mudança da Ilha para a Cidade. Em frente a cidade de Santana, onde minha família vive, há a Ilha de Santana, distrito que se separa do município pelas águas do Rio Amazonas, e considerado como o início do povoamento da região. Dessa ilha, e de muitas das suas histórias de lobisomens e sereias, que minha família paterna migra durante os anos 1980. Assim, Dona Marta (minha avó), que se casou cedo aos 14 anos, se muda da ilha onde morava com seus pais, o marido e os filhos para um novo espaço, no qual não se vive mais da pesca, da roça e da produção própria. Ela conta que inicialmente moravam no seco, em uma casa alugada, mas que ao comprarem uma casa própria essa realidade se modifica quando passam a ter o lago como endereço. É dessa forma que ela se refere ao lago, que hoje aterrado, ambienta suas falas sobre os primeiros anos morando ali. O marido, meu avô, comprou uma casa ali sem ela saber, uma pequena palafita de “dois compartimentos”, uma *bandola*⁵⁰ como também chama⁵¹.

Esse quarteirão, da minha infância e da juventude de meu pai e tios, mudou muito. Naquele início de vida, na rua em que minha família mora há mais de 40 anos, a terra firme não era presente, havia no lugar uma ponte da largura de uma tábua que

⁵⁰ *Bandola* ou Meia-água refere-se a uma construção com telhado inclinado de forma que a água da chuva escoar apenas para uma das laterais, normalmente, de menos complexidade e de baixo custo quando comparado a outras formas de construir.

⁵¹ Termos em itálico indicam regionalismos, linguagem êmica, palavras estrangeiras e/ou nome de lugares (nomes de bairros, ruas ou localidades).

casas e pontes e muitos *mururés* e *aningais*⁵³, foi dando lugar a rua de aterro feita pela prefeitura. Aqui há de salientar que a Prefeitura e o Governo são coisas muito diferentes, o Governo do Estado é visto de forma externa e, em muitos momentos, sem participação nos processos de transformação daquele lugar, já a prefeitura é personagem na produção dessa paisagem a partir do aterramento.

Após o aterramento da rua cabia a cada morador aterrar o seu próprio terreno, o que gerou, desde as minhas primeiras lembranças de criança, uma paisagem híbrida em que casas ainda palafitas coexistiam com casas de alvenaria, pontes e cursos d'água. No terreno de minha avó essa dinâmica se deu de forma muito peculiar. A primeira casa, de dois compartimentos, deu lugar a uma casa maior de madeira, construída sob a água. O assoalho de madeira me proporcionava passar tardes inteiras “espiando” o lago por suas frestas. O terreno foi aterrado, criou-se então um quintal e um *terreiro* (a parte entre a fachada da casa e a rua), entretanto a porção do terreno em que a casa se localizava continuou alagado. Assim, havia uma mistura de seco e molhado que se fazia constante. Durante a época das chuvas se tornava muito mais visível, eram e ainda são comuns os alagamentos. Mesmo com o aterramento do quintal foi deixado parte do lago, agora lido como um córrego ou um pequeno igarapé. As nomenclaturas (dos moradores) se misturam, por vezes lago, em outros momentos igarapé. As definições são cambiantes tanto quanto a própria narrativa. Minha vó por vezes confunde datas e nas conversas com vizinhos e aparentados outras coisas se apresentam, como os *bichos* que surgiam, desde muitas cobras à jacarés em tempos que o “lago virava rio”, que a *maré lançante*⁵⁴ ditava as formas de socializar entre vizinhos, casas e pontes. Ainda é comum os alagamentos, mesmo com o intenso processo de aterramento, já que essa região por ser classificada enquanto área de ressaca sofre influência das marés e das chuvas, sendo sua cheia algo esperado.

A casa que cresci não existe mais, ficaram apenas algumas fotografias e as imagens de satélite que ainda mostram uma casa de madeira ampla. Atualmente, minha vó e tios residem em uma casa de alvenaria, construída mais próxima do fim

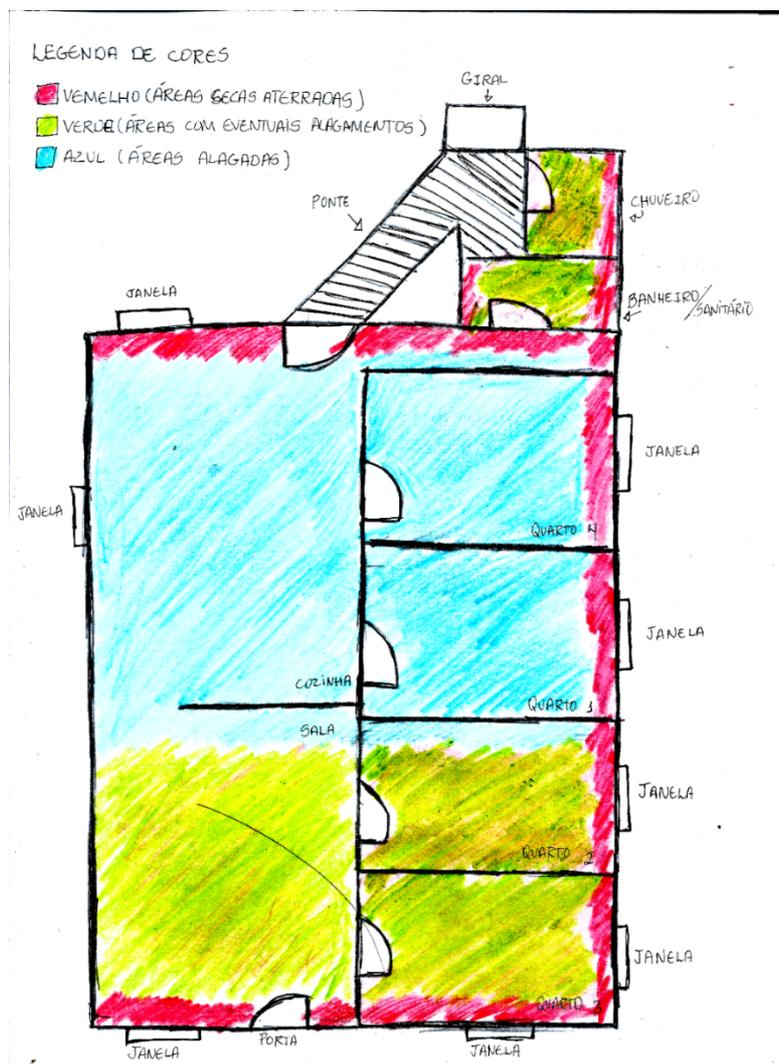
⁵³ Vegetação aquática muito comum nas áreas de ressaca.

⁵⁴ Uma das minhas interlocutoras disse que quando a maré está lançante dava para ver do seu assoalho. Essa expressão está relacionada com as marés fortes do Rio Amazonas quando, por exemplo, na orla da cidade as ondas são grandes e se projetam para as ruas.

do terreno, do igarapé ou do que dele sobrou. Não há fossa, muito menos escoamento de esgoto, “vai tudo para o lago” e conseqüentemente “para o nosso Rio Amazonas”, de acordo com D. Marta. Alguns vizinhos têm casas similares a de minha vó, construídas em alvenaria e cercadas de muros. Outros, no entanto, têm casas muito similares à antiga palafita que corria quando criança. Algumas, inclusive que mesmo da rua, dentro de um carro, por exemplo, nos propiciam olhar a água de forma muito mais evidente. Pensando nisso, identifico três tipos de casa mais proeminentes nessa vizinhança: as casas em alvenaria, de variados tipos; aquelas feitas de madeira e que possuem seus pilotis a amostra, normalmente mais altas que o nível da rua, em terrenos já alagados ou naqueles de possível alagamento; e por último, como a casa de minha avó fora, as casas mais baixas muito próximas do nível do aterramento, fazendo com que seus pilotis não sejam visíveis. O croqui a seguir pode ajudar a compor essa imagem que tento descrever⁵⁵:

⁵⁵ O material a seguir também foi reproduzido no artigo “O Urbano a Serpentar a Amazônia: intersecções entre arqueologia e arquitetura vernacular” publicado na Arche: Revista Discente de Arqueologia, no ano de 2020.

Figura 24 – Croqui da planta da “segunda” casa da minha vó.



Descrição: Ilustração produzida em papel canson A3, caneta nanquim e pincéis hidrocores.
 Fonte: Acervo Pessoal (2020).

4 VIVER AO LONGO DAS RESSACAS: ALIANÇAS, CONFLITOS E NEGOCIAÇÕES

Ao apresentar meu local de pesquisa, instigantes conversas, interlocuções e debates acadêmicos sugerem um olhar de soslaio, mas também demorado, sobre diferentes formas que as pessoas tendem a se posicionar, se aliar e se relacionar com o ambiente em que vivem. Ambientes podem ser múltiplos. No caso em questão falo do ambiente das *Ressacas*, dos aterramentos, do asfalto que se sobrepõem a essas vivências e que participa das narrativas de vida. Em especial, para esse trabalho, tenho pensado o ambiente como parte integrante de um modo de vida, das relações construídas entre as pessoas, materialidades e demais agentes. Ao tratar das *ressacas* falo da presença das águas produzindo em conjunto as pessoas e dinâmicas de compreensão da cidade.

4.1 RESSACAS: COMPLEXIDADES SIMPLIFICADAS

Para Tim Ingold (2015) a relação entre ambiente e animais (seres humanos inclusos) é um ponto de destaque. O autor explicita em sua argumentação que há um processo de separação, incorporado aos debates sobre o meio ambiente, entre o mundo e a cultura. A cultura, a partir desse argumento, é encarada sendo o único agente a possibilitar a manutenção dos seres humanos “no ambiente”. Sendo assim, em contrapartida, o autor se debruça sobre a ideia de espaço fluido, em que, mais do que posicionados em emaranhados de relações “deveríamos considerar todas as coisas vivas como elas mesmas um emaranhado” (INGOLD, 2015, p. 141). Dessa forma ele continua,

em suma, perceber o ambiente não é reconstruir as coisas a serem encontradas nele, ou discernir suas formas e disposições congeladas, mas juntar-se a elas nos fluxos e movimentos materiais que contribuem para a sua – e nossa – contínua formação (INGOLD, 2015, p. 143).

Em fluxo, constituindo emaranhados, partícipes em um permanente processo de formação, é desse modo que as considerações de Ingold (2015) e, principalmente suas críticas às perspectivas ocidentais sobre o ambiente e suas coisas, que caminho para problematizar as interações entre um ecossistema complexo como as *Ressacas* e suas formas de diálogo com os sujeitos com os quais pesquiso. Utilizo algumas

expressões como sinônimos, desde ecossistemas, ambiente e espaço. Existem considerações pertinentes sobre essas categorias que precisam ser levadas em conta, entretanto, acredito que com as devidas ressalvas as conversas podem ser realizadas, já que alguns autores como o próprio Ingold (2015) sugerem uma crítica forte aos conceitos de espaço, morar (anteriormente desenvolvido) ou mesmo de paisagem.

Para pensar esse “espaço fluido”, o ambiente ou mesmo o lugar das ressacas – lê-se também as casas e ruas, por exemplo – como encontro de reciprocidades, entendo que “as vidas são vividas não dentro de lugares, mas através, em torno, para e de lugares, de e para locais em outros lugares” (INGOLD, 2015, p. 2019).

Desse modo, as características ambientais da região estão imersas no processo de fazer casas e habitar. Se para os autores/as apresentados anteriormente (PORTILHO, 2010) as ressacas são de ímpar importância ecológica por suas características ambientais, geomorfológicas e hídricas, compreendo também, que olhares devem ser direcionados sobre as formas e dinâmicas de socialidade entre indivíduos, materialidades e ambientes nas áreas úmidas de Santana. O desafio se apresenta em desenvolver um olhar atento para os processos de exclusão que habitantes de ressacas sofreram/sofrem; para o seu papel de construção da paisagem da cidade; como também na intervenção e mediação que realizam em conjunto às águas, aterramentos e construções; e como Ana Luiza Carvalho da Rocha (2021) apresenta na forma de compreender os fenômenos das intrínsecas relações entre pessoas e dinâmicas ambientais em conversa. Assim, esses espaços/lugares e sua constituição são entendidos como experiências praticadas, significadas e imaginadas em relação não apenas aos seus aspectos físicos/ambientais (DEVOS; SOARES; ROCHA, 2010).

As ressacas instauram-se, ou melhor são construídas, em diferentes controvérsias desde as indicações de profissionais de áreas distintas sobre o “problema urbano” gerado pela habitação dessas localidades (TOSTES; DIAS, 2016; BRITO *et Al.*, 2012), ou dos problemas ambientais que se projetam pela intervenção humana (AGUIAR; SILVA, 2003; SANTOS FILHO; ALMEIDA; RIBEIRO, 2013). Um campo de disputas e conflitos, relacionado com as formas que a preservação ambiental e as mudanças climáticas resvalam na cotidianidade de diferentes grupos sociais (DEVOS, 2021). Como apontado por alguns autores (DEVOS; SOARES;

ROCHA, 2010; ROCHA, 2021; SOARES, Pedro 2017), existe uma dinâmica de conflitos na relação de sujeitos e águas urbanas que é pautada nas transformações, mudanças e rearranjos que se desenrolam ao longo da história, do surgimento de diferentes políticas públicas de urbanização, acesso a serviços como água e esgoto e, na Amazônia, por exemplo, na incorporação dos cursos d'água na paisagem urbana em Belém como apontado por Pedro Paulo Soares (2016).

Ao tratar de ambiente, compreendendo-o como uma conformação de relações entre múltiplos agentes - físicos, orgânicos, humanos, não-humanos, mais-que-humanos e sobrehumanos - discussões sobre o conceito de paisagem se entrelaçam, até porque essa ideia que apresento está relacionada com a própria categoria de paisagem para alguns autores/as. As ideias são diversas, polissêmicas como o antropólogo Flávio Silveira (2009) expressa ao discutir paisagens e suas formas de relacionar-se com os indivíduos em diferentes lugares do Brasil, em especial no Sul e no Norte do país.

A antropóloga Ana Luiza Carvalho da Rocha (2021) apresenta um interessante conceito, no que tange uma perspectiva centrada na participação dos fluxos de água na construção da paisagem, em especial desse espaço nas cidades: as paisagens hídricas. Para a autora,

o que aqui nomeamos como paisagens hídricas dos canais, [...] parte de um certo trajeto antropológico das sociedades ocidentais, urbanas e industriais as quais evocam valores e símbolos peculiares da troca incessante entre o “animal humano” (na busca de seus instrumentos) em relação à imaginação das matérias diversas que configuram o seu meio cósmico – e que, para Durand (1989a), tem como guia o estudo dos símbolos (ROCHA, 2021, p. 337).

Seguindo assim, os conceitos de paisagem e ambiente constroem-se de forma articulada. Ao falar da paisagem da cidade, em especial das zonas aterradas que povoam meu imaginário e socialização, retrato as múltiplas dinâmicas no que concerne inclusive em uma governamentalidade desses processos de construção da cidade e suas formas de habitar, como expresso por L'estoile e Neiburg (2020) com enfoque nas casas.

As escalas são interessantes nesse quesito. Explico o porquê. Para L'estoile e Neiburg (2020) o governar as casas relaciona-se com os processos de mudanças nas habitações que são negociadas e impostas a partir de diferentes aparatos que se ligam aos planos urbanísticos, sanitários e de desenvolvimento e que são explorados

por outros autores/as em relação às formas de construir e se relacionar com as casas e a urbanização. Para Pedro Paulo Soares (2021) as mudanças infraestruturais conduzidas na cidade de Belém, relacionadas a bacia do rio Una, são importantes agentes frente à vida da população diretamente afetada por essas obras, destaco isso pois o contexto etnográfico do autor tem similaridades (com ressalvas) as vistas por mim em Santana, principalmente aos aterramentos. Experimentar essas dinâmicas entre casas e infraestruturas, a partir das noções e relações entre sujeitos, ambientes, paisagens e suas casas me parece um caminho profícuo para a pesquisa em questão.

Ao tratar das *Ressacas*, quero apontar frentes importantes nessa conjunção de teorias e modos de visualizar um contexto de pesquisa e que vão produzindo uma discursividade e uma versão sobre esses espaços antropologicamente, mediada pelas relações de interlocução que venho realizando. A primeira delas e talvez, uma das mais interessantes e importantes, é que as *Ressacas* são mais do que os ambientes “comaltados” que são descritos e definidos por Takyama *et Al.* (2012) anteriormente, são ambientes de uma disposição no mundo, não apenas das pessoas e suas casas, mas dos entes que permeiam e atravessam seus caminhos, produzindo os seus próprios, sejam outros seres, sujeitos, materialidades, tempos e as próprias histórias. A segunda dessas frentes, está no processo de Fazer-cidade ali como intrínseco de um modo de gerir a vida, as casas e relacionar-se com a cidade em movimentação. Fazer-cidade é fazer-família, fazer-casa e fazer-ressacas em suas complexidades, muitas vezes apontadas, por um certo olhar da urbanização como apenas ecossistemas com determinadas características. A possibilidade dos dissensos, muito mais do que dos consensos, do que é uma cidade na Amazônia, em sua relacionalidade com as práticas cotidianas, é o integrante desse caminhar sobre pontes, aterrar cursos d’água e navegar por entre canais permeados de narratividade.

Além, dos moradores/as, das casas e da minha presença constante pela *Castro Alves* e redondezas, a participação de figuras externas a esse processo deve ser pontuada. Minha interlocução, mesmo que breve com técnicos e técnicas da Prefeitura Municipal de Santana, é um desses casos.

Por intermédio de um tio, que trabalhava na Prefeitura, tive contato com uma técnica de geoprocessamento que, cedida pelo Governo do Estado do Amapá, atuava na divisão responsável por esses serviços na cidade. Depois de uma breve e informal conversa por telefone, marcamos um outro rápido e presencial encontro. Ela, Helena,

gostaria que eu explicasse melhor o que estava pesquisando e como poderia me auxiliar. Antes disso, estive envolvida na procura de documentação nas secretarias municipais sobre o processo de aterramento que tanto minhas interlocuções narravam, queria um outro olhar, inclusive técnico sobre como tinha ocorrido. Minhas idas a prefeitura renderam-me apenas cansaço e muito suor atrás das máscaras que se faziam necessárias em cada órgão público que entrava. Não foram muitos, quase todos no complexo de secretarias junto ao Palácio da Prefeitura, no bairro *Paraíso*.

As idas à Prefeitura, como já relatei, pouco me renderam da forma como imaginei. Minha imaginação de antropóloga, colocou-me na procura por documentações completas sobre o aterramento, como planos, relatórios e afins. Entretanto, nada encontrei. Minha chegada nesses órgãos rendia uma interação básica na minha identificação, na desconfiança do que solicitava e de conversas rápidas entre servidores/as para saber quem poderia me ajudar. “Não é aqui é em tal lugar”, ou “Não temos nada aqui, deve ter pegado fogo”. Sentia-me em uma cena de novela de época, daquelas em que ao procurar alguma documentação a personagem se deparava com o incêndio de um cartório. Na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano e Habitação (SEMDUH/Santana), me foi explicado que sim, alguns anos atrás, na antiga Prefeitura (um galpão na Área Portuária) ocorrera um incêndio e que diversos materiais foram perdidos. Nessa secretaria, ao ser atendida por uma jovem moça, notei a confusão que minha vontade de pesquisar ali provocava. Não era comum a procura desses documentos. Pouco sabiam me dizer onde poderia encontrar, ou me passavam de Secretaria em Secretaria, muitas delas sem relação alguma com a solicitação que fazia. Foi assim, a partir da Secretaria de Obras que parei na SEMDUH. Ali, a moça que me atendeu, conversou comigo por uns 10 minutos tentando encontrar algo que pudesse me ajudar, mas ao final me informou que só poderia disponibilizar algum tipo de documentação se eu tivesse o número de processo ou número de lote que investigava. Mais uma ida frustrada. Não estava interessada em um lote, um terreno em específico, mas em uma região. Em outro dia, ao relatar a situação para algumas pessoas, meu pai, que estava na Prefeitura (em diferentes setores ao longo dos anos), contou-me que era de praxe que a cada 5 anos que os documentos fossem “jogados fora”. Com essa conversa me vi sem entender como poderia, em minhas tentativas frustradas, conseguir outras informações sobre esses processos (aterramento, urbanização e vida urbana) a partir de outras formas

de visualização, em especial, do poder público. Eis, que a oportunidade de conversar com a Eliza surge⁵⁶.

Ao chegar na Prefeitura, naquela manhã extremamente quente, fui falar com Eliza em uma sala cheia de pessoas, de diferentes setores, ao que me parecia. Era um tanto estranho, depois de anos, entrar pela primeira vez naquele prédio. Uma típica sala multifuncional de repartição pública, de muitos modos improvisada, assim que descreveria aquele ambiente. Diferentes pessoas, conversas e assuntos se misturando. Eu era a única de máscara, usava uma daquelas descartáveis para me “proteger” do vírus, do contágio e da doença (COVID-19). Um vai e vem de pessoas, entrando e saindo, falando sobre questões ligadas a obras, jurídico e administrativo. Sentei-me junto de Eliza em uma mesa próxima da porta. Ali começamos nossa interlocução que tinha como teto uns 15 minutos de duração. No final, fiquei por ali por mais de 1 hora.

Estava na Prefeitura, em comunicação com diferentes pessoas, já que foram se apresentando para mim outros técnicos e coordenadores. As “credenciais” de pesquisadora precisaram ser apresentadas, dispostas de algum modo. Como nos outros contextos, presentes nessa dissertação, minhas linhas de parentesco foram necessárias e serviram de ponte para estar ali. Mas, também, havia a necessidade de destrinchar minha posição além de filha e sobrinha de alguém, me portava como antropóloga e dali em diante não apenas o parentesco guiava a relação. A curiosidade em cima de termos que saiam da minha boca quase sem pensar foram sentidas em muitos momentos: “antropóloga”, “ressacas”, “Universidade Federal de Santa Catarina”, “Antropologia Social”, “urbanização”, entre outras. Levantavam suspeita, nas outras Secretarias, e ali propuseram meu lugar nessa interlocução além de uma simples curiosidade.

Essas ditas “credenciais” foram interessantes nesse diálogo com Eliza, já que contrastavam com os conhecimentos que, de algum modo tentava acionar. Minha preocupação era, e de algum modo ainda é, complexificar o que eu sabia sobre as ressacas em Santana, principalmente a que está descrita nesse trabalho. As pesquisas que tive acesso, Relatórios e publicações, não apontam a *Castro Alves* como uma área aterrada, então me apresentava ali na procura de materiais. Quando

⁵⁶ Nome fictício.

relatei essas questões para Eliza, ela começou a abrir muitos mapas, cartas geográficas, layers de programas de georreferenciamento e afins, com uma preocupação de me ajudar a comprovar que eu falava de uma *Ressaca* (já que nenhum material trazia essa informação). Eu estava no setor que, de acordo com o que me disse, tratava do geoprocessamento de dados e também que realiza estudos de viabilidade de projetos que lidam com regiões “pobres” de Santana.

“Pobres” e “bolsões de pobreza” foram expressões utilizadas por ela, diversas vezes. No início da conversa, eu demonstrava uma intensa curiosidade dos termos que ela utilizava, a partir do desenrolar de nossas palavras, eu me colocava nessa posição, curiosa de entender o que ela definia como “pobreza” para essas regiões. Ou mesmo, qual o contexto de construção desse conceito estava sendo produzido na prefeitura. Não compreendi por completo, nossa interação acabou por ser mais breve do que eu gostaria (mesmo que maior do que eu imaginava). Entretanto, entendia que ali se colocavam certos esforços, a partir do que ela e outros colegas me falavam, sobre a “produção de dados”, em sua maioria, de coletas realizadas por topógrafos e engenheiros, que tinham intuito de “mitigar” problemas relacionados a moradia na cidade.

Em um dado momento, entre nossa conversa, ela me disse algo deveras interessante sobre o entendimento do aterramento para a Prefeitura. Era visto como um instrumento importante já que *eliminava* a clandestinidade e gerava receita. Com uma área aterrada, havia “cidade”, formalidade e conseqüentemente, impostos, modos e formas de gerenciar, ou como apontado em outro momento, ali se situavam as práticas e modos de uma governamentalidade das casas (L’ESTOILE; NEIBURG, 2020). Daí em diante, outras temáticas apareciam, ao tratar da grande questão da informalidade das áreas de ressaca como “habitações subnormais”, “excluídos” ou “existem dois Brasis”. Ao sair dali, fiquei com a sensação de confrontar um olhar específico sobre o que eu pesquiso, entretanto, uma forma de visualizar a complexidade que são as ressacas centralizada na narrativa da exclusão e das dificuldades. As regiões já aterradas, em que as ressacas são mais do que apenas definições, mas sim fluxos de um jeito de fazer-cidade, não eram foco dos esforços naquele momento.

Naquele setor, as proposições eram interventivas, já que se tratava do espaço para isso. Os dados ali produzidos serviram como balizadores para proposições,

projetos e obras, as minhas interpretações e pesquisa situavam-se em outra frente (menos prática à primeira vista, mas ainda sim pública e palpável). Saí dali, com uma espécie de acordo firmado, a devolutiva da pesquisa para a Prefeitura, em especial, para aquele setor que buscava uma aproximação com as pesquisas acadêmicas. Naquela tarde, após chegar na casa de meus pais, enviei o meu projeto de qualificação⁵⁷ para Eliza, nossa comunicação cessou. Talvez, minha proposição era “antropologicamente falando” diferente da que buscavam. Digo isso porque essa foi uma expressão utilizada em nossa interação, por ela, e também porque fui questionada sobre quais dados eu já possuía, de preferência, quantitativos e/ou demográficos.

Essa corrente descrição, sobre uma tímida relação com algumas pessoas de *fora* da ressaca, me faz inferir e desenhar panoramas sobre o que venho pesquisando na proposição de contrastes entre formas de narrar sobre um lugar. Na prefeitura, diferente das minhas conversas em pátios mergulhadas no calor da Amazônia, a ideia era outra, a governança de dados, de vivências e de modos de estar na cidade. Afirmo que elas não são díspares, nem lados opostos de uma moeda que coloca as pessoas que habitam esses espaços em contrariedade aos técnicos e técnicas, ou mesmo, o poder público, são complementares, relacionais e delimitam nessa dissertação como se dão parte dos processos, em especial por exemplo, a necessidade do aterramento para minhas interlocuções.

E como a água se apresenta nesse diálogo?

4.1.1 De onde vem essa água que corre aqui na frente?

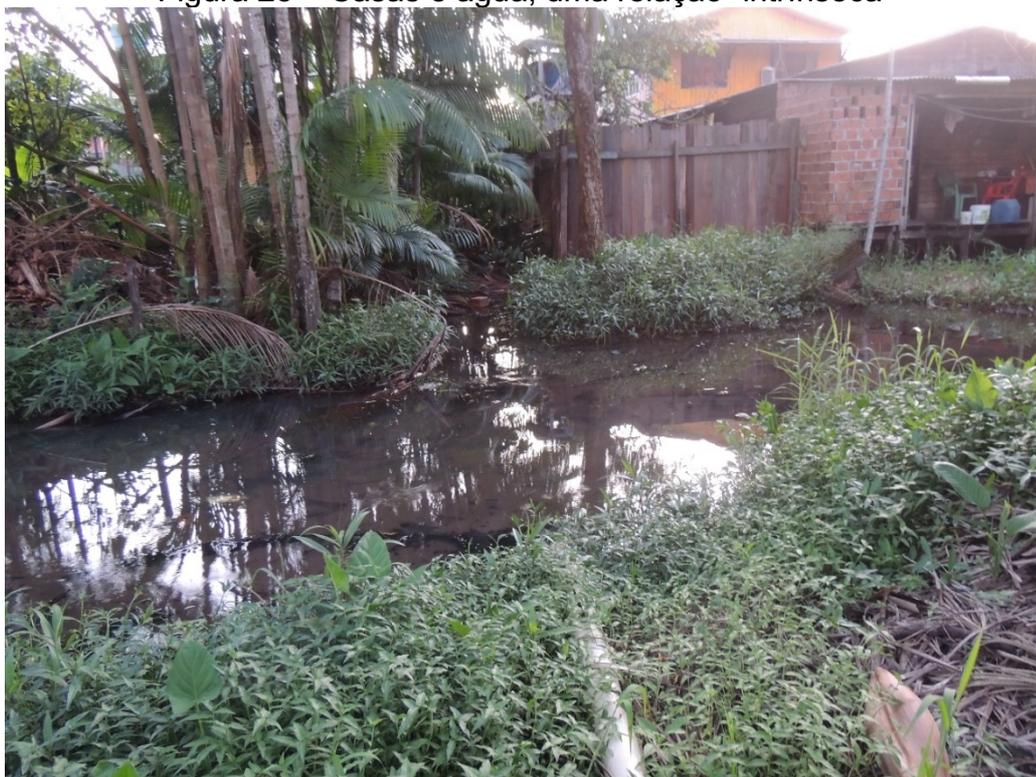
No pátio de Dona Maria, que descrevo melhor no Capítulo anterior, em especial, em “Saudades e lembranças com Dona Maria”, em uma manhã, compartilhada com uma amiga fotógrafa que me auxiliava com os registros fotográficos, a indaguei com o questionamento que aqui nomeie essa seção. Naquela semana, em uma outra conversa com meu pai e avó, em um auxílio coletivo (aspecto

⁵⁷ Defendido e aprovado no dia 25 de abril de 2022 às 10 h. Conforme portaria nº 16/2022, de 22 de abril de 2022, do Programa de Pós-Graduação em Antropologia social, a banca foi composta pela Profa. Dra. Alicia Norma González de Castells (Orientadora/Presidente da Banca - PPGAS/UFSC); Viviane Vedana (Examinadora Interna – PPGAS/UFSC); Ana Luiza Carvalho da Rocha (Examinadora Externa – PPGAS/UFRGS); Sérgio Ivan Gil Braga (Examinador Externo – PPGAS/UFAM).

esse que talvez renda alguma futura reflexão), pensávamos sobre a água que corria pela aquela região. Esses movimentos, idas e vindas de momentos compartilhados em sofás, cadeiras de balanço em pátios ensolarados e mesas da cozinha, algumas das impressões sobre a região vão se contorcendo entre palavras e teorizações sobre como algumas coisas são, ou simplesmente, acontecem.

Para pensar essa interconexão dos fluxos de água, daquela *Ressaca* com outros fluxos de água, essa que é corrente, como pude perceber no quintal de algumas interlocuções, questionei sobre como e de onde aquela água vinha. Quando estava com a Dona Célia, em seu quintal, enquanto me mostrava o recente aterramento que havia feito, pude perceber, no breve canal que restara do lago que por ali existia, que a água corria. Eu conhecia o fluxo, o canal, porque passava atrás da casa da minha avó e pelo constante medo de que aquela água invadisse a casa. Mas, estando ali, com Dona Célia, sentia-me em um processo de (re)conhecimento de uma dinâmica que eu pouco conhecera, como que à cada quintal, a cada relação com o ambiente, o olhar e constituição daquela paisagem se modificava. O grande canal, no terreno da vó Marta, lugar de cisão entre o que era *nosso* e aquilo que já *estava*, na Dona Célia tinha sido paulatinamente tornado diminuto e, diferente do espaço que sempre conhecera, não marcava um lugar da não existência de morada, mas sim, inclusive, era espaço de uma casa e de uma pequena ponte, que conectava os *dois lados* do terreno.

Figura 25 – Casas e água, uma relação “intrínseca”



Fonte: Autora (2022)

Figura 26 – Canos, Dejetos e água



Fonte: Autora (2022)

Nas Figuras anteriores, mostro como que através das lentes de uma câmera, enxergo a dinâmica que acabei de descrever no quintal de minha infância (esse muito metamorfoseado ao longo do tempo). Os açazeiros ainda são os mesmos, mas as muitas árvores que antes por ali se distribuíam foram retiradas e deram lugar a uma nova casa. No plano privilegiado, a partir de mim, com a casa aos fundos, pode-se enxergar além das árvores a água, as casas voltadas para a outra rua e, de certo modo, de onde partem muitas das perspectivas afetivas, teóricas e metodológicas dessa dissertação.

Muitas explicações me foram dadas sobre, afinal de onde aquela água vinha. Para onde iria era certo, a maioria das pessoas utilizava a seguinte expressão para me responder: “para o *nosso Amazonas*”. Mas, ao atentar para a origem, as incertezas eram grandes e acionavam versões muito distintas do que significava, dentre todas as complexidades que venho navegando por essa escrita e em campo, estar em relação à água, mesmo quando ela não era visível ou quando se queria escondê-la.

Ao conversar com Dona Maria, enquanto Seu Mazagão nos olhava atento, questionando sobre onde aquela água, que passava ao lado da casa, a partir de um canal que corria da rua para dentro de seu terreno, pude ver parte desses mecanismos sendo acionados: a construção e constituição encarnada em sua história de vida sobre uma versão daquela história, daquela água e das múltiplas temporalidades em conversa. “Sabe que eu não sei”, “De onde vem essa água em Antônio? (como ela chamava o Seu Mazagão). Pouco entendi do que ele, Seu Mazagão, me dizia, mas as conversas iam e vinham com as histórias da chegada e de como as coisas foram mudando, de quando o Rosemiro⁵⁸ mandou aterrar e “ele foi o único que olhou para a gente”.

Eu e Dona Maria, estabelecemos uma relação de interlocução muito interessante já ao final de minha temporada em campo. Era maio quando fui ali pela primeira vez e mesmo assim, com o curto tempo girando em torno de minha necessidade de “fazer mais campo” e organizar a volta para o Sul, nos víamos ao menos 1 vez por semana. Parava ali, quando podia, para tomar um café e prostrar sentada em seu pátio. Nessa quarta-feira, em específico, em que conversávamos sobre os caminhos da água, além do café, ela me entregou uma cumbuquinha, uma

⁵⁸ Primeiro prefeito eleito da cidade, Rosemiro Rocha.

faca e várias pupunhas. Tomamos um costumeiro café com pupunha⁵⁹, enquanto papeávamos, não apenas sobre a minha pesquisa, mas nessa relação de vizinhança que, de muitas formas, faço parte.

As tramas que exponho aqui são, assumo, um tanto confusas, mas ajudam na composição de uma narrativa sobre aquela região. Se, como na água algumas matérias se misturam, vão se diluindo, oxidando e tomando novos formatos, as histórias nessa etnografia fazem o mesmo. Ao falar da *origem* da água é imprescindível tratar da nascente dessas histórias, não a linhagem cronológica em que se posicionam, mas na ligação palpável da relacionalidade com um lugar (feito de pessoas, tempos, sons, memórias e a incompletude da vida cotidiana).

Em outro momento, em frente à casa de Dona Célia, sentada em uma mureta, perguntei sobre a origem da água, mais uma vez curiosa sobre todas as versões que apareceriam. Próximo da gente, o marido dela, nos olhava atento com óculos escuros grossos que usava para a recuperação da recente cirurgia de catarata. Ela perguntou a ele, de onde vinha a propósito a água. Ele, sem aparentar tanto interesse, disse que vinha lá da Avenida Santana de forma subterrânea. Nunca teria imaginado essa relação.

Minha vó, por outro lado, nas tantas conversas embebidas de café e lembranças das infâncias dos meus tios e pai, ela esboçou uma ideia de que essas águas, como um dia tinham lhe dito ou vinha ali de cima, apontando para o sentido do centro, região mais alta, ou mesmo, quase que em um rompante, apresentou-me outra versão. Para ela, em outro momento, lhe disseram que vinha lá das bandas do *Curiaú*⁶⁰ ou da *Lagoa dos Índios*⁶¹, como isso acontecia, ela pouco sabia. Confesso que fiquei um tanto reticente dessa versão, não via ou não concebia, conexões geográficas muito plausíveis. Guardei para mim essas dúvidas, apesar de ter demonstrado que achava pouco provável.

⁵⁹ Costumeiro porque é comum que, em época de safra da pupunha, nos primeiros meses do ano, ali no Amapá se tome um “café da tarde” com um punhado de pupunhas junto do café preto. Cabe ressaltar também que, apesar do intenso calor, tomar um café preto é de praxe. Costume esse que não achava estranho até vir morar no Sul e me deparar com o costume, a primeiro momento exótico e do qual me rendi, de tomar chimarrão mesmo no calor de gaúchos.

⁶⁰ Comunidade quilombola localizada no município de Macapá.

⁶¹ Lagoa localizada em Macapá e “cortada” pela rodovia Duca Serra. Região também de uma comunidade quilombola.

Outra dessas versões é que aquela água toda corria de um Igarapé que vinha do *Elesbão*. Plausível? Sim, constato com meus poucos conhecimentos geográficos que essa seja uma grande possibilidade. Pouco me importa, afinal. A ideia da inconstância nas histórias sobre as águas é o que chama a atenção, na possibilidade de uma *origem* habitar as frestas das imprecisões que entendo essas narrativas. A água está ali, escondida, visível, sentida, malquista no período de chuvas, produtora de fronteiras e negociada a partir de dada realidade.

A água importa, talvez seja possível perceber ao longo dessa dissertação que a sua presença é uma miscelânea de olhares meus e dos advindos de minhas interlocuções. Sua importância está no modo que direciona a construção das casas, as histórias e, inclusive, as intervenções externas (como a do poder público). Água demais é algo ruim, entra nas casas, produz noites de terror até, como Dona Socorro um dia me relatou, proporciona a chegada dos bichos peçonhentos. Mas, também, quando falta nas torneiras é sentida, quando vem *suja* e lamacenta incomoda, certamente, essas águas não são as mesmas, mas proseiam entre si, até porque não são opostos em essência.

Vim discutindo sobre a água com minhas interlocutoras e interlocutores em vários momentos. “Como era aqui quando não era aterrado?” Com esse questionamento se presume a água, evocava a não presença como forma de verificar sua existência, pontuar modos em que essas pessoas conversam com o ambiente, formas de produzir a cidade que me parece tão diferente daquelas dos livros didáticos da escola. Mas, essas pessoas não queriam me contar apenas sobre a água que passou por ali um dia, mas daquela que ainda corria atrás de seus quintais, que invadia suas casas, que por sua falta gerava uma lama de mal odor, ou até a água que carregava os dejetos de seus banheiros. Presente ou não presente, na sua incorporação como parte de um processo de urbanização, se instituiu e se apropriou a água dentro da governamentalidade da cidade, já que o processo de aterramento foi sendo substituído por outras formas de *tornar cidade*, para utilizar as ideias das/os técnicos da prefeitura: em outras regiões da cidade, outras *ressacas*, as pontes ainda estão sob as águas, algumas de concreto até, e a cidade formal se apresentou, se produziu e incorporou o que antes podia ser visto pela *ilegalidade*.

Essa relação água, *ressacas* e governamentalidade produz reverberações nas minhas considerações e etnografia. Entendo que dessa tríade e sua interconexão

posso perceber que a urbanização, sem fim anunciado, é um processo de remodelações e de proposital incompletude, mas também agenciado, mediado e *molhado*. Ao tratar do processo de metamorfose de um lugar, entendendo a antropologia como partícipe, me deparei com a divergência de ideias e de modos de vida pela *Castro Alves*, mas entendo que é nesse ínterim que a cidade de Santana e as dinâmicas de pensar uma cidade na Amazônia se expressaram de modo diferente.

4.2 GESTÃO COTIDIANA DO ESPAÇO, DA ÁGUA E DE SENTIDOS

Gostaria de retornar à história com a Dona Merê, aquela descrita no capítulo “Áreas de Ressaca, Aterramentos e Palafitas: Sobre Formas de Construir”, na minha subida por uma escada para avistar o curso d’água que ela geria de muitos modos com a construção sobre a sua nova casa. Aquele momento, junto com uma outra conversa, que pretendo expor a seguir, dão corpo ao que gostaria de esboçar nesse subcapítulo: sobre gestão do espaço, água e de sentidos que se prologam pelo cotidiano.

Em 2021, junto de minha vó Marta, fiz uma caminhada pela *Castro Alves* e ruas aos arredores com um objetivo: para conhecer aquele *lugar* eu precisava andar por aquele *lugar*. Não foi um pedido ou uma ideia minha, foi uma proposição de engajamento da minha vó, foi a maneira como quem informar que há a necessidade de ambientações múltiplas numa prática etnográfica. Para ela, não importava tanto a reflexão teórico-metodológica que se entremeia ao longo de nossos descompassos ao caminhar, mas exatamente como entender as histórias e narrativas dali, é espacializar e apreender através do encontro com as coisas e dinâmicas ali presentes.

Nessa caminhada, encontramos diferentes sujeitos, fui apresentada a tantos outros (humanos e não-humanos). Um vizinho que passava, a história de algum caso ou fofoca envolvendo uma casa ou uma passagem de água, um córrego, as árvores, os cachorros das casas, entre tantas coisas. Seguimos a água, de algum modo. Seguimos o fluxo que a água corre e que faz transcorrer a vida ali.

Apesar das voltas que faço, contidas em um jeito a se moldar de narrar, foco atenção em um encontro ocorrido durante essa caminhada. Fomos, até a Avenida 15 de novembro, em especial, porque minha vó, muito interessada em assuntos particulares me levou a casa da Sara, ex-mulher de um dos meus tios. Sara, junto

com minhas primas, morava no terreno da casa da mãe, lugar onde várias famílias se juntavam e moravam no mesmo terreno ou nas proximidades. Ao chegarmos ali, pedimos para falar com a Sara, minha vó muito conhecida já foi entrando, segui ela por um corredor na lateral da casa de alvenaria de dois andares que levava aos fundos, onde Sara estava em pequeno pátio de sua casa nos limites daquele espaço. Uma casa de alvenaria, com os tijolos à vista, sem reboco. Minha prima, fazia as unhas dela (Sara), enquanto nos sentávamos por perto e nos atualizamos da vida. Fazia alguns anos que não a via, muito menos minhas primas. Ela se casara de novo e agora vivia naquela, aos fundos da mãe, com minhas primas, o marido e uma filha.

Ali, eu estava como além de uma pessoa que todos conheciam, que me viram quando criança e ao longo da vida, mas também como alguém interessada em saber mais sobre a “vida ali naquela região assim, que era alagada”, como minha vó costumava dizer. Uma das grandes questões naquela conversa foi a comparação que Sara fazia do cuidado que os vizinhos tinham com a água, com o igarapé que daquele pátio podíamos enxergar. Sentada defronte a Sara, podia ver pela cerca que dividia os lotes, uma palafita e uma grande porção do lago que antes ali já existiu (e de algum modo continua a existir por entre as histórias, canais e, inclusive, enchentes). Essa presença, contrastava e produzia uma fronteira entre o terreno completamente aterrado e cimentado de onde estava para aquele em que água e terra estavam mais visivelmente em conversa. Essa caracterização tem seu caráter heurístico, porque os diálogos entre esses entes é muito mais complexa do que simples separações do meu olhar.

Sara, com uma rouquidão característica em sua voz, me falava sobre a divisão entre sua casa e a da vizinha, que fazia com que uma pequena valeta, saída da água que antes narrei ficasse do outro lado. Não era gerida, cotidianamente por ela e seus familiares. Não era cuidado por eles/as. Ficava do outro lado, mesmo que o outro lado fosse visível e marcado por tábuas nada uniformes que formavam uma cerca aos pedaços. Por onde entramos, aquele corredor, no lado esquerdo víamos a parede de uma casa e pelo outro essa cerca, e conseqüentemente, a casa dos vizinhos e a valeta. Para ela, o “o pessoal aqui do lado” não cuidava como deveria, jogavam lixo e impossibilitavam que a água escoasse, provocando, em muitos momentos, alguns alagamentos. “Tinha que estar para o lado de cá, mas não fui eu fiz o muro”, disse quando constatou que ela e seus familiares poderiam *cuidar* muito melhor

Esse relato me chama atenção para alguns dos conceitos que estou elencando como importante para a discussão aqui: espaço, água e sentidos, a partir de sua incorporação como conceitos e miríades dessa etnografia. Utilizo a ideia de gestão, acoplada a esses conceitos, como uma forma de brincar com as palavras e com o próprio ideário da urbanização que vai apontar a transformação do espaço urbano e sua gestão através, em sua grande maioria, pelos caminhos da higienização e homogeneização. Essa discussão, expressa pelas críticas à um modo de conceber cidade e Amazônia⁶² constitui-se como, além de um eixo produtor de minha reflexão, como catalisador de uma aproximação de conceitos (se assim posso dizer) entre formas de pensar a cidade e as de fazer-cidade (AGIER, 2015).

Espaço, água e sentidos. Mas como venho pensando isso? Através da ideia de narrativas e práticas, em muitos momentos práticas narrativas de existência no mundo e nessa dissertação. Minhas interlocuções - Dona Célia, Dona Socorro Preta, Dona Socorro Branca, Dona Maria, Vó Marta, Tia Neura, meu Pai, Seu Nelson, Sara e Dona Nice, Seu Mazagão, o Delegado e Seu Eduardo - participação dessa ideia de gestão das coisas porque a partir delas constitui suas personas para mim, porque existem além dessas personas, porque, e talvez, incessantemente esse seja a grande questão da construção de ficções etnográficas emprestam e produzem comigo uma profusão de ideias sobre sua realidade, que podem muito serem extensas descrições (por parte minha) como sensitivamente uma postura frente as dinâmicas de atravessamento de uma cidade em constante mutação.

Anteriormente, ao apresentar as concepções de Tim Ingold (2015) sobre espaço, particularmente, sua concepção a partir de uma ideia de fluidez e de incorporação de uma categoria as vezes tão cartesiana à uma intrincada dinâmica de relações *por entre*, detive-me a uma superficialidade do que possa representar para essa pesquisa. Na *Castro Alves* e redondezas, o espaço era/e não apenas um limite físico da nossa interação no mundo é sua intersecção com as diferentes formas que possuímos de conceber o mundo, é uma trama de modos, é uma perspectiva de

⁶² Ressalto as críticas apontadas pela discussão antropológica na temática, como de Bemerguy (2019) e Bemerguy e Silva (2021), como também nos referenciais utilizados por mim para debates, em certo grau, a problemática discursiva e representacional das ressacas, como RODRIGUES & MADEIRA FILHO (2019).

incorporar sensações no mundo. Umas das perspectivas, um dos jeitos. Um dos jeitos situados em um corpo etnográfico de entender o mundo.

5 FINAIS SÃO COMEÇOS QUE A GENTE REIVENTA

Ao chegar na derradeira, porém não finita, discussão sobre as temáticas que se entrelaçam nessa dissertação, me vi bloqueada, como se as comportas de algum canal estivessem fechadas impedindo-me de desaguar, enfim nas grandes águas que me levariam para outro ponto. Senti-me, e ainda me sinto, como quando Seu Eduardo contou-me sobre como ocorriam parte dos alagamentos, devido o grande volume de água que vinha das chuvas e que queria passar por algum lugar. Os estreitos veios que hoje passam pelos quintais de minhas interlocuções são ínfimos em comparação com a “memória” da água e sua vontade de correr para o “nosso Amazonas”. Estou, de modo incomparável (mas ainda assim, tento comparar) à essas águas, aos movimentos feitos por entre elas, idas e vindas das vidas de pessoas que conheço e conheci durante a produção dessa pesquisa.

Concluir esse texto significa, de variadas formas, aportar por lugares esperados, (re)apresentar ideias produzidas ao longo dessas páginas, conceitos, formulações e imaginações advindas e construídas pela própria artesanaria do contar, observar e viver situações. Mas, de que modo esse processo acontece quando se faltam páginas e turvas apresentam-se as águas? Dentre isso, minha orientadora, em um e-mail chamou essa produção, ainda em processo, de uma biografia-dissertação de Nina. Reescrevo, assim essas palavras, tentando encontrar que caminho fora esse em que Nina tornou-se antropóloga, neta e um pouco mais conhecedora das *Ressacas*. Em especial, da *Castro Alves* e de parte de seus *antigos* e *veteranos*.

Finquei raízes, momentâneas em um trabalho de campo de mais de quatro meses no Amapá. Reorganizei as linhas que sempre construíram as relações da minha família, tensionei fofocas, fiz minha presença “exoticizada” em um contexto em que eu tornava tudo “estranho” em sua própria familiaridade. Desse modo, que surgiu uma reflexão sobre urbanização na Amazônia em que a produção das casas (atreladas a uma ideia de vida, de viver por entre coisas e tratando da reciprocidade entre esses agentes) tratou muito sobre como foi/é e como será viver em uma região e “entre o seco, o molhado e o urbano”. Tratei ao longo do trabalho sobre três principais eixos, explicitados no tópico de introdução “De onde vem essa água, mesmo?": casas, pessoas e suas narrativas, e por fim, relação com o ambiente.

No decorrer dessa pesquisa, e mais precisamente, na produção dessa etnografia enquanto prática de escrita, teoria e método, pude vislumbrar meu campo etnográfico como a inscrição de um feixe de relações entre as pessoas com quem estabeleci interlocução, eu, como antropóloga, e um jeito/modo de viver em relação a feitura constante de casas, parentescos, vizinhança e cidade.

Ao pensar as categorias como bairro, rua e casa pude perceber que essas ideias são cambiantes e se estruturam dentro de uma gama de relações que amplifica o sentido dessas palavras e sua disposição no mundo. Rua, por exemplo, podia significar algo como uma via da cidade, ou no meu contexto de pesquisa, um lugar no mundo em que se desenvolvem as relações e que não se limita ao espaço público, mas que adentra modos de vida, relacionamentos, temporalidades e materialidades em suas diversas formas. Tratei das ideias de DaMatta (1997) para pensar esse feixe de complexidades que pude vivenciar em campo, de uma multitude de sentidos que foram se abrindo, produzindo e diversificando ao longo de minha estadia em campo. Assim, a *Castro Alves* era uma *rua*.

Bairro e Casa foram conceitos menos palpáveis durante minha reflexão, confesso, estiveram presentes durante esse processo, entretanto, em campo, se misturavam a própria ideia da *rua* e percorriam outras veredas que, não couberam no escopo desse trabalho, pelo menos por enquanto. Mas, auxiliaram a pensar em definições muito presentes por ali: *antigos* ou *veteranos* e os *mais novos*. Em especial, nas páginas 86-67, dessa dissertação digo que: “Os *antigos*, ou *veteranos* como também eram chamados por algumas/uns, é uma categoria relacional e que se desenrola a partir não de uma temporalidade específica (uma data, uma época), mas de um nível de socialização inscrito em um período no tempo”, por essa questão que casa e bairro solidificaram, em certo modo, essa ideia, já que esse nível de socialização no qual me refiro tem como partícipe os processos de desenrolar por entre esses lugares. Como apontam Scotson e Elias (2000), tais categorias não são antagônicas, porém são relacionais e complementares e não se dissociam, muito pelo contrário, *mais novos* e *veteranos* participam (em suas próprias maneiras) no que chamei de “gestão da vida, do ambiente e da água e que retomarei logo a seguir.

Antes de adentrar (ou melhor readentrar), ao que me parece, ser o fio-condutor da dissertação (tudo que cabe dentro de uma ideia de gestão da vida e afins), retomo o fazer-cidade, conceito de Michel Agier (2015), como aspecto deveras

importante para percorrer as histórias ali naquela *Ressaca* aterrada. Ao pensar, uma ideia de constante feitura da cidade, de produção da dela como agente de movimento e que se desenrola pelas práticas e relacionalidade de seus cidadãos, pude entender a urbanização como um processo sem fim declarado, inconstante, perene e, dentro de tudo isso, presente nas dinâmicas da vida cotidiana em suas mais variadas facetas. Na Amazônia, em especial, entendo que existem particularidades de produção da cidade, da importação de conceitos, óticas e processos (sejam eles infraestruturais, econômicos, políticos, entre outros) que precisam ser relidos e vistos por entre suas frestas, como aquelas do piso de madeira em que eu vislumbrava a água que corri por debaixo da casa da minha vó, na localização e reafirmação de sua complexidade. Falar de *Ressacas*, urbanização, palafitas e suas pessoas, foi de vários modos, um movimento de entender um jeito de fazer-cidade perante uma urbe em metamorfose constante. E que metamorfose é essa que tento dizer? É a que se acompanha nas narrativas de minhas interlocuções desde as diferentes temporalidades que aquela *Ressaca* possui, desde as pontes, *caminhos* e o advento do asfalto.

Como enfoque desse trabalho, trouxe as casas (palafitas) e suas pessoas, as pessoas e suas casas, em constante conversa com o que significa realmente a ideia de casa a partir das histórias que me embargaram de sensações, relações e afetos desde muito tempo antes dessa pesquisa nascer, que me chamaram a construí-la. Pensei que falar, mesmo que pela correria, por uma Antropologia das Casas (em inspiração nos trabalhos de Marcelin, 1996; 1999, Cortado, 2016; 2018; 2019, Cavalcanti, 2009; Motta, 2020), trouxe subsídio para entender a casa como ente de uma complexa tessitura da vida, que se propõem mais do que uma guarita e local de descanso, mas sim espaço de trocas, formulação de alianças e de engajamento com o mundo, com os vizinhos, com as histórias e com os “tempos”. Reafirmo que, autores e autoras tratam da casa, de algum modo, com certa similitude do que venho propondo, Tim Ingold (2015), um desses exemplos. Entretanto, gostaria de reafirmar minha posição junto a uma produção de casas na Antropologia que está pautada em uma constituição que adentra a outros processos, como de processos de exclusão social, co-constituição e para pensar no que L’estoile e Neiburg (2020) apontam, numa governamentalidade das casas.

Por entre essas tantas razões que trato no primeiro capítulo de um panorama geral desse trabalho, apresento a rua, a *rua*, a *Castro Alves*⁶³, pincelo sobre minhas interlocuções e adentro como que as casas se apresentam para mim: pelas histórias. Ah, e como essas histórias rechearam páginas e páginas de meu caderno de campo, produziram alguns desenhos e fotografias em que tentei desenvolver um senso mais apurado sobre a produção de imagens. Renderam-me algumas inquietudes, algumas pranchas de pesquisa, espalhadas por aqui e um trabalho de campo difícil, admito.

No segundo capítulo, problematizei meu lugar em campo (ou ao menos, dei uma maior enfoque a essa relação) ao tratar da produção de etnobiografias (GONÇALVES, 2012) de três interlocutoras e um interlocutor, em um processo de mediação de histórias que, as vezes, eram muito mais nossas do que apenas delas/dele. Ali, busquei explorar como que essas pessoas se apresentam em suas histórias, como sua vida se desenrolava naquela gama de relações que eu buscava entender ao tratar de “como era morar ali naquela região”. Esse capítulo, em especial, foi um intrincado emaranhado de sensações postas e teoricamente sentidas, pensadas e escritas através da etnografia. Meu lugar em campo, como antropóloga, neta e sujeito daquele lugar, me deu espaço para transitar por entre essas histórias de muitos modos e ainda, foi basilar, para a reflexão que tentei traçar nessa dissertação. Participei das histórias de minhas interlocuções, e alcei produzir rabiscos etnobiográficos em posições, por vezes contraditórias, brincando, inconscientemente e, em outros momentos de forma muito consciente e sabida, com as “distâncias” desde elas físicas ou afetivas.

No último capítulo, retorno aquela ideia de gerir a vida, o ambiente e a água. Nessa parte do trabalho dei enfoque em minhas conversas por entre temáticas que dão tônica a outras relações ali, a urbanização como aparato regido pelo Estado, nesse caso em uma conversa com técnicos da Prefeitura Municipal de Santana e na articulação em entender, de muitos jeitos, de onde afinal vinha a água que corria pela casa das pessoas. Apresentei uma ideia de ambiente como espaço da vida, a partir

⁶³ Relembro essas três categorias como importantes aportes na construção das ideias que tentei desenvolver. O conceito de rua tratou da via pública em seu caráter “simplista”. Já *rua*, trouxe o sentido de um espaço produzido pelas trocas e relações entre sujeitos. E, *Castro Alves*, auxiliou-me a pensar essa dita *rua* a partir do contexto de um lugar específico e suas próprias práticas.

de Tim Ingold (2015), no qual se desenrolam as relações não como cenário, mas agente, em um emaranhado.

Chego ao final, pensando recomeços. Como o título desse tópico de conclusões penso que “finais”, realmente são “começos que a gente reiventa”, fazem parte de um constante devir. E aqui, trato do meu. Não são justificativas, mas apontamentos necessários para o entendimento dessa dissertação como figura e ente de algumas relações. Pontuei ao longo do trabalho, vezes até demais, meu lugar nesse campo, e a produção de uma etnografia por entre parentes, aparentados e conhecidos, e devido essas razões preciso reafirmar algumas questões. Pouco tratei de assuntos que, admito já me foram questionados em outros momentos, o primeiro deles (e apenas aqui, menos complexo – em um aspecto completamente pessoal) foram as questões de raça em campo. Há, de diferentes formas, uma certa dificuldade em tratar desses assuntos ali, pouco se falava e se esboçava pelas minhas interlocuções. Não pude/consegui explorar isso, dado que, por meu posicionamento em campo, entendi a intrincada gama de relações e aspectos sensíveis que estaria tocando. Não tive fôlego. Não tive fôlego porque já lidava com outra questão: gênero.

Durante o mestrado, “inicie” minha transição de gênero. Minhas primeiras aulas e incursões em campo se deram com outro nome, inclusive. Minhas interlocuções nunca me viram como a travesti que sou. Passei maus bocados em campo, performei um dito sujeito masculino que não me pertencia. Abdiquei de mim, por um tempo demasiado grande durante esses mais de quatro meses. Não consegui e, senti que não podia “trair” as relações que tentava (re)construir.

No término dessa escrita diversas coisas mudaram. Tornei-me travesti e venho me tornando cada dia mais, retifiquei nome e gênero, os hormônios apoderaram-se do meu dia a dia e pouco consegui visitar o campo. Essa dissertação, consiste, de muitos modos, em uma despedida, dolorosa, difícil e, ao menos por enquanto, definitiva da *Castro Alves*, da casa da minha vó e das águas que aprendi a questionar.

Assim, entender as diferentes formas de fazer-cidade na *Castro Alves* em sua complexa dinâmica entre mato, asfalto e água foi o exercício central dessa dissertação. Pude perceber, em campo, olhando meus diários, escutando gravações, reescrevendo tantas e tantas vezes essas páginas, que mergulhei em uma profusão de tempos durante a minha pesquisa, procurei e, acredito que por entre os turbilhões,

tive êxito em produzir um esboço sobre as dinâmicas de uma comunidade entre suas relações com o tempo, com seus iguais e com as transformações do ambiente, de suas casas e de si próprios. Desse modo, finalizo os caminhos percorridos pela Antropologia, por minhas redes de parentesco e afinidades, entendendo que cidade, Amazônia e casas são entes relacionais de um contexto explorado e palpável etnográfica, sentimental e subjetivamente.

REFERÊNCIAS

- ABU-LUGHOD, Lila. A Escrita contra a cultura. **Equatorial – Revista do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social**, [S. l.], v. 5, n. 8, p. 193–226, 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/equatorial/article/view/15615>. Acesso em: 2 ago. 2022.
- AGIER, Michel. Do direito à cidade ao fazer-cidade. O antropólogo, a margem e o centro. **Mana**, Rio de Janeiro, v. 21, n. 3, p. 483-498, 2015. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010493132015000300483&lng=es&nrm=isso. Acesso em: 19 set. 2020.
- AGUIAR, Josiane do Socorro; SILVA, Lucilda Maria dos Santos. Caracterização e Avaliação das Condições de Vida das Populações Residentes nas Ressacas Urbanas dos Municípios de Macapá e Santana. pp. 165-236. In: TAKIYAMA, Luís Roberto; Silva, Arnaldo de Queiroz da (orgs.). **Diagnóstico das Ressacas do Estado do Amapá: Bacias do Igarapé da Fortaleza e Rio Curiaú, Macapá-AP**. Macapá: GEA/SETEC, 2004. p. 165-236.
- AZEVEDO, Aina. Diário de campo e diário gráfico: contribuições do desenho à antropologia. **Áltera – Revista de Antropologia**, João Pessoa, v. 2, n. 2, p. 100-119, 2016.
- BASTOS, Cecília Maria Chaves Brito. **Conflitos ambientais urbanos em áreas de ressaca: um estudo da comunidade negra da Lagoa dos índios em Macapá**. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Sustentável) - Universidade de Brasília, Brasília, 2006.
- BATISTA, Luana Braga. “Pode queimar de novo que o povo levanta outra melhor”: casa, terra, família e conflito. In: COMERFORD, John; CARNEIRO, Ana; AYOUB, Dibe; DAINESE, Grazielle. **Casa, corpo, terra, violência: abordagens etnográficas**. Rio de Janeiro: Editora 7Letras, 2021. p. 267-292.
- BEMERGUY, Telma de Sousa. Antropologia em qual cidade? Ou por que a “Amazônia” não é lugar de “antropologia urbana”? **Ponto Urbe** [online], n. 24, 2019. Disponível em: <https://journals.openedition.org/pontourbe/6464>. Acesso em: 28 jun. 2020.
- BEMERGUY, Telma de Sousa; OLIVEIRA, Thiago de Lima. Antropologia urbana na Amazônia: des-centrando escalas, genealogias e experiências de cidade. **Wamon – Revista dos Alunos do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da UFAM**, Manaus, v.6, n. 1, p. 31-52, 2021.
- BERREMAN, Gerald. Etnografia e Controle de Impressões em uma Aldeia do Himalaia. In: ZALUAR, Alba (org.). **Desvendando Máscaras Sociais**. Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1975. p. 123-174.

BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. *In*: AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta de Moraes. **Usos e abusos da história oral**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006. p. 183-191.

BRITO, Andréa Moraes *et Al*. Análise da legislação aplicável nas áreas de ressacas no Município de Macapá. **Planeta Amazônia: Revista Internacional de Direito Ambiental e Políticas Públicas**, Macapá, n. 4, p. 12, 2012.

CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto. O trabalho do antropólogo: olhar, ouvir e escrever. **Revista de Antropologia**, São Paulo, v. 39, n. 1, p. 13-37, 1996.

CARDOSO, Vânia Zikán. Contar o passado, confabular o presente: performances narrativas, poéticas e as construções da história. *In*: RAPOSO, Paulo; CARDOSO, Vânia Zikán; DAWSEY, John Cowart; FRADIQUE, Teresa (Org.). **A terra do não-lugar: diálogos entre antropologia e performance**. Florianópolis: EdUFSC, 2013. p. 43-60.

CARDOSO, Vânia Zikán. Marias: a individualização biográfica e o poder das estórias. *In*: *In*: GONÇALVES, Marco Antônio; MARQUES, Roberto.; CARDOSO, Vania Zikán. (orgs.). **Etnobiografia, subjetivação e etnografia**. Rio de Janeiro: 7Letras, 2012. p. 43-62.

CARVALHO, Bianca Moro. **Vivienda popular en el Amazonas brasileño**. El Caso de las resacas en la ciudad de Macapá. 2015. Tese (Doutorado em Urbanismo) - Instituto de Investigaciones Sociales, Universidad Nacional Autónoma de México, Cidade do México, 2015.

CASTELLS, Alicia Norma González de. **Os hábitos não esquecidos: a recriação da casa COHAB nas mãos do povo**. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1987.

CAVALCANTI, Mariana. Do Barraco à Casa: tempo, espaço e valor(es) em uma favela consolidada. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 24, p. 69-80, 2009. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69092009000100005&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 21 set. 2020.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano – Artes de fazer**. Petrópolis: Editora Vozes, 1998.

CLIFFORD, James. Sobre a autoridade etnográfica. *In*: **A experiência etnográfica: antropologia e literatura no século XX**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1998. p. 17-58

COMERFORD, John; NEIBURG, Federico. A casa e a invenção da família afro-americana - vinte e cinco anos depois. **Mana** [online]. 2021, v. 27, n. 2, e272550,

2021. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/mana/a/lqkzmk45kszsx3q4flhxstw/?lang=pt#>. Acesso em: 10 dez. 2021.

COPÉ, S. M. 2007. Arqueologia da arquitetura: ensaio sobre complexidade, performance e processos construtivos das estruturas semi-subterrâneas do planalto gaúcho. In: **Anais do V Encontro do Núcleo Regional Sul da Sociedade de Arqueologia Brasileira**. Rio Grande: UNISUL/Instituto Anchieta de Pesquisas, 1: 1-22.

CORTADO, Thomas Jacques. Houses made out of eyes. An ethnography of brick walls at the urban fringe of Rio de Janeiro. **Paper presented in the meeting of the European Anthropological Association**, Milan. Mimeo, 2016.

CORTADO, Thomas Jacques. **À beira da cidade: política e poética da urbanização no Jardim Maravilha**. 2018. Tese (Doutorado em Antropologia Social) - Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2018. Disponível em: <http://objdig.ufrj.br/72/teses/862892.pdf>. Acesso em: 20 set. 2020.

CORTADO, Thomas Jacques. Meia-água: producing space and kinship in a irregular housing subdivision in Rio de Janeiro. **Articulo - Journal of Urban Research**, v. 10, p. 1-21, 2019. Disponível em: <https://journals.openedition.org/articulo/4355>. Acesso em: 20 set. 2020.

COSTA, Jodival Mauricio da; SOUZA, Luana Rocha de; NETO CORRÊA, Jacy Soares Corrêa. Informalidade no ambiente construído e segregação socioespacial no Platô das Guianas: o caso de Santana no Amapá e de Caiena na Guiana Francesa. **Confins**, n. 31, 2017. Disponível em: <<http://journals.openedition.org/confins/11917>>. Acesso em: 23 fev. 2022.

CUSTÓDIO, Elivaldo Serrão; BRITO, Daguiete Maria Chaves. Espaços socioambientais de aprendizagem em áreas de ressaca e unidades de conservação: uma proposta de educação ambiental no Amapá. **Planeta Amazônia: Revista Internacional de Direito Ambiental e Políticas Públicas**, Macapá, n. 5, p. 14, 2013.

DAMATTA, Roberto. O Ofício de Etnólogo ou como ter “Anthropological Blues”. In: NUNES, E. (org.). **A Aventura Sociológica – Objetividade, Paixão e Improviso e Método na Pesquisa Social**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978. p. 23-35.

DAS, Veena. **Vidas e palavras: a violência e sua descida ao ordinário**. São Paulo: Editora da Unifesp, 2020.

DEVOS, Rafael Victorino. Porto Alegre sob(re) as águas: memória ambiental em tempos de Antropoceno. In: ECKERT, Cornelia; ROCHA, Ana Luiza Carvalho da (Eds.). **Tempo e memória ambiental: etnografia da duração das paisagens**

citadinas. 1. ed. [s.l.]: ABA Publicações, 2021, p. 157–186. Disponível em: <<http://www.aba.abant.org.br/publicacoes>>. Acesso em: 12 mar. 2022.

DEVOS, Rafael Victorino; SOARES, Ana Paula Marcante; ROCHA, Ana Luiza Carvalho da. Habitantes do Arroio: memória ambiental das águas urbanas. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, Curitiba, n. 22, p. 51-64, 2010.

ECKERT, Cornélia; ROCHA, Ana Luiza Carvalho da. Etnografia: saberes e práticas. *In*: PINTO, Céli Regina Jardim. **Ciências humanas: pesquisa e método**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, p. 9-24, 2008.

ECKERT, Cornélia; ROCHA, Ana Luiza Carvalho da. **O tempo e a cidade**. Porto Alegre, UFRGS, 2005.

ELIAS, Nobert; SCOTSON, John L. **Os estabelecidos e os outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2000.

FONSECA, Claudia. Quando cada caso NÃO é um caso: pesquisa etnográfica e educação. **Revista Brasileira de Educação**, n.10, p. 58-78, 1999.

FONSECA, Claudia. O anonimato no texto antropológico: dilemas éticos e políticos da etnografia feita em casa. **Teoria e Cultura**, Juiz de Fora, v. 2, n.1, 2008.

GAMA, Fabiene. A autoetnografia a como método criativo: experimentações com a esclerose múltipla. **Anuário Antropológico**, [S. l.], v. 45, n. 2, p. 188–208, 2020. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/anuarioantropologico/article/view/33792>. Acesso em: 9 ago. 2022.

GEERTZ, Clifford. Descrição Densa. *In*: **Interpretação das Culturas**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978. p. 13-44.

GONÇALVES, Marco Antônio. Etnobiografia: biografia e etnografia ou como se encontram pessoas e personagens. *In*: GONÇALVES, Marco Antônio; MARQUES, Roberto; CARDOSO, Vania Zikán. (orgs.). **Etnobiografia, subjetivação e etnografia**. Rio de Janeiro: 7Letras, 2012. p. 19-42.

GONÇALVES, Marco Antônio; MARQUES, R.; CARDOSO, Vania Zikán. Etnobiografia: esboços de um conceito. *In*: GONÇALVES, Marco Antônio; MARQUES, R.; CARDOSO, Vania Zikán. (orgs.). **Etnobiografia, subjetivação e etnografia**. Rio de Janeiro: 7Letras, 2012. p. 9-17.

GUEDES, Alexandre Dumans. Construindo e estabilizando cidades, casas e pessoas. *Mana*, Rio de Janeiro, v. 23, n.3, p. 403-435, 2017. Disponível em:

http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=s010493132017000300403&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 20 set. 2020.

GUPTA, Akhil; FERGUSON, James. Mais além da “cultura”: espaço, identidade e política da diferença. In: ARANTES, Antônio (org.). **O espaço da diferença**. Campinas: Papirus, 2000. p.31- 49.

HARAWAY, D. Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. **Cadernos Pagu**, [S. l.], n. 5, p. 7–41, 2009.

Disponível em:

<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/1773>. Acesso em: 22 fev. 2023.

hooks, bell. **Tudo sobre o amor**: novas perspectivas. São Paulo: Elefante, 2021.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Município de Santana – AP**: Histórico. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ap/santana/historico>. Acesso em: 28 set. 2020.

INGOLD, Tim. **Estar vivo**: ensaios sobre movimento, conhecimento e descrição. Tradução Fábio Creder. Petrópolis: Vozes, 2015.

JACKSON, Jean. I'm a fieldnote. In: SANJEK, Roger (org.) **Fieldnotes. The makings of Anthropology**. Ithaca and London: Cornell University Press, 1990.

KUSCHNIR, Karina. Desenho etnográfico: Onze benefícios de usar um diário gráfico no trabalho de campo. **Pensata**: Revista dos Alunos do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da UNIFESP, v. 7, n.1, p. 328-369, 2018.

L'ESTOILE, Benoît de; NEIBURG, Federico. Governing the house: an ethnographic approach (introduction). **Etnográfica** [online], v. 24, n. 3, 2020. Disponível em: <http://journals.openedition.org/etnografica/9341>. Acesso em: 10 dez. 2021.

LATOUR, Bruno. **Jamais fomos modernos**: ensaio de antropologia simétrica. Rio de Janeiro: Editora 34, 2009.

LEITE, Lúcio Flávio Siqueira Costa. **‘Pedços de pote’, ‘bonecos de barro’ e ‘encantados’ em Laranjal do Maracá, Mazagão, Amapá**: perspectivas para uma arqueologia pública na Amazônia. 2014. Dissertação (Mestrado em Antropologia) - Instituto de Ciências Humanas, Belém, Universidade Federal do Pará, 2014.

LIMA, Raquel Rodrigues. Arquitetura Vernácula e Habitação de Interesse Social. In: ENANPARQ - Encontro Nacional da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-

Graduação em Arquitetura e Urbanismo, 1., Rio de Janeiro, 2010. **Anais [...]**. Rio de Janeiro: PROURB, v. 1.

MACAPÁ, Prefeitura Municipal de. **Plano diretor de desenvolvimento urbano e ambiental de Macapá**. Macapá, P.M.M. - SEMPLA, IBAM, 2004.

MAGNANI, José Guilherme Cantor. Antropologia Urbana: da metrópole à aldeia. **Aceno -Revista de Antropologia do Centro-Oeste**, v. 6, n. 11, p.11-30, 2019.

Disponível em:

<https://periodicoscientificos.ufmt.br/ojs/index.php/aceno/article/view/7581>. Acesso em: 20 set. 2020.

MAGNANI, José Guilherme Cantor. De perto e de dentro: notas para uma etnografia urbana. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, [S. l.], v. 17, n. 49, p.11-29, 2002.

Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=s0102-69092002000200002&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 21 set. 2020.

MAGNANI, José Guilherme Cantor. Etnografia como prática e experiência.

Horizontes Antropológicos, Porto Alegre, v. 15, n. 32, p.129-156, 2009.

MARCELIN, Louis HERNES. **A invenção da família Afro-americana** - família, parentesco e domesticidade entre os negros do Recôncavo da Bahia, Brasil. 1996. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1996.

MARCELIN, Louis HERNES. A linguagem da casa entre os negros no Recôncavo Baiano. **Mana** [online], v. 5, n. 2, p. 31-60, 1999. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/mana/a/kghr3xv9tc5yvvybstktp/c/?lang=pt#>. Acesso em: 10 dez. 2021.

MOTTA, Eugênia. Uma casa boa, uma casa ruim e a morte no cotidiano.

Etnográfica [Online], v. 24, n. 3, p. 775-795, 2020. Disponível em:

<http://journals.openedition.org/etnografica/9603>. Acesso em: 02 ago. 2022.

NAVARRO, Alexandre Guida. O POVO DAS ÁGUAS: carta arqueológica das estearias da porção centro-norte da baixada maranhense. **Cadernos de Pesquisa**, v. 3, n. 20, p. 57-64, 2013.

NAVARRO, Alexandre Guida. As cidades lacustres do Maranhão: as estearias sob um olhar histórico e arqueológico. **Diálogos** (On-line), v. 3, n. 21, p. 126-142, 2017.

NAVARRO, A. G. As Pequenas Venezas americanas: revisitando as moradias de palafitas nas terras baixas da América do Sul. **Revista de Arqueologia**, [S. l.], v. 35, n. 2, p. 85–120, 2022. DOI: 10.24885/sab.v35i2.959. Disponível em:

<https://revista.sabnet.org/ojs/index.php/sab/article/view/959>. Acesso em: 24 jan. 2023.

PEIRANO, Mariza. Etnografia não é método. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, v. 20, n. 42, p. 377-391, 2014. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=s010471832014000200015&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 29 set. 2020.

PEIRANO, Mariza. Etnografia, ou a teoria vivida. **Ponto Urbe** [online], n.2, 2008. Disponível em: <https://journals.openedition.org/pontourbe/1890#tocto1n7>. Acesso em: 29 set. 2020.

PEIRANO, Mariza. O paradoxo dos documentos de identidade: relato de uma experiência nos Estados Unidos. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, v. 15, n. 32, p. 53-80, 2009.

PEIXOTO, Lanna Beatriz Lima; SILVEIRA, Flávio Leonel Abreu da. Da água, a palavra: uma reflexão sobre as relações entre cidade e cursos d'água em Salvaterra a partir da memória de seus habitantes. **Ponto Urbe** [online], v. 24, 2019. Disponível em: <https://journals.openedition.org/pontourbe/6362>. Acesso em: 29 set. 2020.

PORTILHO, Ivone dos Santos. Áreas de Ressaca e Dinâmica Urbana em Macapá. *In: Seminário Latino-Americano de Geografia Física, 6., Seminário Ibero-Americano de Geografia Física, 2., Coimbra, 2010. Anais [...]. Coimbra: Universidade de Coimbra, 2010.*

RICOEUR, Paul. Arquitetura e narratividade. **Geograficidade**, [S. l.], v. 11, n. Especial, p. 151-160, 2021. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/geograficidade/article/view/50793>. Acesso em: 02 ago. 2022.

ROCHA, Ana Luiza Carvalho da. Paisagens hídricas e memória ambiental: sobre imaginários e identidades uma etnografia de águas urbanas no Landwehrkanal, Berlim, Alemanha. *In: ECKERT, Cornelia; ROCHA, Ana Luiza Carvalho da (Eds.). Tempo e memória ambiental: etnografia da duração das paisagens citadinas. 1. ed. [s.l.]: ABA Publicações, 2021, p. 325–366.* Disponível em: <<http://www.aba.abant.org.br/publicacoes>>. Acesso em: 4 mar. 2022.

ROCHA, Manoel Cláudio Mendes Gonçalves da. Das mãos, o sapato. Das palavras, o tempo: uma etnografia nas ruas e bairros de Belém-PA. **Illuminuras**, Porto Alegre, v. 15, n. 36, p. 53-79, 2014.

RODRIGUES, Bruno De Oliveira; MADEIRA FILHO, Wilson. Bionecropolítica nas áreas de ressaca em Macapá/AP. **PRACS: Revista Eletrônica de Humanidades do Curso de Ciências Sociais da UNIFAP**, v. 12, n. 1, p. 39, 2019.

SALGADO, Victor Guilherme Cordeiro. **A PROA É A VARANDA, RIO É QUINTAL** - Projeto Estação Chão d'Água e Proposta de Desenvolvimento Local com Turismo Comunitário na Vila Elesbão (AP). 2019. Monografia de Conclusão de Curso (Bacharelado em Arquitetura e Urbanismo) - Universidade Federal do Amapá, Macapá, 2019.

SALGADO, Victor Guilherme Cordeiro; CARVALHO, Bianca Moro. Habitar sobre pilotis: a moradia vernácula ribeirinha no contexto urbano da Amazônia. In: **A língua que habitamos**. Lisboa: CreateSpace Independent Publishing Platform, p. 80-93, 2017.

SALGADO, Victor Guilherme Cordeiro; CARVALHO, Bianca Moro. Vila Elesbão: uma experiência urbana e ribeirinha na Amazônia. In: **Anais do 8º CONGRESSO LUSO-BRASILEIRO PARA O PLANEJAMENTO URBANO, REGIONAL, INTEGRADO E SUSTENTÁVEL** (PLURIS 2018), Cidades e territórios - Desenvolvimento, atratividade e novos desafios.

SAMAIN, Etienne Ghislain. Balinese Character (re)visitado. Uma Introdução à obra visual de Gregory Bateson e Margaret Mead. In: ALVES, André; SAMAIN, Etienne (Org.). **Os Argonautas do Mangue precedido de 'Balinese Character' (re)visitado**. Campinas: Editora da Unicamp - Imprensa Oficial, 2004, p. 15-72.

SANTANA, Prefeitura Municipal de. **Lei complementar nº002 – Plano Diretor Participativo de Santana**. Santana, AP. 2006.

SANT'ANNA, Márcia. Arquitetura Popular: espaços e saberes. **Políticas Culturais em Revista**, v. 6, n. 2, p. 40-63, 2013.

SANTIAGO, Gabriela Nery. **Reestruturação urbana da orla fluvial de Santana – AP**: uma proposta urbanística e arquitetônica para o Porto do Grego. 2017. Monografia de conclusão de curso (Bacharelado em Arquitetura e Urbanismo) - Universidade Federal do Amapá, Macapá, 2017.

SANTOS FILHO, Herondino; ALMEIDA, Maria das Graças de; RIBEIRO, Magno Meirelles. Mapeando e classificação das áreas de ressaca na região metropolitana de Macapá-AP utilizando imagens do satélite CBERS-2B. In: Simpósio Brasileiro de Sensoriamento Remoto – SBSR, 16., Foz do Iguaçu, 2013. **Anais [...]**. Foz do Iguaçu: INPE, 2013.

SANTOS, Ana Clara Sousa Damásio dos. **Fazer-família e fazer-antropologia**: uma etnografia sobre *cair pra idade, tomar de conta* e posicionalidades em Canto do Buriti-PI. 2020. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Faculdade de Ciências Sociais, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2020.

SEGAUD, Marion. **Antropologia do espaço**: habitar, fundar, distribuir, transformar. Tradução Eric R. R. Heneault. São Paulo: Edições Sesc São Paulo, 2016.

SILVEIRA, Flávio Leonel Abreu da. A paisagem como fenômeno complexo, reflexões sobre um tema interdisciplinar. *In*: CANCELA, Cristina Donza; SILVEIRA, Flávio Leonel Abreu da (orgs). **Paisagem e Cultura**: dinâmica do patrimônio e da memória na atualidade. Belém: UFUFPA, 2009. p. 71-83.

SIMMEL, Georg. As grandes cidades e a vida do espírito (1903). **Mana** [online], v. 11, n. 2, p. 577-591, 2005. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/mana/a/wfkbjzpmynfnwxpykpcwwj/?lang=pt#>. Acesso em: 11 ago. 2021.

SOARES, Pedro Paulo de Miranda Araújo. Drenagem, saneamento e transformações urbanas: acervos fotográficos como expressão da Memória Ambiental na Bacia do Una em Belém (PA). **REVISTA VISAGEM**, v. 3, p. 110, 2017.

SOARES, Pedro Paulo de Miranda Araújo. **Memória ambiental na bacia do Una**. Estudo antropológico sobre transformações urbanas e políticas públicas de saneamento em Belém (PA). 2016. Tese (Doutorado em Antropologia Social) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2016.

SOARES, Pedro Pedro Paulo de Mirando Araújo. Memória ambiental das águas urbanas na bacia do Una em Belém (PA). *In*: ECKERT, Cornelia; ROCHA, Ana Luiza Carvalho da (Eds.). **Tempo e memória ambiental**: etnografia da duração das paisagens citadinas. 1. ed. [s.l.]: ABA Publicações, 2021, p. 295–324. Disponível em: <<http://www.aba.abant.org.br/publicacoes>>. Acesso em: 12 mar. 2022.

SOUZA, Nina [Newan] Acacio Oliveira de. O urbano a serpentear a Amazônia: intersecções entre arqueologia e arquitetura vernacular. **Arche: Revista Discente de Arqueologia**, Rio Grande, v. 1, n. 1, p. 16-30, 2020. Disponível em: <https://arche.furg.br/noticias/14-o-urbano-a-serpentear-a-amazonia-interseccoes-entre-arqueologia-e-arquitetura-vernacular>. Acesso em: 10 dez. 2021.

SOUZA, Nina [Newan] Acacio Oliveira de. **Onde estão as Bacabeiras na Cidade das Bacabas?** Arqueologia das Paisagens e seus Palimpsestos em uma Capital no Meio do Mundo. 2019. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Arqueologia) - Instituto de Ciências Humanas e da Informação, Universidade Federal do Rio Grande, Rio Grande, 2019.

SOUZA, Nina [Newan] Acacio Oliveira de. Uma Cidade não tão no 'Meio do Mundo' assim ... Paisagens e Identidades em Macapá/Amapá. **Amazônica - Revista de**

Antropologia, [S.l.], v. 13, n. 1, p. 311 - 343, nov. 2021. Disponível em: <https://www.periodicos.ufpa.br/index.php/amazonica/article/view/8280>. Acesso em: 10 dez. 2021.

SOUZA, Rafael de Abreu e. 2017. **Um lugar na caatinga**: consumo, mobilidade e paisagem no semiárido do Nordeste brasileiro. Tese (Doutorado em Ambiente e Sociedade) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2017.

STRATHERN, Marilyn. No limite de uma certa linguagem. **Mana**, v. 5, n. 2, 1999.

STRATHERN, Marilyn. **O efeito etnográfico e outros ensaios**. São Paulo: Cosacnaify, 2004.

TAKIYAMA, Luís Roberto *et Al.* **Projeto zoneamento ecológico econômico urbano das áreas de ressacas de Macapá e Santana, estado do Amapá**: relatório técnico final. Macapá: IEPA, 2012.

TAKIYAMA, Luís Roberto; Silva, Arnaldo de Queiroz da (orgs.). **Diagnóstico das Ressacas do Estado do Amapá: Bacias do Igarapé da Fortaleza e Rio Curiaú, Macapá-AP**. Macapá: GEA/SETEC, 2004.

THOMAZ, Débora de Oliveira; COSTA NETO, Salustiano Vilar da; TOSTES, Luciedi de Cássia Leôncio. Inventário Florístico das ressacas das bacias do Igarapé da Fortaleza e do Rio Curiaú. *In*: TAKIYAMA, Luís Roberto; Silva, Arnaldo de Queiroz da (orgs.). **Diagnóstico das Ressacas do Estado do Amapá: Bacias do Igarapé da Fortaleza e Rio Curiaú, Macapá-AP**. Macapá: GEA/SETEC, 2004. p. 11- 32.

TOSTES, José Alberto; DIAS, Simone Ferreira. As fragilidades urbanas e ambientais de áreas de ressaca na Amazônia. *In*: Encontro da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, 4., Porto Alegre, 2016. **Anais** [...]. Porto Alegre: ENANPARQ, 2016.

VELHO, Gilberto. Observando o familiar. *In*. **Individualismo e Cultura**. Rio de Janeiro: Zahar. 1987. p. 123-132.

VELHO, Gilberto. Observando o familiar. *In*: VELHO, Gilberto. [Organizadores Hermano Vianna, Karina Kuschnir, Celso Castro]. **Um antropólogo na cidade – ensaios de antropologia urbana**. Rio de Janeiro: Zahar, 2013, p. 69-79.

VELHO, Gilberto. Unidade e Fragmentação em sociedades complexas”. *In*: VELHO, Gilberto. **Projeto e metamorfose: Antropologia das sociedades complexas**. Rio de Janeiro: Zahar, 2003. p.11-30.

VIEIRA, Luana Marques; ALFAIA, Guilherme Pantoja & SALGADO, Victor Guilherme Cordeiro. Intervenções urbanas: os espaços públicos na paisagem cultural ribeirinha da Vila Elesbão (AP). In: **Anais do 5º Colóquio Ibero-Americano: Paisagem Cultural, Patrimônio e Projeto**. Belo Horizonte: Even3, 2018.

WEBER, Florence. A entrevista, a pesquisa e o íntimo, ou: por que censurar seu diário de campo. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, ano 15, n. 32, p 157-170, 2009.

WEIMER, Günter. **Arquitetura popular brasileira**. 2a. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2012. (Raíces).

WEISER, Alice Agnes; ULIANA, Brenda Beserra; TOSTES, José Alberto. ÁREAS ÚMIDAS NA AMAZÔNIA: MACAPÁ, UMA CIDADE ENTRE RIOS, LAGOS E IGARAPÉS. **Revista Nacional de Gerenciamento de Cidades**, v. 3, n. 18, 2015.

Disponível em:

<https://www.amigosdanatureza.org.br/publicacoes/index.php/gerenciamento_de_cidades/article/view/1022>. Acesso em: 23 fev. 2022.

WIRTH, Louis. Urbanism as a Way of Life. **The American Journal of Sociology**, v. 44, n 1, p. 1-24, 1938.

WRIGHT-MILLS, Charles. Do artesanato Intelectual. In: **Imaginação Sociológica**. Zahar Editores: Rio de Janeiro, 1965. p. 211-242.

ZARANKIN, A. 2001. Paredes que Domesticam: Arqueologia da Arquitetura Escolar Capitalista: O Caso de Buenos Aires. Tese (Doutorado em História) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2001.

ZARANKIN, Andrés. Arqueología de laArquitectura, modelando al individuo disciplinado enlasociedad capitalista. *Revista de Arqueologia Americana*, Mexico, v. 1, n.22, p. 25-41, 2005.

ZARANKIN, Andrés; FUNARI, Pedro P. A. Arqueología de la Arquitectura, uma mirada desde América del Sur. *Arqueología de la Arquitectura*, n. 17, p. e103, 2020. doi: <https://doi.org/10.3989/arq.arqt.2020.011>